

**A DEMOCRATIZAÇÃO
DA
ECONOMIA GLOBAL**

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

Publicado pela primeira vez pelo
Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation
University of Warwick
Coventry CV4 7AL, UK
Tel. ++44-24-7657 2533
Fax ++44-24-7657 2548
csgr@warwick.ac.uk

ISBN 0 902683 58 6 (Tradução para o árabe de Ola Abou Zeid)
ISBN 0 902683 56 X (Original inglês)
ISBN 0 902683 59 4 (Tradução para o francês de Marc Mousli)
ISBN 0 902683 60 8 (Tradução para o português de Sergio Flaksman e Renato Aguiar)
ISBN 0 902683 61 6 (Tradução para o russo de Liliana Proskuryakova)
ISBN 0 902683 62 4 (Tradução para o espanhol de Rosalba Icaza Garza)
ISBN 0 902683 63 2 (Tradução para o tailandês de Suntaree Kiatiprajuk)

Este relatório foi preparado por Jan Aart Scholte, da CSGR (scholte@warwick.ac.uk), com a extensa e preciosa colaboração de:

Ola Abou Zeid, da Universidade do Cairo (ola_abouzeid@hotmail.com)
Flávia Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (flaviab@attglobal.net)
Christian Chavagneux, *Alternatives Economiques*, Paris (cchavagneux@alternatives-economiques.fr)
Zie Gariyo, da *Uganda Debt Network* [Rede da Dívida de Uganda], Kampala (Zgariyo@udn.or.ug)
Elena Kochkina, do Instituto Sociedade Aberta-Rússia, Moscou (kochkina@osi.ru)
Liliana Proskuryakova, do Grupo de Trabalho ONGs da Região da Europa e Ásia Central sobre o Banco Mundial, São Petersburgo (l_proskouriakova@yahoo.com)
Gauri Sreenivasan, do Conselho Canadense para a Cooperação Internacional, Ottawa (gsreenivasan@ccic.ca)
Naruemon Thabchumpon, da Universidade Chulalongkorn, Bangkok (junaruemon@hotmail.com ou Naruemon.T@chula.ac.th)
Carlos Vainer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (cvainer@gbl.com.br)

Agradecimentos sinceros às várias centenas de ativistas da sociedade civil (relacionados no Apêndice 3), que contribuíram para o presente projeto com inúmeras idéias e experiências. Estes indivíduos não são responsáveis pelas opiniões aqui apresentadas, mas o presente relatório não poderia ter sido compilado sem sua extensa contribuição. Somos igualmente gratos à Fundação Ford, por seu apoio à preparação, produção e distribuição deste relatório.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

Sumário

| | |
|---|-----|
| Resumo | 4 |
| Metodologia | 7 |
| 1. Definições | 9 |
| 2. Déficits democráticos na economia global contemporânea | 17 |
| 3. Contribuições da sociedade civil para uma economia global mais democrática | 34 |
| 4. Concretizando os potenciais: influências ambientais | 45 |
| 5. Concretizando os potenciais: práticas internas | 63 |
| 6. Questões críticas para a ação futura | 101 |
| Apêndice 1: Acrônimos e abreviações | 104 |
| Apêndice 2: Outras leituras | 105 |
| Apêndice 3: Indivíduos e associações contribuidores | 106 |

Resumo

Como tornar a globalização econômica democrática? As comunicações globais, as finanças globais, os investimentos globais, a migração global e o comércio global são cada vez mais importantes na sociedade contemporânea. No entanto, as regras e normas que regem essas atividades internacionais apresentam hoje um grau de democracia que, no máximo, é precário. Como a sociedade civil pode melhorar esta situação?

O presente relatório aborda esta questão em seis passos. A Parte 1 define os conceitos-chave envolvidos: “globalização econômica”, “governança”, “democracia” e “sociedade civil”. A Parte 2 explora a natureza dos déficits democráticos na economia global contemporânea. A Parte 3 indica os recursos mais importantes que as associações da sociedade civil possuem para reduzir esses déficits democráticos. A Parte 4 identifica as condições na sociedade mais ampla que venham a ajudar ou atrapalhar os esforços da sociedade civil no sentido de promover um curso mais democrático para a globalização econômica. A Parte 5 considera os principais problemas de organização interna e de ordem prática das associações da sociedade civil que podem ampliar ou limitar sua capacidade de democratizar a economia global. A Parte 6

destaca as questões críticas para as futuras estratégias da sociedade civil de democratização da economia global. O restante deste sumário passa em revista a argumentação básica que perpassa as seis partes deste relatório.

A globalização econômica é um processo, especialmente acentuado nas décadas recentes, graças ao qual boa parte da produção, da troca e do consumo de recursos acaba ocorrendo num contexto transmundial. Isto não quer dizer que as economias locais, nacionais e regionais tenham se tornado irrelevantes; no entanto, uma arena adicional, global, de comunicações, finanças, investimentos, migração e comércio também se tornou significativa. É por isso que as escolhas políticas que fizermos em relação à globalização econômica têm repercussões fundamentais na forma da sociedade futura.

A economia global em expansão é governada, embora de maneiras bastante complexas. As regras e procedimentos que regulam o comércio global, a migração global, o investimento global, as finanças globais e as comunicações globais vêm de muitos lugares; organismos sub-estatais nos níveis local e municipal; vários mecanismos do setor privado; e redes densas que interligam esses níveis e setores. Assim, os esforços para

democratizar a economia global têm de se aplicar a um aparato de governança que tem muitas camadas e é bastante disperso.

É importante que a economia global seja governada democraticamente. As pessoas afetadas pelas várias escolhas políticas deveriam tomar as decisões de maneira coletiva, aberta, equânime, livre e responsável. Pode não estar claro, exatamente, de que maneira a democracia deve ser praticada em relação à economia global, mas o princípio é uma pedra fundamental da dignidade humana e da justiça social.

É evidente que a democracia está quase ausente na governança atual da economia global. E as deficiências têm caráter tanto institucional como estrutural. Em termos institucionais, nenhum dos vários tipos de agências que hoje regulam a globalização econômica – Estados, organismos supra-estatais, organizações sub-estatais e mecanismos privados – tem o que se poderia chamar de um bom histórico democrático. Em termos estruturais, as diferenças hierárquicas profundamente arraigadas na política mundial entre Estados, classes, culturas, sexos e raças fazem com que a governança da economia global venha geralmente sendo regida pelo controle de poucos, em vez do público como um todo. Assim, enquanto a democracia deveria acarretar

o controle pela maioria com direitos para as minorias, na economia global de hoje a situação é geralmente de controle pela minoria sem direitos para as maiorias.

É a sociedade civil uma resposta para esses problemas da democracia? Entende-se aqui “sociedade civil” como um espaço político, ou arena política, em que associações voluntárias tentam dar forma às regras que governam um ou outro aspecto da vida social (neste caso, a economia global). As associações da sociedade civil agrupam pessoas com preocupações comuns acerca de um determinado problema ou área de decisão política. Esses grupos variam imensamente em termos de forma organizacional, alcance geográfico, níveis de recursos, clientelas, e estratégias e táticas. Ainda assim, todas as atividades da sociedade civil são voluntárias (isto é, não visam lucro e nem cargos públicos) e ativamente políticas (isto é, visam afetar a maneira como o poder social é distribuído e exercido).

É claro que nem todas as associações da sociedade civil (movimentos sociais, fundações filantrópicas, ONGs, sindicatos, fóruns de negócios, etc.) estão igualmente empenhadas em promover a democracia na economia global. Algumas delas, na verdade, como os grupos racistas, são desavergonhadamente antidemocráticos. E mesmo os que apóiam a democratização da globalização têm idéias diferentes quanto ao alcance, a profundidade e o ritmo do processo. De maneira geral, os grupos

da sociedade civil que promovem interesses investidos poderosos têm dado menos prioridade ao objetivo de promover a democracia do que as organizações que concentram seu foco nos marginalizados.

Contudo, os atores da sociedade civil podem trazer, em princípio, cinco tipos principais de contribuição à governança democrática da economia global. Primeiro, podem promover a educação pública. A democracia efetiva depende de cidadãos informados, e as associações da sociedade civil podem contribuir para tornar as pessoas mais informadas quanto à globalização econômica e a maneira como ela é regulada. Segundo, as atividades da sociedade civil podem promover o debate público. A democracia efetiva depende da discussão aberta de várias visões e opções. Grupos da sociedade civil podem ajudar a impedir que um único arcabouço de medidas adquira um monopólio autoritário sobre a governança da economia global. Terceiro, as iniciativas da sociedade civil podem facultar a participação pública. A democracia efetiva requer uma cidadania engajada, e organismos da sociedade civil podem ajudar a apresentar canais de envolvimento político às pessoas. Quarto, as organizações da sociedade civil podem aumentar a transparência pública. A democracia efetiva demanda uma governança visível, e os esforços da sociedade civil podem ajudar a revelar aos olhos do público a governança da economia global. Quinto, o trabalho da sociedade civil pode aumentar a responsabilidade pública. A democracia efetiva precisa do controle dos

cidadãos sobre as autoridades, e as associações da sociedade civil podem ajudar a caracterizar a responsabilidade dos governantes da economia global perante seus governados. As atividades da sociedade civil já trouxeram muitos benefícios democráticos desses cinco tipos no que diz respeito à economia global, embora ainda possam fazer muito mais.

Algumas das razões pelas quais as associações da sociedade civil não fizeram mais para democratizar a governança da economia global têm a ver com circunstâncias da sociedade mais ampla em que esses grupos operam. Mesmo a organização mais empenhada só pode fazer contribuições limitadas para a democracia caso o ambiente que a cerca não seja receptivo às suas atividades. Por exemplo, se a pobreza disseminada significa que grande parte de uma população está totalmente absorvida em sua luta pela subsistência, as pessoas terão poucos recursos para apoiar as campanhas da sociedade civil e pouco tempo para dedicar às ações da sociedade civil. A presença ou ausência de redes de apoio da sociedade civil também tende a fazer diferença. Além disso, a eficácia das associações da sociedade civil como agentes da democracia depende consideravelmente das atitudes dos círculos oficiais. Faz diferença se as autoridades ignoram a sociedade civil ou estão atentas a ela, e se são receptivas ou hostis às suas atividades. A abordagem dos meios de comunicação de massa também é crucial. Os esforços da sociedade civil para democratizar a economia global são substancialmente favorecidos ou prejudicados na

medida em que os meios de comunicação eletrônicos e impressos possuem uma compreensão suficiente de suas atividades e lhes concedem uma atenção adequada. A cultura política também é relevante. As maneiras de fazer política que prevalecem num determinado país ou setor da sociedade podem encorajar ou desencorajar o engajamento ativo dos cidadãos em relação às questões econômicas globais. Por exemplo, as culturas consumistas e patrimoniais podem (de diferentes maneiras) inibir o ativismo da sociedade civil. Finalmente, uma série de desigualdades estruturais no mundo contemporâneo exerce uma poderosa força de oposição aos esforços da sociedade civil no sentido de construir uma participação mais incluída na governança da economia global. O capitalismo, o ocidentocentrismo, o sexismo, o racismo, o urbano-centrismo e outras hierarquias arraigadas constituem obstáculos substanciais à democratização da globalização por intermédio da sociedade civil.

Além das condições ambientais, a organização e as práticas das próprias associações da sociedade civil também podem afetar o impacto democratizante da sociedade civil sobre a economia global. A cada uma das cinco principais contribuições potenciais do ativismo da sociedade civil corresponde um desafio interno fundamental à democracia. Assim, ao mesmo tempo em que os organismos da sociedade civil podem trazer promoção e educação do público sobre a economia global, também precisam garantir que são competentes

para lidar com essas questões. Ao mesmo tempo em que os grupos da sociedade civil podem estimular um debate aberto e vigoroso, precisam também tolerar diferenças de opinião dentro de seus próprios círculos e cuidar para não serem cooptados por outros centros de poder. Ao mesmo tempo em que o ativismo da sociedade civil pode promover a participação pública, depara-se com o desafio de oferecer oportunidades iguais de envolvimento para todas as pessoas, independentemente de idade, classe, crença, nacionalidade, raça, sexo e outras categorias sociais. Ao mesmo tempo em que os organismos da sociedade civil podem estimular a transparência e o dever de prestar contas dos atores da governança, precisam também maximizar sua própria visibilidade e sua própria obrigação de prestar contas aos envolvidos e à sociedade como um todo. Em suma, se as associações da sociedade civil não mantiverem elas próprias altos padrões de democracia, não tenderão a atrair a confiança e o apoio públicos de que precisam para cumprir sua promessa de democratização da economia global em geral.

Tudo isto deixa claro que a sociedade civil não é inerentemente uma força democrática ou antidemocrática na economia global. A questão crítica para o futuro é a seguinte: como podem as associações da sociedade civil enfrentar os desafios externos e internos (identificados na quarta e na quinta partes deste relatório) de maneiras que possam maximizar suas contribuições para uma democratização da economia global (identificada na terceira parte)?

Esta pergunta não tem como ser respondida em termos de “práticas ideais” universalmente aplicáveis. As circunstâncias culturais, econômicas, políticas e sociais altamente diversas dos grupos da sociedade civil não podem ser reduzidas a fórmulas compactas. As associações podem decerto aprender umas com as inovações e lutas das outras, inclusive as que são referidas neste relatório. No entanto, toda transferência de experiência de um contexto a outro demanda sempre uma tradução muito cautelosa e meticulosa.

Isto dito, uma série de propostas amplas pode ser feita em relação a iniciativas futuras da sociedade civil quanto à democratização da globalização econômica. Estas sugestões aparecem ao longo de todo o relatório e são resumidas em sua conclusão (pp. 91-93).

Numa palavra, assim, este relatório apresenta: (a) uma análise compacta dos déficits democráticos na economia global dos dias de hoje; (b) uma revisão do que as associações da sociedade civil já fizeram e ainda podem fazer para ajudar a reduzir esses déficits; (c) uma exploração dos desafios — internos e externos — que os grupos da sociedade civil enfrentam para realizar seu potencial democratizante, e (d) sugestões de maneiras de enfrentar esses desafios. Deste modo, esperamos que este relatório possa trazer uma contribuição própria para um futuro mais democrático da economia global.

Metodologia

Este relatório é um produto do Projeto Sociedade Civil e Democracia na Economia Global. Esta iniciativa foi lançada em outubro de 2001 com financiamento da Unidade de Governança e Sociedade Civil da Fundação Ford, em Nova York.

A execução do projeto tem estado especialmente a cargo de um coordenador geral, baseado na Universidade de Warwick, na Grã-Bretanha, responsável pela compilação dos dados e pela redação do relatório. Dez coordenadores nacionais promoveram encontros com centenas de associações civis de todo o mundo e teceram comentários sobre as versões preliminares do relatório. Os nomes dessas onze pessoas figuram na contracapa do relatório.

No total, 233 envolvidos em práticas da sociedade civil filiados a 183 associações de sete países contribuíram com idéias e informações para o presente relatório. Todos esses colaboradores (relacionados no Apêndice 3) tomaram parte em conversas com coordenadores do projeto em que foram discutidos: (a) o estado da democracia na economia global de hoje; (b) como deve ser uma economia global mais democrática; (c) atividades da sociedade civil que podem contribuir para democratizar a globalização econômica; e (d) os obstáculos que

os grupos da sociedade civil precisam enfrentar em suas tentativas de democratizar a economia global. Além disso, muitos participantes entregaram aos coordenadores textos relacionados às suas visões e campanhas.

Foi evidentemente impossível para este projeto envolver todos os grupos da sociedade civil de todos os setores sociais de todos os países dedicados a todas as questões da economia global, com todas as opiniões possíveis. Foi necessário fazer uma seleção. No entanto, fizemos o que estava a nosso alcance no sentido de cobrir o campo mais amplo que o tempo e os recursos permitiam.

Por exemplo, as amostras do Brasil, Canadá, Egito, França, Rússia, Tailândia e Uganda abrangem regiões, culturas e graus muito diversos de influência sobre a economia global, além de diferentes níveis de desenvolvimento da sociedade civil. No que diz respeito às crenças e perspectivas, o projeto envolveu budistas, cristãos, ambientalistas, feministas, liberais, muçulmanos, nacionalistas, social-democratas e socialistas.

Em termos de setores da sociedade civil, contam-se entre os colaboradores do projeto grupos de combate à pobreza, associações de crédito,

câmaras de comércio, ativistas envolvidos com questões de comunicação e os meios de comunicação de massa, organizações de defesa do consumidor, grupos de promoção da democracia, iniciativas de desenvolvimento e cooperação, movimentos pelo meio ambiente, associações baseadas na fé religiosa, grupos de agricultores, projetos de estudo de questões de governança global, campanhas de defesa dos direitos humanos, organizações de socorro humanitário, federações de indústrias, associações sindicais, fundações filantrópicas, organismos profissionais, organizações de solidariedade racial, institutos de pesquisa, associações de estudantes, associações de mulheres e grupos de jovens.

Quanto ao perfil social, os participantes do projeto têm idades entre os vinte e poucos e os oitenta e poucos anos, com a maior concentração na faixa de 35-55 anos. Quanto à classe, a participação conta com um peso substancial de profissionais liberais de classe média, embora outros círculos, tais como camponeses e trabalhadores, também estejam envolvidos. Quanto ao gênero, os participantes homens superam as mulheres numa proporção de dois para um. O perfil racial dos colaboradores segue, em linhas gerais, o da população geral de cada país, embora várias minorias destacadas, como

povos indígenas, não tenham participado. Em sua imensa maioria, os colaboradores vinham de grandes centros urbanos, embora tenham sido feitas tentativas deliberadas de entrar em contato com defensores da sociedade civil também em cidades menores e nas áreas rurais. Assim, a participação no projeto teve, é claro, um viés social em vários aspectos. Por outro lado, essas desigualdades refletem amplamente o perfil geral atual dos principais atores da sociedade civil em questões de economia global.

De forma semelhante, os membros da equipe do projeto vêm de posições sociais privilegiadas que invariavelmente influenciam suas opiniões acerca da democracia na economia global. Embora a equipe de coordenação do projeto conte com mulheres e majorias do hemisfério Sul, todos os onze indivíduos são profissionais com formação universitária e fluência em inglês. Já o coordenador geral e autor do presente relatório é um acadêmico do hemisfério Norte, de classe média, ocidental, sexo masculino, branco, de meia idade e residente urbano. Por mais que se procure uma sensibilidade autocrítica acerca dos vieses resultantes, não é possível evitá-los por completo.

Este relatório também *retornará* aos participantes do projeto. Cada um dos colaboradores receberá uma cópia. Além disso, ele estará sendo enviado a outras associações da sociedade civil em todo o mundo envolvidas em

campanhas relativas a questões da economia global, bem como a autoridades envolvidas na governança da economia global. O relatório estará disponível nas seis principais línguas do projeto (árabe, inglês, francês, português, russo e tai), além do espanhol.

O espírito de diálogo entre pesquisador e praticante também se reflete na maneira como o relatório é apresentado. O texto reúne uma análise mais acadêmica de um lado da página, e questões e exemplos de ação do outro. (Deve-se notar que os praticantes deram suas declarações em caráter pessoal, e não em nome de suas associações.) Deste modo, o relatório mostra como a teoria e a prática estão ligadas e podem informar uma à outra.

Infelizmente, a limitação de espaço significa que apenas uma pequena amostra das visões e inovações da sociedade civil pode ser citada. Além disso, cada exemplo só pode ser mencionado de passagem, sem nos determos nas especificidades do contexto em pauta. Da mesma forma, não é possível neste relatório relativamente curto explorar por completo as semelhanças e diferenças entre países, classes, culturas, etc. Tais detalhes exigiriam uma análise do tamanho de um livro.

Espera-se que este relatório alcance uma audiência ampla da sociedade civil, abordando problemas complexos de maneira acessível mas

não simplificadora. É claro que leitores diferentes com níveis e tipos diferentes de formação, diferentes interesses e diferentes necessidades irão depreender coisas diferentes do texto. Ativistas menos experimentados podem se beneficiar de uma introdução acessível às questões em pauta. Veteranos de campanhas podem aproveitar o esclarecimento das questões e uma síntese dos argumentos que possam ajudá-los no planejamento e na execução de ações futuras.

Assim, este relatório pretende ser útil. A esperança é ajudar os ativistas da sociedade civil a: (a) refletir sobre sua compreensão da democracia na economia global; (b) ver de que maneira suas opiniões e atividades se relacionam com o esquema mais amplo da política mundial; (c) descobrir e buscar inspiração no trabalho que outras associações já fizeram nesta área, e (d) criar novos laços de cooperação com esses outros grupos. Em suma, este projeto visa tornar mais incisivos tanto a análise como o ativismo.

De maneira mais ampla, esperamos que o relatório vá estimular o debate generalizado e ajudar a gerar novas iniciativas relativas ao potencial democratizante da sociedade civil na economia global. Numa medida modesta, então, este texto pode contribuir para a construção de uma maior democracia na economia global, de que o mundo de hoje tanto necessita.

Parte 1

Definições

Conceitos-chave são sempre problemáticos. Idéias como “globalização”, “governança”, “democracia” e “sociedade civil” são muito contestadas. É impossível atribuir-lhes significados precisos e fixos, que todos possam aceitar. Ainda assim, precisamos de definições

claras de termos fundamentais para construir uma análise coerente.

Os parágrafos que se seguem trazem definições *de trabalho*. A intenção não é impor uma determinada visão, mas ajudar os leitores a

entenderem melhor este relatório. Evidentemente, também é possível definir os conceitos de outras maneiras, e essas diferentes abordagens podem levar a diferentes conclusões.

Globalização Econômica

A atividade econômica opera em escalas diversas, como o lar, a empresa, a localidade, o país, o continente e o mundo. A economia global cobre as partes da produção, da troca e do consumo que transpiram em arenas de todo o mundo. Por exemplo, alguns processos fabris envolvem vários países de diferentes continentes. Além disso, muitos bens e serviços são distribuídos e vendidos em mercados globais. Certas formas de dinheiro e instrumentos financeiros correm por todo o planeta, bem como várias formas de informação e conhecimento. Pessoas migram para praticamente qualquer parte da terra para ganhar a vida.

As décadas recentes assistiram a um nível sem precedentes de globalização econômica. Os fluxos transplanetários de recursos cresceram, a velocidades e tamanhos jamais vistos na história mundial. Algumas estatísticas ilustram a magnitude da tendência (em dólares americanos):

- o comércio através de fronteiras cresceu de \$ 629 bilhões em 1960 para \$ 7.430 bilhões em 2001
- o número de empresas transfronteiriças cresceu de 7.000 no final da década de 1960 para 65.000 em 2001
- o estoque total de investimentos estrangeiros no mundo cresceu de 1.700 bilhões em 1990 para 6.600 bilhões em 2001

A globalização significa muitas coisas, mas podemos concordar que ela envolve uma redução das barreiras que separam as nações umas das outras. Esta tendência acarreta tanto oportunidades como riscos.

Said El-Naggar
Novo Foro Cívico, Cairo

Estamos numa situação nova. Pode ser chamada de transnacionalização, de globalização ou de mundialização. Estamos numa transição lenta mas clara de uma era do nacionalismo para uma época de globalismo.

Octávio Ianni
Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo

A globalização é muitas vezes apresentada como um megaprojeto com matizes de Guerra nas Estrelas. Mas as donas-de-casa também estão promovendo a globalização em suas cozinhas.

Elena Makhmutova
Associação das Empresárias Mulheres do Bashkortostão, Ufa

- o comércio exterior diário cresceu de \$ 15 bilhões em 1973 para \$ 1,49 trilhão em 1998
- os empréstimos além-fronteiras dos bancos passaram de \$9 bilhões em 1972 para \$1,465 trilhão em 2000
- linha telefônicas (fixas e celulares) cresceram de 150 milhões em 1965 para mais de 1,5 bilhão em 2000
- usuários da Internet, de 0 em 1985 para 606 milhões em 2002
- passageiros aéreos internacionais, de 20 milhões em 1950 para 400 milhões em 1996

Assim, partes significativas da economia de hoje se tornaram substancialmente globalizadas. Isto não equivale a dizer de maneira alguma que as economias locais, nacionais e regionais se tenham tornado irrelevantes. Estes outros contextos permanecem claramente muito importantes. No entanto, o domínio econômico global cresceu de forma marcante na história recente, e muitos sinais indicam que o século XXI vai trazer uma globalização ainda maior. Portanto, se quisermos entender nosso presente e dar forma ao nosso futuro, precisamos dar atenção muito maior do que as gerações anteriores à economia global.

Esta atenção adicional é crucial porque escolhas fundamentais quanto à globalização precisam ser feitas. Existem vários tipos possíveis de economia global. Muitas pessoas cometem o erro de confundir a “globalização” com a economia de livre mercado. No entanto, as políticas ditas “neoliberais” de privatização, liberalização e desregulamentação representam apenas uma das possíveis abordagens políticas da economia global. A globalização e o neoliberalismo não são a mesma coisa: a primeira é um processo; a segunda é um caminho – mas de forma alguma o único – para a condução do processo. É verdade que o neoliberalismo tem sido a doutrina dominante na história contemporânea no que diz respeito à globalização. Todavia, governos diferentes seguiram a receita neoliberal em grau variável (e em certos casos bastante limitado). Além disso, muitas pessoas (inclusive inúmeros grupos da sociedade civil) têm promovido ativamente uma abordagem alternativa, não neoliberal, da condução da globalização.

Governança

Toda economia é governada. Ou seja, a produção, a troca e o consumo são mais ou menos ordenados de acordo com certas regras e procedimentos. Muitas vezes, instituições formais como conselhos e burocracias são estabelecidas para formular, implementar, monitorar e fiscalizar a

Podemos ver a globalização nas lojas da Tailândia. Milhares de pequenas lojas são fechadas enquanto varejistas mundiais como o Carrefour, a Tops e a Wal-Mart entram no país e as expulsam do mercado.

Pitthaya Wongkul
Comitê de Apoio ao Desenvolvimento Tai, Bangkok

Hoje, você não pode ser uma empresa de sucesso se não for eficiente na administração dos fatores econômicos regionais e globais.

Amaury Temporal
Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

Não podemos ser míopes – a não ser que tratemos das conexões globais, não podemos ter políticas adequadas.

Jane Nalunga
Rede para o Desenvolvimento das Associações Voluntárias de Indígenas, Kampala

A questão não é ser a favor ou contra a globalização. Ela está aí. A questão é o que fazer com ela.

Gerry Barr
Conselho Canadense para a Cooperação Internacional, Ottawa

O movimento dito “anti-globalização” se opõe à globalização liberal, e não à globalização em si.

Christophe Aguiton
ATTAG França, Paris

obediência a esses regulamentos. Noutras vezes, as regras são mais informais, como no caso dos códigos de vestuário e no entendimento implícito de que os Estados poderosos têm mais influência do que os fracos. Na verdade, algumas das “regras” mais influentes emanam de estruturas profundamente entranhadas na sociedade, como o capitalismo e a relação entre os sexos.

Mesmo os aspectos institucionais formais da governança da economia global são bastante complexos. As regras e procedimentos que ordenam o comércio, as finanças, o investimento, a migração e as comunicações globais vêm de muitos lugares: órgãos estatais no nível nacional; instituições supra-estatais nos níveis regional e global; corpos sub-estatais nos níveis local e municipal; organizações privadas; e densas redes que interligam esses níveis e setores.

Nos governos nacionais, vários ministérios estão envolvidos na regulação das questões econômicas globais. Os principais departamentos envolvidos são os do comércio, das finanças e da indústria. Os bancos centrais também figuram de maneira significativa. Além disso, questões relativas à economia global também podem envolver ministérios da agricultura, do meio ambiente, da saúde, do trabalho e das relações sociais.

Redes interestatais também têm um papel importante na regulação da economia global. Entre os exemplos mais conhecidos estão o Grupo dos Sete (G7), dos principais governos do hemisfério Norte, e o Grupo dos Setenta e Sete (G77), reunindo os governos do hemisfério Sul. Outros casos de colaboração trans governamental em relação a questões da economia global recebem menos publicidade. Por exemplo, agências nacionais de regulação financeira se reúnem no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB) desde 1974.

A cooperação entre Estados na governança da economia global foi institucionalizada em agências supra-estatais permanentes. Por exemplo, muitos arranjos econômicos regionais desenvolveram secretariados e conselhos próprios. Alguns também possuem tribunais e parlamentos próprios. Os exemplos mais proeminentes da regionalização no contexto da globalização são a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (CEAP), a União Européia (UE), a Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África (CDSA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Várias dezenas de outros organismos supra-estatais envolvidos com a economia global têm um alcance mundial. Entre os exemplos incluem-se a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Organização para a Cooperação e

A governança vem ficando cada vez mais segmentada e dividida. É difícil acompanhar o que está acontecendo e abordá-la de maneira eficaz.

Gil Yaron
Associação dos Interessados em Pesquisa e Educação,
Vancouver

Na política tradicional, centrada no Estado, era fácil determinar quem formulava as diretrizes. Em contraste, nas condições da globalização, é quase sempre muito difícil mostrar as conexões existentes entre uma decisão tomada num lugar e suas conseqüências em lugares muitos diversos.

Françoise Saulnier
Médicos sem Fronteiras (MSF), Paris

É preciso examinar os aspectos internacionais da regulação para se chegar a um quadro completo. Em relação aos alimentos, existe a Comissão do Codex Alimentarius; nas telecomunicações, o Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS). Sem uma abordagem internacional, pode-se confundir tudo.

Marilena Lazzarini
Instituto para a Defesa do Consumidor (IDEC), São Paulo

Para os canadenses, a governança da economia global tem sido quase sempre uma questão de arranjos regionais: primeiro o Acordo de Livre Comércio (FTA), entre Canadá e EUA no final da década de 1980; depois o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em meados da década de 1990; e agora a perspectiva do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Vivemos numa economia global de blocos regionais, de maneira que precisamos fortalecer as instituições regionais árabes e islâmicas para constituir um bloco à maneira da União Européia.

Abd-El Hamid El-Ghazali
Departamento de Economia, Universidade do Cairo

a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mais regulações ainda das questões econômicas globais ocorrem “abaixo” dos Estados, através de governos estaduais ou provinciais e locais. Por exemplo, órgãos de Hong Kong, Labuan, Nova Gales do Sul e Ontário participam da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (AISS). Para dar outro exemplo, algumas autoridades sub-estatais criaram arranjos regulatórios especiais para companhias transfronteiriças que operam em seus territórios. Além disso, muitas instituições sub-estatais aumentaram, nas últimas décadas, sua colaboração internacional através de organismos como o Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (CIIAL). Nessa e noutras ocasiões, a governança global também é a governança local.

Além dos arranjos estatais, supra-estatais e sub-estatais, a governança da economia global também se dá através de mecanismos privados. Por exemplo, a regulação dos domínios da Internet se dá em grande parte através de uma organização não oficial, a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). Além disto, várias regras das finanças globais são administradas por uma auto-regulamentação da indústria através de organismos como a International Securities Market Association (ISMA). Muitas companhias transfronteiriças se submetem a códigos de responsabilidade social e ambiental para as empresas formulados e monitorados não oficialmente, como a Global Reporting Initiative (GRI). Assim, o governo da economia global nem sempre ocorre através de instituições do setor público. Pode dar-se também por meio de aparatos do setor privado.

Fica claro, portanto, que se quisermos descobrir como a economia global é regulamentada, precisamos procurar em muitos lugares. Participam desse processo governos, organismos supra-estatais, arranjos sub-estatais e várias agências particulares – além de redes complexas entre elas. Por sua vez, como será elaborado na Parte 2, essas instituições múltiplas se relacionam com estruturas sociais mais gerais como classe e raça, que também desempenham um papel importante na atividade de governo da atividade econômica global.

Ainda assim, aconteça o que acontecer, o governo da economia global não é politicamente neutro. A criação, implementação e fiscalização das regras não é apenas uma questão técnica. É sempre também uma questão de poder. Assim, nós devemos perguntar sempre: onde está o poder na regulação da economia global? É este poder exercido democraticamente?

As instituições financeiras internacionais desempenham um papel cada vez mais poderoso na política econômica. São capazes de mobilizar pessoas em praticamente todos os países do mundo para apoiar suas posições.

Marina Malysheva
Centro Moscovita para Estudos de Gêner o

Na economia global de hoje, as instituições supra-estatais e sub-estatais às vezes lidam diretamente umas com as outras, dispensando o Estado. Para dar um exemplo, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) tem um escritório em Ufa para trabalhar diretamente com as autoridades da província russa do Bashkortostão.

Em resposta à globalização econômica, os governos das províncias da Colúmbia Britânica e de Ontário, no Canadá, seguiram políticas próprias de “ajuste estrutural” que se assemelham muito às recomendações das instituições financeiras internacionais.

A economia nunca é apenas técnica. A implementação de políticas pode ser técnica, mas as escolhas políticas e os resultados das medidas tomadas são políticos. Com muita frequência, as autoridades se escondem por trás da alegação de complexidade técnica da política econômica como uma forma de evitar o confronto político.

Bénédicte Hermelin
Solagrail, Paris

Democracia

Antes de avaliar a democracia no contexto específico da economia global de hoje (como faremos em partes posteriores deste relatório), precisamos examinar o conceito geral. O que é “democracia”? A questão é altamente controversa, é claro, e este relatório não irá decidir o debate. Na verdade, o fim das discussões acerca da natureza da democracia seria um sinal seguro da morte da democracia!

Em termos mais amplos, a governança é democrática sempre que o poder emanar das pessoas afetadas pela regulação em questão. Mas o que envolve mais precisamente o “governo pelo povo”? Tanto as teorias como as práticas da democracia têm variado consideravelmente ao longo da história, e de cultura para cultura. A democracia liberal – com sua ênfase na autodeterminação das nações e de eleições competitivas periódicas para os organismos de representação – é apenas um de muitos modelos possíveis.

Embora não exista uma fórmula única, universal e fixa para a democracia, a maioria das abordagens do “governo pelo povo” concordaria em torno dos princípios gerais que se seguem. Primeiro, as pessoas tomam decisões democráticas coletivamente, como um grupo, juntas. Segundo, todas as pessoas qualificadas para participar numa democracia o fazem em bases iguais, com oportunidades de envolvimento equivalentes. Terceiro, nos processos democráticos as pessoas operam livremente: não são coagidas a participar ou a expressar certas opiniões. Quarto, a democracia é conduzida às claras, de modo que todos os participantes possam ver as decisões que são tomadas, e como. Quinto, a democracia é tanto um direito quanto uma responsabilidade – combina oportunidades e deveres.

Assim, a governança democrática dos assuntos da economia global seria alcançada se as decisões das políticas que dizem respeito ao comércio global, às finanças globais, aos investimentos globais, às comunicações globais e à migração global fossem tomadas coletivamente, com igualdade, liberdade, às claras e com responsabilidade. Mas isto é muito abstrato. Como, mais concretamente, deve operar a democracia na economia global?

Na verdade, hoje não existe nenhuma resposta clara para esta pergunta. Alguns comentaristas afirmam que os modelos liberais tradicionais oferecem uma base sólida para a regulação

As definições de democracia não deveriam ser controladas por acadêmicos e especialistas em leis. Os pobres também precisam dizer o que entendem por democracia, e como a querem.

Somsak Kosaisook
Sindicato Nacional dos Ferroviários da Tailândia, Bangkok

A democracia não começa apenas na Grécia Antiga. Os aldeões tailandeses vêm escolhendo seus líderes há séculos, e os monges budistas escolhem seus novos abades de um modo não ocidental.

Pracha Hutauwatr
Ashram de Wogsanit, Tailândia

Trata-se simplesmente de recuperarmos, juntos, o futuro do nosso mundo.

Plataforma da ATTAGFrança

A democracia tem a ver com dar espaço para que os excluídos possam influir na tomada de decisões.

Iris Almeida
Direitos & Democracia, Montreal

A democracia tem a ver com a capacidade de ver tudo o que acontece e controlar tudo o que acontece.

Nancy Burrows
Federação das Mulheres do Québec (FFQ), Montreal

Assim como direitos, a democracia significa responsabilidades: a responsabilidade de respeitar a diversidade, combater a desigualdade e manifestar solidariedade.

Cândido Grzybowski
Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), Rio de Janeiro

democrática da economia globalizante atual. Outros dizem que a globalização transforma a sociedade tão radicalmente que precisamos construir novos tipos de democracia.

Seja qual for a solução, existe um problema claro. Por razões que serão discutidas na segunda parte deste relatório, quase ninguém argumenta que a presente governança da economia global seja suficientemente democrática. Nos dias atuais, diz-se, o público não tem oportunidades adequadas para tomar decisões sobre políticas atinentes à economia global de maneira coletiva, igual, livre, aberta e responsável.

Estes déficits democráticos são motivo de preocupação. A democracia é crucial para a boa sociedade. Para começar, a democracia tem um valor intrínseco como pedra fundamental da dignidade humana e do crescimento. Moralmente, é bom que o público tenha a oportunidade de tomar as decisões que dão forma ao seu destino comum. Além disso, a democracia muitas vezes (embora nem sempre) tem conseqüências positivas para o cuidado ecológico, a eficiência econômica, a paz e a justiça social. A democracia não é a resposta para todos os problemas, mas muitos problemas vitais não podem ser resolvidos sem ela.

Sim, as teorias e práticas da democracia são invariavelmente cheias de ambigüidades e contradições. Por exemplo, o que deve ter maior prioridade na democracia, a liberdade ou a igualdade? Na verdade, pode ser que a democracia esteja sempre sendo perseguida e nunca atingida por completo. Ainda assim, uma sociedade que não esteja buscando a democracia será um lugar indigno e perigoso.

Sociedade Civil

Partes subseqüentes do presente relatório irão examinar o papel da sociedade civil no processo de transformar a economia global num lugar mais democrático. No entanto, primeiro precisamos contar com uma definição de trabalho de “sociedade civil”. Afinal, as idéias de sociedade civil são tão variadas, culturalmente determinadas e controvertidas quanto as de democracia.

O termo “sociedade civil” se originou na Inglaterra do século XVI, mas tem significados diferentes no mundo contemporâneo em processo de globalização. No contexto de hoje, poderíamos definir a sociedade civil como um espaço político, ou arena política, onde as

A globalização está derrotando todas as categorias tradicionais da política. À medida que a globalização vai mudando o mundo, precisamos de novos modelos de democracia, de novos modos de controle democrático e de novas formas de legitimidade democrática.

Anne-Christine Hubbard
Federação Internacional dos Direitos Humanos, Paris

A questão da democracia na governança global não pode ser abordada com categorias convencionais. Precisamos deixar espaço para muitíssimas possibilidades, e nos manter abertos a várias idéias.

Surichai Wun' Gaeo
Campanha pela Democracia Popular, Bangkok

Não podemos nos enganar achando que é possível resolver primeiro os problemas econômicos globais, e depois atacar a questão da democracia. As duas prioridades podem e devem ser acomodadas ao mesmo tempo.

Mostafa Waly
Federação das Indústrias do Egito, Cairo

Se não evoluirmos para uma democratização da globalização, teremos um mundo horrível.

Mohammed Faiq
Organização Árabe pelos Direitos Humanos, Cairo

A expressão “sociedade civil” pode abranger qualquer coisa: milhares de atores com milhares de contradições. Na verdade, o termo é tão vago que se torna inútil.

Jean-Claude Fages
Fundação França, Paris

associações voluntárias procuram, fora da atividade da política partidária, dar forma às regras (formais e informais) que governam um ou outro aspecto da vida social. O aspecto específico da vida social que nos interessa neste relatório é a economia global.

As associações da sociedade civil reúnem pessoas com preocupações em comum quanto a uma questão política específica. Entre os exemplos de grupos da sociedade civil estão os movimentos contra a pobreza, os fóruns de negócios, os círculos de clã e parentesco, defensores dos consumidores, grupos pró-democracia, iniciativas de cooperativa pelo desenvolvimento, campanhas de defesa do meio ambiente, mecanismos de pressão em favor de grupos étnicos, associações baseadas na fé religiosa, defensores dos direitos humanos, sindicatos de trabalhadores, grupos comunitários locais, movimentos pela paz, movimentos camponeses, fundações filantrópicas, organismos profissionais, organizações de socorro, grupos de estudo, redes de mulheres, associações de jovens e outras mais.

Na definição empregada aqui, a sociedade civil abrange bem mais do que as chamadas “organizações não governamentais” (ONGs). Abrange associações informais e sem registro, além dos organismos formais. Abrange grupos de pressão em favor de interesses específicos, como fóruns de negócios e sindicatos, além de campanhas de interesse público. Algumas concepções populares correntes identificam a sociedade civil com as ONGs (“progressistas”), mas essas noções deixam escapar muitas atividades políticas importantes. O presente projeto adotou uma definição mais abrangente.

Todas as associações da sociedade civil são voluntárias. Não existem para produzir lucro financeiro em primeiro lugar (como as empresas) ou para pretender cargos públicos (como os partidos políticos). As linhas divisórias entre a sociedade civil, o mercado e o setor público podem ficar pouco nítidas na prática, é claro. Por exemplo, as associações comerciais quase sempre promovem os interesses dos seus membros. Alguns sindicatos de trabalhadores são aliados próximos de partidos políticos. Algumas ONGs são criadas por governos. Ainda assim, em princípio a sociedade civil é uma esfera distinta em que as pessoas procuram dar forma à governança sem a promessa de lucro financeiro ou de poder oficial.

Uma orientação política ativa é crucial para a sociedade civil. Nos termos da definição aqui proposta, a sociedade civil não abrange associações voluntárias como famílias, clubes recreativos e ONGs de serviços quando tais grupos não estão empenhados em afetar a distribuição e o

É imensa a variedade dos grupos da sociedade civil que abordaram questões ligadas à governança da economia global. Esta diversidade inclui a Igreja Católica no Brasil; a organização informal Mobilização pela Justiça Global, no Canadá; a Organização Árabe pelos Direitos Humanos, no Egito; o Centro para Jovens Administradores, na França; a União Ecológica Social, na Rússia; o Instituto de Pesquisas do Desenvolvimento da Tailândia; e a Associação Nacional dos Agricultores de Uganda.

A sociedade civil é o melhor caminho para o progresso no mundo após a Guerra Fria. Sem a sociedade civil, é difícil ser cidadão.

Debbie Field
FoodShare, Toronto

A sociedade civil desempenha um papel crucial na criação de um novo modo de fazer política, de que a humanidade necessita desesperadamente na esteira da globalização. Bem mais do que o Estado e o mercado, a sociedade civil tem a capacidade de transformar a luta pelo poder da política mundial em projeto de cooperação e diálogo intercivilizacional.

Patrick Viveret
Centro Internacional Pierre Mendès France (CIPMF), Paris

A sociedade democrática deve ter uma visão positiva da globalização. Depois que a globalização estiver funcionando plenamente, não haverá mais desemprego nem crise econômica.

Lydia Blokhina
Confederação das Mulheres Empresárias da Rússia, Moscou

A globalização é um caos e cria o desastre. No passado, nós fomos auto-suficientes, hoje não podemos mais sê-lo.

Portern Tarat e Suwan Mingkwan
Assembléia dos Pobres
Aldeia de Mae Mun Man Yuan, Tailândia

exercício do poder social. Assim, a sociedade civil abrange apenas algumas atividades não oficiais e não comerciais, mas não todas.

As associações da sociedade civil têm uma ampla variedade de metas em seu trabalho. No que diz respeito à globalização econômica, por exemplo, alguns grupos adotam o que se pode chamar de uma posição *conformista*: ou seja, apresentam uma disposição mais ou menos favorável às políticas existentes. Outras partes da sociedade civil adotam uma postura *rejeicionista*, e propõem a eliminação total da economia global. Uma terceira corrente da atividade da sociedade civil segue uma linha *reformista*: são organismos que, em princípio, aceitam a globalização, mas querem um ajuste das regras e instituições que governam o processo. Finalmente, uma quarta tendência poderia ser classificada de *transformadora*, e abrange os grupos da sociedade civil que vêm na globalização a oportunidade de promover uma revolução social plena.

Assim, a sociedade civil abriga pontos de vista muitíssimo diversos. É um terreno contestado que reflete as muitas divisões – e desigualdades – da sociedade como um todo. Não devemos esperar encontrar uma posição única da sociedade civil em relação à democracia na economia global, o que, por si, já é um sinal de saúde democrática.

A globalização é um fato, mas nós temos de intervir para transformá-la numa globalização da prosperidade em vez de uma globalização da miséria.

Adeilson Ribeiro Telles
Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rio de Janeiro

Não devemos procurar reconstruir as velhas estruturas que fracassaram. A economia global precisa de arranjos completamente novos

Kamal Abbas
Centro para Serviços Sindicais e de Trabalhadores, Helwan, Cairo

Parte 2

Déficits democráticos na Economia Global Contemporânea

Poucas pessoas encaram a governança da economia global de hoje como um processo democrático. Certamente, menos de uma dezena dos mais de duzentos atores da sociedade civil que contribuíram para este estudo fizeram uma avaliação positiva do estado da democracia na regulação atual do comércio global, do investimento global, das finanças globais, das comunicações globais e da migração global. Ao contrário, em sua maioria os julgamentos foram severamente negativos. Esta obviamente não é uma situação feliz, e provavelmente ajuda a explicar o crescimento disseminado, nos tempos recentes, dos sentimentos “antiglobalização”.

Contudo, significa isto dizer, mais especificamente, que a economia global contemporânea é antidemocrática? Muitos observadores têm a intuição de que carecemos de “governo pelo povo” na globalização econômica, mas eles também acham difícil descrever o problema de forma bem precisa.

As regras da economia global não são as regras da democracia. Temos muita “cracia” para pouco “demos”.

Delius Asiimwe
Instituto Makerere de Pesquisa Social, Kampala

A noção de democracia não tem qualquer ligação com a governança atual da economia global.

Ivan Blokov
Greenpeace-Russia, Moscou

Ao mesmo tempo, os que fazem um diagnóstico claro freqüentemente não compartilham o mesmo diagnóstico. Há diferentes maneiras de interpretar o déficit democrático na economia global de hoje. Em vez de apresentar uma única visão, as páginas seguintes examinarão uma variedade de argumentos produzidos por diferentes ativistas da sociedade civil sobre as deficiências da democracia na governança da economia global.

Muitas destas descrições identificam déficits democráticos na globalização econômica em termos de insuficiências institucionais. Isto é, mostram de que maneira os mecanismos reguladores formais nos âmbitos local, estadual ou provincial, nacional, regional e global não provêm o envolvimento e o controle públicos adequados.

Outras interpretações dos déficits democráticos na economia global adotam uma abordagem mais estrutural. Ou seja, explicam a deficiência de

democracia em termos das desigualdades amplamente disseminadas e profundamente arraigadas da sociedade. Alguns pontos de vista estruturais enfatizam as hierarquias entre os Estados na economia global. Outros salientam as desigualdades existentes entre as culturas e civilizações. Ainda outros destacam as estratificações entre as classes, sexos, raças ou outros grupos sociais. Ou podem-se ver várias desigualdades estruturais operando em combinação.

É claro, argumentos institucionais e estruturais podem ser complementares. Em outras palavras, as desigualdades estruturais podem refletir-se na maneira como os Estados, os órgãos supra-estatais, as agências sub-estatais e os mecanismos reguladores privados funcionam. Inversamente, arranjos institucionais não democráticos podem reforçar e perpetuar desigualdades estruturais não democráticas.

A globalização de hoje é um processo de manipulação, mais do que de participação. Não temos como determinar sua direção.

Márcia Florêncio
Afro Reggae, Rio de Janeiro

A democracia entrou em queda livre com a globalização.

Francine Néméh
Associação de Organizações de Cooperação Internacional do Québec (AQOCI),
Montreal

Problemas Institucionais

Muitas das deficiências democráticas na governança atual da economia global se devem às próprias instituições que criam e implementam as regras. Nenhuma das agências de governança da economia global mencionadas acima – Estados, redes transgovernamentais, organismos supra-estatais, organizações sub-estatais e mecanismos privados – tem usos que possam ser definidos como boa tradição democrática. Antes pelo contrário.

Estados

Os governos nacionais centrais são os principais focos da governança na era moderna. É compreensível, então, que as principais campanhas modernas em favor da democracia se tenham concentrado na democratização do Estado: por exemplo, a Revolução Francesa, a Revolução Chinesa, as lutas pela descolonização, etc.

É claro, seria um erro, conforme já indicamos, considerar os governos nacionais como o *único* lugar onde a democracia é necessária na economia global de hoje. No entanto, os Estados continuam a ser cruciais para a governança da globalização, e é difícil ver de que maneira poderíamos conseguir a democracia na economia global de hoje sem Estados democráticos.

Infelizmente, muitos – e alguns críticos diriam a maioria – dos Estados de hoje não possuem sólidas credenciais democráticas. O povo – neste caso, os cidadãos nacionais de cada Estado – tem um envolvimento limitado em seu governo central, ou pouco controle sobre ele. Em muitos países, os cidadãos têm poucas ocasiões de manifestar suas opiniões além das eleições periódicas para certos postos de governo. Há inclusive Estados em que mesmo esta prática democrática mínima está ausente.

Mesmo assim, as questões ligadas à economia global tendem a desempenhar um papel reduzido nas eleições nacionais. Em geral, os partidos políticos só mencionam o comércio global, as finanças globais, etc. de passagem, isso quando os mencionam, em seus manifestos e plataformas. Durante as campanhas, poucos eleitores pressionam seus candidatos para assumirem posições quanto à globalização econômica. Da mesma forma, a cobertura das eleições nos meios de comunicação de

As decisões sobre a economia global são tomadas sem discussão pública por grupos pequenos e de grande influência. Muitas vezes as pessoas não são informadas dessas decisões.

Luis Basseggio
Pastoral dos Migrantes, Igreja Católica, São Paulo

A única sede de governo democraticamente legítimo é o Estado. Tudo o mais é ilegítimo. Para democratizar a economia global, precisamos construir estruturas nacionais que permitam às pessoas terem voz.

Bernard Cassen
ATTAG França, Paris

Temos de fortalecer a democracia no interior dos países. Um Estado democrático forte será mais capaz de lutar por mudanças democráticas na arena internacional.

Sadi Baron
Movimento Anti-Barragem (MAB), São Carlos, Brasil

Os Estados são peças num quebra-cabeças global. Se a democracia está ausente num ou em mais Estados, o quadro global não será democrático.

Alaa Ezz
Associação das Empresas pela Conservação Ambiental, Cairo

Os aldeões não se beneficiam da democracia na Tailândia. Sessenta e cinco anos de eleições não fizeram nada pelos aldeões. As eleições são apenas uma disputa entre os grupos da elite.

Veerapon Sopa
Rede Popular contra a Globalização, Tailândia

Não devemos desistir dos parlamentos. São absolutamente cruciais para a democracia econômica global. Precisamos revigorar os parlamentos nacionais e estabelecer novas redes interparlamentares em torno de questões econômicas globais.

Robin Round
Halifax Initiative, Whitehorse

massa geralmente dá pouca atenção a questões ligadas à governança da economia global.

Os governos também quase jamais convocaram plebiscitos nacionais destinados especificamente a decidir políticas em relação à economia global. Os referendos organizados em alguns países para decidir questões fundamentais relacionadas à União Européia são um raro exemplo. As eleições populares na Suíça para decidir quanto à sua filiação a instituições multilaterais são outro.

Uma vez empossados, a maioria dos legisladores – na qualidade de representantes democráticos do povo – pouco faz quanto às políticas referentes à economia global. Poucos parlamentares têm conhecimento pessoal das questões da economia global, e na maioria dos casos não contam com uma assessoria profissional adequada para dar-lhes apoio nessa área. Muitas assembleias nacionais de representantes pouco discutem, quando discutem, questões ligadas à globalização econômica. Os legislativos que debatem ocasionalmente esses problemas muitas vezes têm pouca influência sobre o que o governo vai efetivamente fazer. Embora algumas constituições nacionais exijam que o legislativo ratifique os tratados, a maior parte da regulação de economia global não se dá em hoje em forma de tratado, de maneira que escapa da necessidade de aprovação parlamentar. Inúmeras decisões importantes de governo sobre questões da economia global são tomadas sem consulta aos representantes democráticos. Na verdade, às vezes os legisladores sequer são informados das ações de seu governo no campo da economia global. Em alguns casos, os parlamentares também têm dificuldade para obter documentos oficiais fundamentais. É claro, existem alguns exemplos de ativismo legislativo no que concerne à globalização econômica, como os conflitos periódicos de alta visibilidade no Congresso norte-americano em relação à destinação de verbas para o FMI e o Banco Mundial. De forma geral, contudo, as assembleias nacionais têm uma tradição muito insuficiente de supervisão das políticas relacionadas à economia global.

Em vez disso, a regulação estatal das questões econômicas globais tende a ficar a cargo de burocracias em grande parte isoladas das vistas e do controle do público. A maior parte dos negociadores comerciais, das autoridades dos ministérios das finanças, dos banqueiros centrais, dos reguladores das comunicações, dos comitês de investimento e assemelhados operam fora das vistas do público e com limitada participação dos cidadãos, quando ela existe. Até mesmo os ministros só intervêm raramente no trabalho dessas autoridades.

Os Estados pobres muitas vezes padecem do problema oposto, o de terem uma burocracia econômica pequena e fraca demais para servir o país. Têm poucos funcionários graduados, os quais ainda por cima contam com uma formação profissional insuficiente. O resultado é que muitos

Muitos membros do parlamento de Uganda não sabem e não querem saber do que está acontecendo no âmbito global.

Sheila Kawamara-Mishambi
Rede das Mulheres de Uganda, Kampala

Muito poucos dos políticos da Rússia têm competência real para avaliar as conseqüências dos programas do FMI e do Banco Mundial. São menos de 100 as autoridades na Rússia capazes de ter uma discussão significativa a respeito.

Yuri Dzhibladze
Centro para o Desenvolvimento da Democracia e dos Direitos Humanos, Moscou

São nossas instituições nacionais eficientes no que diz respeito à globalização? Talvez apenas 10 de nossos 500 parlamentares entendam as questões da governança econômica global, e o parlamento dedica muito pouco tempo à discussão desses problemas. Os políticos não têm tempo de se concentrar nessas matérias.

Suthipand Chirathivat
Universidade de Chulalongkorn, Bangkok

Em dezembro de 2001, ONGs francesas entregaram ao presidente da Assembleia Nacional uma petição solicitando a criação de uma comissão parlamentar sobre a governança global, com uma equipe permanente de pesquisa.

Com relação à OIT, tudo na Tailândia é deixado por conta de funcionários de serviços públicos como o Departamento de Economia e Negócios do Ministério do Comércio. Estes funcionários são mais poderosos do que os parlamentares e mesmo do que os ministros de Estado.

Chanida Chanyapate Bamford
Focus on Global South, Bangkok

Estados não possuem representação adequada nos foros internacionais que determinam regras para a economia global.

Quanto aos vínculos transgovernamentais entre os reguladores oficiais descritos acima, a maioria dos cidadãos sequer tem consciência da existência dessas redes. Assim, o público não tem condições de acompanhar essa parte do governo da economia global, e ainda menos de ser consultado acerca dela ou exercer sobre ela qualquer controle.

De fato, se os cidadãos tiverem queixas quanto ao modo como a economia global os afeta, para que órgãos do Estado podem encaminhar seus reclamos? Os parlamentos foram em grande parte afastados da política da globalização econômica, e as burocracias ministeriais tendem a ser fechadas. Os tribunais nacionais não aceitam muitos casos ligados a questões econômicas globais como disputas comerciais ou problemas de dívidas transfronteiriças. De qualquer maneira, falta a muitos Estados, em primeiro lugar, um judiciário devidamente independente. Nenhum país sequer possui algo como uma ouvidoria nacional para questões econômicas globais.

Além dessas deficiências institucionais específicas, há também problemas mais gerais do Estado como provedor de democracia na economia global. Em primeiro lugar, que “povo” é democraticamente atendido pelo Estado? O Estado está voltado para a comunidade nacional, e só é democraticamente apropriado no que diz respeito aos interesses nacionais. Contudo, o “*demos*” nas questões globais nem sempre, ou nem só, tem um caráter nacional. Existem também comunidades transnacionais de, por exemplo, descendentes de africanos, pessoas da mesma religião, minorias sexuais, trabalhadores, etc. “O público” tem muitas faces na economia global, e a democracia baseada no Estado às vezes não é um arcabouço muito satisfatório para a autodeterminação das comunidades não nacionais.

Coloca-se, em seguida, a questão da eficiência prática. Mesmo que os organismos estatais viessem a atingir o mais alto padrão democrático no que diz respeito à elaboração de políticas para a economia global, será que isto bastaria? Afinal, nenhum governo nacional é capaz de controlar plenamente o envolvimento do seu país na economia global. Estados fracos em países pobres têm uma capacidade especialmente limitada. Mas mesmo os governos mais poderosos também não são capazes de regulamentar por si sós, de maneira eficaz, os fluxos de comunicação global, os movimentos migratórios globais, as empresas globais, etc. Cada Estado só governa um território delimitado, enquanto os processos da economia global operam em todo o mundo, desafiando muitas vezes as fronteiras nacionais. Neste sentido, a economia global é capaz de minar até mesmo a

Muitos altos funcionários do Ministério do Comércio de Uganda pouco têm a dizer. Com funcionários mal remunerados, sobrecarregados e de competência limitada, o governo não está bem colocado nas negociações comerciais. O ministro não sabia que estava assinando o acordo de Marrakech para criar a OMC.

Comentário de vários membros de ONGs, Kampala

A democracia no Estado não se traduz automaticamente em democracia no processo global de tomadas de decisões.

Françoise Vanni
Aja Aqui por um Mundo Solidário, Paris

A globalização nos dá a oportunidade de reconhecer que as pessoas descendentes de africanos de todo o mundo formam uma comunidade de destino e enfrentam problemas semelhantes. Minha identidade como pessoa descendente de africanos pode ser maior que minha identidade nacional.

Sueli Carneiro
Géledes – Instituto da Mulher Negra, São Paulo

A globalização limita o que os governos democráticos podem fazer, e enfraquece a nação-Estado democrática.

Steve Staples
Council of Canadians, Ottawa

O Brasil em 1988 e a Tailândia em 1997 promulgaram constituições substancialmente mais democráticas que as anteriores. Ainda assim, muitos acreditam que a economia global frustrou em muito essa nova promessa democrática.

Sou um internacionalista, mas não subestimo a importância do nacional. É lá que estão a maioria das leis e do dinheiro.

Gustave Massiah
Associação Internacional de Técnicos, Especialistas e Pesquisadores (AITEC), Paris

melhor das democracias nacionais.

É claro, as discussões sobre a perda de poder dos Estados em face da globalização podem ir longe demais. Mas os governos nacionais ainda podem dar forma à maneira como a economia global afeta seus cidadãos. Os Estados mais fortes, especialmente, podem exercer grande influência neste aspecto. Muitos políticos nacionais julgaram politicamente conveniente pôr a culpa por medidas econômicas impopulares em instituições regionais e globais, quando na verdade os governos nacionais tomaram parte nessas decisões. Noutras ocasiões, os Estados nacionais foram culpados de inação – ou seja, poderiam ter tomado mais iniciativas no sentido de construir uma participação democrática na economia global e um controle democrático sobre ela, mas deixaram de aproveitar as oportunidades que tiveram.

De todo modo, é claro que, para ser eficiente, a regulação da economia global não pode ser exercida apenas pelos Estados nacionais. Assim, as últimas décadas assistiram a um importante crescimento de instituições regionais e globais de governança, bem como de alguma devolução do poder aos governos estaduais ou provinciais e locais. Desse modo, embora o esforço de democratização da economia global deva dar muita atenção às instituições do Estado, muito trabalho também deve ser dedicado a outros sítios da governança.

Instituições Supra-estatais

Muitas queixas de falta de democracia na economia global de hoje apontam para os arranjos regionais e transmundiais de governança. Essas críticas atribuem grande parte da culpa pelo declínio das democracias nacionais a organismos supra-estatais como a União Européia, o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e a OMC. Nas décadas recentes, estas instituições regionais e globais de fato adquiriram mais poder, particularmente sobre os Estados mais pobres. Ainda assim, as organizações econômicas multilaterais têm poucas credenciais democráticas próprias a apresentar. Em muitos casos, as autoridades supra-estatais mal chegaram a reconhecer que têm um problema de democracia.

Boa parte da dificuldade para a democracia nos organismos supra-estatais surge porque não se sabe ao certo a forma que ela deve assumir. Devemos simplesmente pedir aos Estados democráticos que exerçam um controle mais cerrado sobre as instituições de governança regional e global? Ou devemos procurar criar instituições supra-estatais com base no modelo dos Estados democráticos

Não é que rejeitemos o nacional, mas a política também precisa ser construída em outros lugares.

Bernard Pinard
Centro de Pesquisa e Informação sobre o Desenvolvimento,
Paris

O poder foi para o nível global, mas ainda não temos um poder que se contraponha a ele e assegure a democracia.

François-Xavier Verschave
Survival, Paris

Mecanismos como a OMC, o FMI e a OCDE decidem como serão nossas vidas sem nos consultar. Não se pode confiar nesses comitês secretos sem legitimidade democrática.

Geraldo Feix
ATTAGBrasil, Porto Alegre

As organizações multilaterais não possuem mecanismos para realizar a vontade da ampla maioria.

Jorge Durão
Associação de Organizações de Assistência Social e
Educativa (FASE), Rio de Janeiro

Muitas das condições impostas pelo FMI excedem sua competência e ferem a soberania nacional. Esta intrusão é inaceitável, mesmo que tenha boas intenções.

Fernando Cardim
Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Democracia é quando todo cidadão tem o direito constitucionalmente garantido de intervir na política. O artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem precisa ser emendado para cobrir não apenas o nível nacional mas também o nível mundial.

François Lille
Bem Público Global (BPEM), Paris

liberais, com assembleias representativas eleitas pelo sufrágio universal? Ou serão necessários outros tipos de mecanismos para obtermos um “governo do povo” no que diz respeito às organizações internacionais de governança?

A primeira dessas abordagens não é muito adequada: na prática, um maior controle dos Estados-membros sobre as instituições regionais e globais tende a significar um maior controle dos governos mais fortes. Mesmo que Estados poderosos como a China, a Alemanha e os EUA tivessem credenciais impecavelmente democráticas no trato com seus próprios cidadãos – e isto está longe de ser evidente – esses governos não têm base democrática para falar em nome de bilhões de pessoas no resto do mundo.

A segunda abordagem – a da criação de câmaras de representação para agências supra-estatais – foi pouco experimentada. Uma exceção é a União Européia, que tem um Parlamento Europeu eleito popularmente desde 1979; no entanto, os poderes deste organismo são limitados, a maioria dos cidadãos ignora suas atividades e a participação do eleitorado é geralmente muito baixa. Mais recentemente, a Comunidade Leste Africana (CLA) criou um parlamento cujos membros são selecionados pelos congressos nacionais dos três Estados-membros. De resto, outros organismos regionais não possuem um órgão permanente de representação, e nenhuma instituição global contemplou seriamente a idéia de constituir um. Assim, estamos muito distantes de ter uma Assembleia do Povo das Nações Unidas ou um Parlamento da OMC, embora alguns reformadores já tenham proposto a criação desses organismos.

Quanto à tentativa de mecanismos alternativos, algumas instituições econômicas supra-estatais empreenderam em anos recentes consultas públicas, especialmente por meio dos chamados “diálogos entre interessados”. A idéia aqui é discutir a preparação e a operação de políticas e projetos com representantes de todos os grupos afetados: consumidores, investidores, residentes, trabalhadores etc. Certos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco do Desenvolvimento Asiático (BDA) levaram ainda mais longe este processo de consulta aos envolvidos. O FMI e a OMC deram passos menores nessa direção, e com maior relutância. Enquanto isso, outros organismos supra-estatais como o BIS, *Bank of International Settlements*, e a OCDE não fizeram quase nada até hoje no sentido de desenvolver procedimentos de consultas aos interessados. Além disso, como assinalado na Parte 4 deste relatório, mesmo as iniciativas extensivas de “participação” e “parceria” dos BMDs sofreram sérias críticas.

Levará cem anos até termos um parlamento regional na Ásia.

Jarun Dithapichai
União pela Liberdade Civil, Bangkok

É necessário criar um parlamento mundial de algum tipo. Não sei como defini-lo, mas precisamos dele.

Cândido Grzybowski
Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), Rio de Janeiro

Precisamos de uma assembleia parlamentar para a OMC. Nos contextos nacionais, os parlamentos são os principais mecanismos de representação, debate e resolução de conflitos entre prioridades políticas. Um organismo parlamentar consultivo poderia supervisionar, debater e criar relatórios sobre os trabalhos da OMC. A criação de parlamentos globais desperta muitas questões, é claro. Quantas cadeiras deve ter a assembleia, e como devem ser distribuídas? Como devem ser tomadas as decisões? Quem pagará as contas? Esses problemas, porém, não são impossíveis de superar. Já foram resolvidos na criação de assembleias parlamentares para outras organizações internacionais.

Fergus Watt
Movimento dos Federalistas Mundiais - Canadá, Ottawa

O Banco Mundial e seu presidente atual estão fazendo alguns esforços positivos no sentido de possibilitar a participação das pessoas nas decisões, mas ainda não chegamos a um nível que possa ser chamado de democracia.

Leonard Msemakweli
Aliança Cooperativa de Uganda, Kampala

As “consultas” feitas pelas instituições econômicas internacionais são um indicativo de falsa democracia, se ignorarem a dinâmica subjacente do poder.

Pam Foster
Halifax Initiative, Ottawa

Desprovidas de assembleias de representantes e fazendo, quando tanto, apenas consultas limitadas ao público, eis como as instituições supra-estatais costumam tomar suas principais decisões políticas, por trás de portas fechadas em comitês como a Diretoria Executiva do FMI e a conferência ministerial da OMC. Embora os membros desses organismos representem Estados, geralmente lhes faltam ligações mais próximas com os parlamentos nacionais, e raramente mantêm um contato direto mais que incidental com os cidadãos.

Além disso, nas instituições financeiras internacionais (IFIs), os votos são ponderados em função do montante de dinheiro com que cada Estado contribui para o capital do organismo. Com base neste princípio de um voto por dólar, os cinco Estados que detêm a maior parte do capital no FMI e no Banco Mundial controlam, atualmente, 40% dos votos. Em contraste, 23 Estados da África francófona têm, reunidos, apenas pouco mais de um por cento. De fato uma democracia muito estranha!

Os órgãos de formulação de políticas de outras instituições supra-estatais como a União Européia, a ONU e a OMC geralmente funcionam na base de um voto por estado. No entanto, este arranjo dá posições idênticas, em princípio, para a China e Vanuatu, sem levar em conta suas respectivas participações na população mundial. Além disso, na prática, os Estados não possuem condições iguais para exercer seus votos iguais. No caso da OMC, por exemplo, cerca de um terço dos Estados-membros não possui representação permanente em Genebra. De maneira similar, as delegações de alguns Estados junto à ONU são muito maiores e dotadas de melhor qualificação profissional do que outras.

Do ponto de vista da democracia, outros problemas surgem no tocante às burocracias supra-estatais que respondem pelo trabalho rotineiro. Como ocorre com os ministérios econômicos em nível nacional, as autoridades das instituições econômicas globais e regionais operam geralmente com pouco escrutínio do público. Se mesmo entrar em contato com equipes do BIS, a Comissão Européia, missões do FMI ou o Secretariado da ONU é em geral muito difícil para os cidadãos comuns, quanto mais exercer influência sobre eles.

Finalmente, a maioria das instituições supra-estatais não dispõe de mecanismos efetivamente democráticos de prestação de contas através dos quais possa responder ao público por seus erros. Vários organismos econômicos regionais têm tribunais, mas poucos são bem desenvolvidos e o número de cidadãos que sabem como utilizá-los é ainda menor. O FMI e o Banco Mundial foram os únicos a criar (recentemente) procedimentos de avaliação pública das políticas adotadas. Nem o

Na realidade, a OMC não é nada democrática. É inacessível e obscura. Tem hoje um bom sítio na Internet, mas a sociedade civil ainda não tem acesso a reuniões, e nem meios de submeter propostas aos procedimentos oficiais.

David Runnalis
Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável,
Winnipeg

É antidemocrático um país mais rico ter mais votos e mais poder no FMI e no Banco Mundial. O fato de os ricos pagarem mais impostos não significa que tenham mais votos nas eleições nacionais.

Sarawat Pratoomraj
Comitê de Coordenação das Organizações dos Direitos
Humanos da Tailândia, Bangkok

A OMC pode ter o princípio de um voto por Estado, mas alguns Estados são muito fortes e outros muito fracos, de maneira que, na prática, seus direitos não são iguais.

Abd El-Sattar Eshrah
Federação Geral das Câmaras de Comércio do Egito, Cairo

A ONU tenta criar uma boa estrutura, mas os representantes vêm de governos e agem em benefício dos governantes, mais do que dos povos. E assim a ONU acaba muito distante das pessoas comuns.

Chalida Tajaroensuk
Fórum Asiático para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento,
Bangkok

A OIT é burocrática, e não democrática. Seus diretores dão ouvidos ao patrão e cuidam de proteger sua posição.

Sakool Zuesongdham
Fundação Arom Pongpangan, Bangkok

As equipes das instituições financeiras internacionais são como os bolcheviques. Alegam saber o que é do interesse das pessoas.

Alexei Simonov
Fundação da Defesa da Glasnost, Moscou

BIS nem a OCDE, nem as agências da ONU e a OMC contam com mecanismos que permitam a avaliação independente e acessível ao público de seu desempenho.

Assim, feitas as contas, as instituições supra-estatais têm um registro muito fraco de exercício democrático no governo da economia global. É claro que o poder desses organismos não deve ser exagerado. É verdade que os órgãos regionais e transmundiais são importantes atores na governança da economia atual, e as medidas por eles prescritas podem ter efeitos de longo alcance. No entanto, organismos como o Mercosul, o PNUD e a OMC contam com muito menos recursos do que muita gente imagina, em termos de orçamento, tamanho da equipe, bases de dados, etc. Em comparação com os governos nacionais, as instituições supra-estatais tampouco dispõem de forças armadas próprias. Assim, ao mesmo tempo que atores como a União Européia e o FMI são muito influentes, absolutamente não são ditadores isolados. Seria portanto um erro concentrar as estratégias de democratização da economia global apenas na governança supra-estatal.

Instituições sub-estatais

Se as agências estatais e supra-estatais apresentaram um desempenho tão insuficiente do ponto de vista democrático no governo da economia global, será a devolução uma solução mais adequada? Muitos comentaristas sugeriram que arranjos sub-estatais nos níveis estadual ou provincial, distrital e municipal podem trazer a regulação da economia global para mais perto das pessoas afetadas. Esses argumentos propõem que a melhor democratização da globalização ocorre através da localização. Isto é, deslocar a responsabilidade pela governança da economia global dos arranjos nacionais e internacionais, concentrando-a, em vez disso, nas esferas mais locais.

Existem certamente ocasiões em que governos sub-estatais tomaram medidas no sentido de aumentar o envolvimento do público e o controle público sobre os investimentos, o comércio, as finanças, as comunicações e a migração globais, na medida em que essas atividades afetam as comunidades locais. Por exemplo, alguns conselhos municipais promoveram consultas ao público sobre a permissão a uma cadeia global de varejo para abrir uma loja local. No entanto, iniciativas desse tipo são relativamente raras. No geral, os organismos sub-estatais dão menos atenção ainda à economia global que os governos nacionais. Embora o *slogan* “pense globalmente, aja localmente” seja popular desde os anos 1960, são poucos os governantes estaduais, provinciais e municipais que abordam questões econômicas globais.

No entanto, mesmo que os organismos de governança sub-estatais maximizassem seus esforços

Os painéis da OMC são absolutamente não democráticos. São realizados in camera, onde outras partes não têm como interferir, e suas decisões não estão sujeitas à revisão judicial.

Warren Allmand
Direitos & Democracia, Montreal

A dificuldade do FMI e do Banco Mundial é que seus recursos são inadequados para os problemas que são chamados a abordar.

Said El-Naggar
Novo Fórum Cívico, Cairo

Devemos nos concentrar em conferir poder às pessoas nas bases, em vez de reformar as organizações mundiais ou criar novas.

Nantaporn Techaprasertsakul
Campanha para a Reforma Popular dos Meios de
Comunicação, Bangkok

Na França, a campanha de defesa do consumidor “*De l'éthique sur l'étiquette*” [Ética nas etiquetas] concentrou boa parte de seus esforços nos governos municipais. Por exemplo, ativistas pressionaram os candidatos nas eleições municipais de 2001 a apoiarem esta causa, e mais de 100 conselhos municipais declararam seu apoio oficial à campanha.

Em 2001, o governo da província de Québec, no Canadá, criou um Observatório da Globalização, envolvendo várias dúzias de cidadãos e associações da sociedade civil de posições políticas diversas, com a finalidade de ampliar o debate público sobre as questões globais.

As eleições locais se tornaram irrelevantes. As regras globais, como as da OMC, impedem que os governos locais ponham em ação as políticas desejadas pelo povo local.

Kevin Millsip
Check Your Head, Vancouver

para obter um controle mais democrático da economia global, os resultados ainda seriam inadequados. Os governos locais só cobrem pequenas jurisdições territoriais; e por isto são ainda menos capazes do que os Estados nacionais de exercer um controle unilateral sobre relações globais que atravessam todo o planeta.

Claro, as instituições sub-estatais poderiam aumentar seu poder de lidar com questões econômicas globais se trabalhassem juntas. Organismos como a duradoura União Internacional de Autoridades Locais (UIAL) e a mais recente Associação Mundial de Cidades e Coordenação de Autoridades Locais (AMCCAL) desenvolveram o multilateralismo dos governos locais. No entanto, essas organizações transfronteiriças ainda não produziram qualquer impacto digno de nota sobre as políticas de regulação da economia global.

Os críticos mais radicais dos arranjos existentes para governar a economia global sugerem que a democracia só pode ser obtida se as comunidades locais rejeitarem todas as agências oficiais, tanto sub-estatais quanto estatais e supra-estatais. De acordo com essa visão, o “controle pelo povo” deve fundamentar-se na participação popular direta nas organizações de base. Por todo o mundo, muitos movimentos sociais adotaram esta abordagem, inclusive as ações dos povos indígenas, os camponeses sem terra, os moradores urbanos sem teto, e os coletivos de mulheres. Várias iniciativas, como a *Schack/Slum Dwellers International*, a Via Campesina, a aliança de vendedores de rua *StreetNet* e o internacionalismo de certos sindicatos, também desenvolveram redes transfronteiriças entre grupos comunitários locais.

Não há dúvida, é possível buscar um grau muito maior de democracia participativa de base no que diz respeito às questões econômicas globais. Contudo, talvez não se deva superestimar o grau em que o ativismo local de pequena escala pode controlar a economia global. Associações voluntárias de base abriram bolsões de expressão democrática, mas obtiveram um número relativamente pequeno de vitórias duradouras para a população local. Além disto, essas vitórias ocorreram em geral quando as políticas oficiais mudaram. Em outras palavras, os grupos de base geralmente não obtiveram sozinho os seus ganhos contra forças globais, mas usando instituições formais sub-estatais, estatais e supra-estatais.

Finalmente, é importante não romantizar a política local, tanto a oficial como a de base. É verdade que o local é muitas vezes mais imediato e mais íntimo das pessoas que as esferas nacional ou global, mas a proximidade não se traduz automaticamente em mais democracia. As eleições locais podem ter taxas muito baixas de participação. Os governos sub-estatais podem ser tão autoritários

Quando as pessoas ouvem falar em “democracia”, pensam na democracia liberal. Mas a democracia eleitoral é uma pseudodemocracia, uma democracia ilusória. Precisamos de democracia direta.

Prasittiporn Kanonsri
Amigos do Povo, Bangkok

O âmbito local é onde pode haver mais democracia na economia global. É nele que as pessoas sentem o impacto das políticas globais – sobre sua educação, sua saúde, o sistema sanitário, etc.

Patty Barrera
Fronteiras Comuns, Toronto

Cerca de mil comunidades da Tailândia estão envolvidas numa Rede Comunitária para a Sabedoria Independente, que promove a auto-suficiência local, a solidariedade na base e a integridade ecológica como alternativa para a economia global.

A Via Campesina é um movimento global de base de camponeses formado em 1993. Seus membros hoje se espalham por sete regiões das Américas, da Ásia e da Europa. A rede examina regularmente as políticas agrícola e alimentar que emanam da FAO, da OCDE e da OMC.

A ICANN é um desastre para a democracia. É uma organização privada global, criada com as bênçãos do governo norte-americano. Um empresário da área de informática preside o conselho, e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos indica a maioria dos outros membros. Os cinco diretores regionais da ICANN foram eleitos por um método horrível. As regras da ICANN são quase sempre arbitrárias e injustas, mas não há muito que o público possa fazer a respeito.

Carlos Afonso
Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS), Rio de Janeiro

quanto as instituições estatais e supra-estatais. As redes de organizações de base podem ser tão fortemente marcadas por hierarquias de classe, preconceitos étnicos, sectarismo religioso e desigualdades de gênero quanto os mecanismos oficiais de governança. Com certeza, o local não é inerentemente democrático.

Mecanismos privados

Até aqui, as avaliações dos déficits de democracia na economia global se concentraram nas instituições oficiais. Não obstante, como foi assinalado na Parte 1, uma certa parcela da governança da globalização econômica se dá através de agências do setor privado, como a ICANN e a ISMA. E esses arranjos estão entre os que apresentam o mais baixo índice de participação democrática de todos.

Os problemas começam com a invisibilidade. A grande maioria dos cidadãos – inclusive muitos ativistas preocupados com a globalização – não sabe que esquemas regulatórios privados são importantes para vários aspectos das comunicações globais, das finanças globais e do comércio global. A maioria das pessoas jamais ouviu falar de organismos como o Comitê Internacional de Padrões Contábeis (CIPC), a *Social Accountability International* (SAI) e o Instituto Europeu de Padrões de Telecomunicações (IEPT). É claro que a democracia não tem como operar em relação a estruturas de governança que são quase totalmente inacessíveis aos olhos do público.

Além disso, os arranjos regulatórios privados da economia global só incorporaram, se tanto, poucos mecanismos para aporte do público e controle pelo público. Organismos como o Grupo de Política de Derivativos (composto por acadêmicos e banqueiros) não tem base – nem mesmo indireta – em eleições populares. A Federação Mundial de Trocas (para mercados de títulos e ações) e a Organização do Conselho Empresarial para o Turismo Mundial não possuem procedimentos para a consulta pública. O ICANN e agências de cotação de títulos como a Moody's Investors Service não têm sistemas de prestação de contas ao público que possam ser acionados se e quando suas atividades regulatórias causarem prejuízos.

Em suma, é difícil justificar democraticamente a governança privada da economia global. Os defensores da idéia afirmam que a “auto-regulação” pelo mercado é mais eficaz e praticável do que a “intervenção” do setor público. Mesmo que isto fosse verdade – e não está claro de que o seja sempre, e nem mesmo no mais das vezes – praticamente nenhum dos esquemas privados tem nada

O dever de prestar contas na área financeira é uma questão que preocupa muito o público. Como podemos deixar a fixação das regras nas mãos de organizações privadas como a IASC?

Philippe Herzog
Confrontations, Paris

Ouvimos muita retórica a respeito das novas “parcerias entre o público e o privado” no sistema da ONU, mas a democracia nunca faz parte da história.

John Foster
North-South Institute, Ottawa

O Conselho de Gestão da Floresta é um raro exemplo de arranjo de governança privada na economia global que tenta adquirir credenciais democráticas. Fundado em 1993, o CGF reuniu empresas, associações de povos indígenas, grupos ambientais, institutos de pesquisa, grupos de consumidores, ONGs voltadas para o desenvolvimento e outros a fim de implementar um programa mundial de certificação dos produtos florestais que venham de operações ecológica, econômica e socialmente viáveis.

As tendências globais usurparam a democracia em todos os níveis.

Jessie Smith
Real Alternatives Information Network, Vancouver

Precisamos de mais do que uma democratização dos processos. Precisamos também fazer ajustes que compensem o legado histórico de desigualdade na economia mundial.

Heba Handoussa
Fórum de Pesquisa Econômica para os Países Árabes, Irã e Turquia; Cairo

que sequer se assemelhe a uma base democrática.

Problemas estruturais

A revisão feita acima das instituições que governam a economia global revela um déficit de democracia difundido e grave. Na verdade, muito poucos organismos de governança da economia global sequer chegam perto da aprovação num teste de grau de democracia. No entanto, os problemas vão além dos procedimentos institucionais. O déficit democrático na economia global contemporânea também tem um carácter estrutural mais profundo.

Os problemas estruturais relativos à democracia resultam dos princípios básicos que regem a organização da economia global contemporânea. Por exemplo, se certos grupos de pessoas são sistemática e consistentemente marginalizados, a governança da economia global tenderá a ser o “domínio de *algumas* pessoas”, e não do público em geral. Desigualdades estruturais produzem dominação, e não democracia.

Está bastante claro que a economia global de hoje tem mais hierarquia do que igualdade. As estruturas de subordinação assumem muitas formas, como a desigualdade entre Estados, desigualdade entre classes, desigualdade entre culturas, desigualdade entre os sexos e desigualdade entre raças. Em conjunto, estruturas tão arraigadas de dominação impedem a maioria da população mundial de participar na economia global e de controlar sua governança.

É claro que se discute a importância relativa desses diversos tipos de desigualdade estrutural. Por exemplo, há quem diga que a dominação pelos Estados mais importantes é a principal barreira a uma economia global democrática. Outros afirmam que a hierarquia de classes no interior do capitalismo é a razão mais importante para as deficiências extremas de democracia na globalização. Uma terceira perspectiva diz que a hegemonia da cultura ocidental é o problema estrutural fundamental para a democracia global. Enquanto isso, as feministas dizem que a subordinação de gênero é a raiz básica dos problemas democráticos na economia global, e os movimentos de libertação dos negros afirmam que o racismo é a questão fundamental.

Este relatório não tenta arbitrar tais disputas sobre a significância relativa dos vários fatores. Todas essas desigualdades estruturais – e outras ainda – são evidentemente estorvos importantes ao

A globalização põe todos os habitantes da terra no mesmo barco, mas alguns estão no porão, enquanto outros viajam de primeira classe.

Jean-François Trogrlic
Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), Paris

Os interesses dos grupos marginalizados – como as mulheres, os jovens, os pobres e os portadores de deficiência – não estão sendo observados na economia global.

Patricia Munabi
Fórum para as Mulheres na Democracia, Kampala

Recuso-me a estabelecer uma hierarquia entre as diversas desigualdades: entre países, classes, sexos, etc. Resolver uma delas não resolverá as demais. Todas são importantes, e todas têm o mesmo móvel econômico.

Dominique Pilhon
ATTAG França, Paris

Os países grandes levam vantagem na economia global, às expensas dos pequenos. Isto não é democrático. Mas o que pode fazer um país pequeno? Não tem maneira de derrotar um país grande. E assim precisa aceitar regras não democráticas.

Dusit Nontanakorn
Câmara de Comércio Tailandesa, Bangkok

“Democracia” é um conceito usado a torto e a direito pelo Ocidente e pelos EUA em defesa de seu interesse nacional. Aparece bem menos do que devia na realidade, quando se trata de fazer comércio.

Paul Asiimwe
Conselho Cristão Reunido de Uganda, Kampala

exercício da democracia na globalização econômica atual. Ainda é possível discutir com proveito as diferentes desigualdades, mesmo que não as hierarquizemos. A ordem da discussão que se segue não implica ordem de importância. Na verdade, reflete a frequência relativa com que o problema foi mencionado pelos colaboradores do presente projeto.

Desigualdade entre Estados

Muitos pensam a dominação estrutural na política mundial em termos de uma hierarquia dos Estados. Dessa perspectiva, a democracia não se exerce na governança da economia global porque os governos mais ricos e poderosos impõem sua vontade aos Estados mais pobres e mais fracos.

Assim, os cidadãos dos Estados subordinados tendem a ter uma oportunidade muito menor de exercer influência sobre a regulação da economia global do que os cidadãos dos Estados dominantes. A medida da participação das pessoas é substancialmente determinada pelo acidente histórico em seu país de origem. Nascido na Grã-Bretanha – sorte. Nascido no Butão – azar.

Este problema da desigualdade entre os Estados fica ainda pior quando os governos mais poderosos colaboram entre si para governar a economia global. Por exemplo, o G7 é uma força importante da governança da economia global, mas só oferece vagas a um punhado de Estados, cuja população coletiva soma uma minoria da humanidade. Da mesma forma, o BIS e a OCDE excluem a maioria dos Estados do mundo da condição de membros. O problema democrático dos votos ponderados nos IFIs já foi mencionado. Além disso, os Estados mais importantes chegaram a um entendimento informal graças ao qual o diretor-executivo do FMI é sempre um europeu ocidental, enquanto o presidente do Banco Mundial é sempre um cidadão dos EUA.

Assim, muita gente fala de uma estrutura de dominação na economia global do “Sul” pelo “Norte”, dos “países subdesenvolvidos” pelos “países desenvolvidos”, da “periferia” pelo “núcleo”. É verdade que os Estados do Sul formaram várias coalizões próprias, entre elas o G77, o Grupo Intergovernamental dos 24 sobre Questões Monetárias Internacionais (G24) e o Grupo dos 15 (G15). No entanto, esses organismos do hemisfério Sul não contam com uma influência de monta em comparação com o G7. Em 1999, os ministros da economia do G7 criaram um Grupo dos 20 (G20), a fim de incluir os governos dos chamados “mercados emergentes” nas discussões sobre o controle das finanças globais. Mesmo assim, o G20 ainda exclui a maioria dos Estados do mundo, e até aqui tem sido apenas um foro secundário. Da mesma forma, a expansão recente do G7 para tornar-se um Grupo dos 8 (G8), incluindo a Rússia, pouca diferença fez para a desigualdade

Os países desenvolvidos podem ter democracia interna, mas em sua política mundial fazem imposições aos países mais fracos e pobres, impedindo-os de determinar suas próprias políticas.

Fu'ad Thabit

União da Associação para o Desenvolvimento Econômico, Port Said

O presidente do Banco Mundial tem de ser americano, e o do FMI tem de ser europeu – isto não é democrático.

Prida Teasuwan

Rede de Ação Social, Bangkok

Se houvesse democracia na economia global, não veríamos as imensas diferenças de riqueza que existem hoje entre países.

Arthur Bainomugisha

Igreja de Uganda, Kampala

A diferença entre o G7 e o G77 é tão grande quanto a diferença entre o céu e o chão. E isto é uma prova clara de que o mundo não é democrático.

Somsak Kosaisook

Sindicato Nacional dos Ferroviários da Tailândia, Bangkok

A globalização vem sendo conduzida pelos EUA. O Destino Manifesto [uma afirmação da pretensa missão mundial dos EUA feita no séc. XIX] está vivo, e em plena saúde.

Shauna Sylvester

Instituto para os Meios de Comunicação, a Política e a Sociedade Civil, Vancouver

No mundo unipolar de hoje, quem tem o ouro dita as regras. Se a sua prioridade não for a prioridade da potência unipolar, você não tem a menor possibilidade de sucesso.

Alaa Ezz

Associação de Empresas pela Conservação Ambiental, Cairo

estrutural entre os Estados na economia global.

Também entre os Estados dominantes, um dos Estados tem sido mais igual do que os outros na globalização econômica contemporânea. Os EUA têm mais recursos à sua disposição do que qualquer outro governo do mundo. Muitas vezes, têm usado esta vantagem para dar forma às regras da economia global, prestando pouca atenção no processo ao que a maioria da humanidade pode sentir ou desejar. Embora os EUA não monopolizem formalmente agências supra-estatais como o FMI e a OMC, na prática sempre parecem ter poder de veto. Por isto, alguns observadores concluíram que uma única superpotência vem governando a globalização econômica recente. Fala-se de unipolaridade, de hegemonia dos EUA e de Império Americano.

Não obstante, quer enfatizemos de maneira mais geral a dominação pelos países do hemisfério Norte ou, mais especificamente, a dominação pelos EUA, é claro que a desigualdade entre os Estados viola profundamente os princípios democráticos na governança da economia global. As pessoas protestam com razão quando algumas regiões dentro de um país são marginalizadas na governança de uma economia nacional. Da mesma forma, não é aceitável que a maioria da humanidade esteja subordinada no caso da governança da economia global simplesmente porque calham viver num determinado trecho da superfície da terra, e não num outro.

Hierarquia de classes

Depois da desigualdade entre os Estados, a implantação da democracia enfrenta outra barreira estrutural na desigualdade entre as classes. Isto é, certos grupos econômicos têm uma vantagem arraigada sobre outros na governança das comunicações, da migração, do comércio e das finanças internacionais. Investidores, administradores e profissionais liberais têm voz muito mais ativa do que camponeses, trabalhadores e desempregados.

É certo que existem profundas desigualdades de classe no mundo de hoje. Os mais ricos têm muitas vezes mais rendas e bens do que os mais pobres. Na verdade, essas desigualdades se ampliaram substancialmente ao longo das décadas mais recentes. Além disso, alguns estudos sugerem que as distâncias cada vez maiores entre as classes são, em grande parte, consequência das políticas neoliberais referentes à globalização.

Para as classes, tanto quanto para os Estados, as desigualdades econômicas produzem

A globalização é marcada pela exclusão. Os trabalhadores não são levados em conta, e não têm espaço para participar.

Adeilson Ribeiro Telles
Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rio de Janeiro

Democracia significa o poder do povo. Capitalismo significa poder do mercado e das empresas.

Alexandr Buzgalin
Movimento Social Pan-Russo "Alternativas", Moscou

A globalização só pertence às grandes empresas. A "democracia" é apenas um mecanismo para permitir que o capital global penetre no Terceiro Mundo.

Pitthaya Wongkul
Comitê de Apoio ao Desenvolvimento Tailandês, Bangkok

Teoricamente o governo é democrático, mas na prática está claramente do lado da globalização empresarial.

Darrin Quaiman
União Nacional dos Agricultores, Saskatoon

A ONU foi cooptada pelas empresas. Já não é mais parte da solução.

Srisuwan Kuankachon
Projeto para a Recuperação Ecológica, Bangkok

A OMC simboliza o domínio global das empresas, pura e simplesmente.

Tony Clarke
Instituto Polaris, Ottawa

desigualdades políticas. As classes com mais recursos têm mais oportunidades de exercer o poder. A democracia sofre quando financistas, industriais, profissionais liberais e herdeiros de riqueza têm mais possibilidades de influir sobre a governança do que a maioria de seus concidadãos.

Sob esta luz, muitos críticos denunciam as regras vigentes da economia global como “domínio empresarial”. As grandes empresas transnacionais detêm recursos enormes, que podem ser usados para enfraquecer a democracia. Uma quantidade relativamente pequena de membros de grandes empresas domina a maior parte dos setores da economia atual. Nesta situação, o “governo pelo povo” se transforma facilmente em governo pelos empresários.

Sob condições de dominação de classe na economia global, os governos locais e nacionais muitas vezes se mostram mais preocupados com os interesses empresariais e a confiança do investidor do que com outros lados da opinião pública. Além disso, muitos Estados atuaram no sentido de reduzir a capacidade de defesa dos trabalhadores das organizações sindicais ante as condições da globalização econômica. Da mesma forma, o processo da OMC inclui mais as empresas do que os consumidores. As IFIs geralmente lidam com os problemas da dívida de maneiras que mais protegem os bancos do que os pobres. As regras da ICANN dão mais prioridade a garantir que a Internet dará renda a seus investidores do que a expandir o acesso à Internet para as pessoas comuns.

É importante assinalar que as diferenças hierárquicas de classe na economia global têm um caráter transnacional. Noutras palavras, os membros das elites capitalistas podem ser encontrados em todos os países, da Bélgica à Zâmbia. Uma parcela maior deste círculo privilegiado vive no hemisfério Norte, mas também se encontram pessoas super-ricas no hemisfério Sul. De forma semelhante, as classes inferiores globais abarcam tanto os despossuídos do Norte quanto os pobres do Sul. Em suma, as divisões de classe não coincidem com as fronteiras territoriais.

Assim, uma análise do déficit de democracia na economia global com base na classe social é diferente de um diagnóstico do problema baseado nos Estados. Qual das formas de desigualdade estrutural é a mais importante? Alguns analistas dizem que tudo na política global se reduz em última instância à classe, enquanto outros afirmam que tudo se reduz aos Estados. Uma terceira abordagem acredita que as diferenças hierárquicas tanto entre Estados quanto entre classes enfraquecem a democracia na economia global, onde nenhuma das duas pode ser reduzida à outra.

O voto russo no G8, no FMI e no Banco Mundial não representa necessariamente a voz da sociedade. Talvez represente, isto sim, a parte russa poderosa da elite mundial. Nossa elite enriqueceu numa era global, e na verdade adota uma posição antinacional. Para eles, o país é apenas um lugar onde podem produzir sua imensa renda.

Victor Kuvardin
Fundação Gorbachev, Moscou

Os empresários capitalistas estão construindo um governo mundial. Desprezam os Estados. Estão em toda parte, e pouco se lhes dá o Estado em que se encontram. Na visão deles, a governança mundial jamais será democrática.

Jarun Dithapichai
União pela Liberdade Civil, Bangkok

A globalização não deveria impor um conhecimento, um modo de desenvolvimento baseado no conhecimento científico da Europa. Precisamos de uma democracia do conhecimento.

Krisada Boonchai
Projeto para a Recuperação Ecológica, Bangkok

A globalização é o imperialismo cultural do Ocidente. Não queremos ter um único padrão de valores como a medida de todos os outros. Cada cultura tem seus próprios valores intrínsecos, que não precisam ser comparados com outros. Não aprendemos com um padrão único, mas com a diferença.

Pracha Hutauwatr
Ashram de Wongsanit, Tailândia

É errado criar um modelo e dizer que só existe uma forma de globalização para todos.

Abdel Moty Lotfy Abdel Moty
União para a Associação do Desenvolvimento Econômico, Cairo

Dominação cultural

As desigualdades estruturais na economia global vão além do Estado e da classe social, e também afetam a cultura. Nesta análise, a governança da economia global é não democrática quando impõe às pessoas uma certa forma de existência, certas crenças ou filiações.

Os argumentos sobre a dominação cultural na economia global (dentro de cada país, ou entre países) quase sempre se concentram no poder da civilização ocidental ou moderna sobre outros modos de vida. Por exemplo, as regras da globalização econômica podem funcionar contra as culturas dos povos indígenas. Ou os regulamentos podem, contra a vontade das pessoas afetadas, enfraquecer princípios tradicionais africanos, budistas, confucionistas, hinduístas ou islâmicos.

A governança presente da economia global se dá, na esmagadora maioria dos casos, com base em linhas culturais ocidentais. Assim, por exemplo, povos indígenas têm tido uma participação mínima na regulamentação do funcionamento de empresas globais que podem vir a se instalar em suas terras. Da mesma forma, as autoridades tendem a considerar irrelevantes para a regulação da economia global as preocupações de ordem espiritual e emocional. Espera-se que todos se comportem de uma forma moderna, ocidental, secular, racionalista, capitalista e consumista. A civilização dominante é quem determina as regras do jogo.

Outros problemas de subordinação cultural na economia global são mais específicos. Por exemplo, o domínio da língua inglesa na economia global tende a deixar em desvantagem qualquer um que não seja fluente nela, como por exemplo muitos negociadores comerciais da África francófona. Além disso, as idéias e princípios que não são facilmente traduzíveis para o inglês dificilmente são ouvidas nos fóruns globais.

Ademais, a governança da economia global é dominada, de forma geral, por uma cultura do tecnicismo economicista. A maioria dos cidadãos, entre eles muitos políticos, tem grande dificuldade em entender a linguagem especializada daqueles que administram as políticas da economia global. Além disso, os “especialistas” tendem a se deslocar dentro de redes sociais bastante fechadas. Frequentam as mesmas universidades exclusivas, as mesmas associações profissionais, os mesmos clubes recreativos, etc. O resultado é que pode ser muito difícil para outras pessoas envolver-se na elaboração das políticas que governam a economia global.

Em suma, a governança presente da economia global envolve uma subordinação cultural

Nossos habitantes rurais podem até falar um pouco de inglês, mas para realmente compreenderem os acordos da OMC precisariam receber a informação em sua língua local.

Abubakar Moki

Associação Nacional dos Agricultores de Uganda, Kampala

As feministas da Índia e de Uganda podem fazer intervenções globais em inglês, mas as críticas da América Latina não são ouvidas no mundo.

Maria Betânia Ávila

SOS – Corpo, Sexo e Cidadania, Fortaleza

Hoje, o Banco Mundial é obrigado a publicar estudos de impacto ambiental relacionados às suas atividades, mas como pode o público entender essa linguagem obscura e fazer uma contra-análise eficaz?

Hélène Ballande

Amigos da Terra, Paris

Precisamos imaginar uma forma de democracia que seja compatível com a diversidade legal e cultural do mundo. Todos precisam sentir-se à vontade em suas tradições.

François-Xavier Verschave

Survival, Paris

A democracia global virá das discussões da diferença.

Lyndsay Poaps

Check Your Head, Vancouver

Precisamos desenvolver o conceito de gênero de maneira que as mulheres possam entender o patriarcado na economia global.

Supensri Pungkoksung

Amigos das Mulheres, Bangkok

amplamente difundida. Muitas pessoas que enfrentam ataques a valores que lhes são preciosos procuram maneiras de exprimir seu descontentamento e proteger seu modo de vida. No entanto, os arranjos existentes de governança da economia global só deixam possibilidades seriamente limitadas para o pluralismo cultural e a negociação entre culturas.

Outras subordinações

A maioria dos argumentos sobre a desigualdade estrutural na economia global realça a dominação por Estados, por classes ou pela cultura. No entanto, outras hierarquias também enfraquecem a democracia na globalização econômica. O fato de serem mencionadas com menos frequência não as torna necessariamente menos importantes.

A desigualdade entre os gêneros é um exemplo. As mulheres constituem cerca da metade da humanidade, mas apenas uma minoria dos tomadores de decisão na governança da economia global pertence ao sexo feminino. Além disso, as mulheres quase sempre encontram mais dificuldade do que os homens para serem ouvidas pelos formuladores das políticas econômicas globais. Em todo o mundo, muitas meninas sofrem condições desiguais de acesso a serviços essenciais como educação e assistência médica, comprometendo assim sua capacidade de se tornarem cidadãs plenas na vida adulta.

A desigualdade entre raças também serve de obstáculo à democratização da economia global. Como as mulheres, as pessoas de cor são gravemente subrepresentadas nos círculos oficiais envolvidos com questões econômicas globais. Os africanos negros e os descendentes de africanos enfrentam tamanha exclusão que se torna cada vez mais comum a menção ao “*apartheid* global”. Ainda assim, além de raros eventos como a Conferência contra o Racismo, patrocinada pela ONU em 2001, a questão racial é raramente abordada de maneira explícita na governança da economia global.

A divisão entre o urbano e o rural também se constitui numa barreira estrutural para a democracia na economia global. As principais instituições de governança se localizam todas em grandes cidades, que a maioria dos habitantes rurais não tem como atingir. Além disso, as autoridades que regulam as questões da economia global são predominantemente de origem urbana, e nessa medida não se encontram bem aparelhadas para compreender as questões rurais.

Outras desigualdades – de idade, incapacidade ou preferência sexual – também podem intervir no

As deficiências da democracia são um problema de gênero. Quanto mais as mulheres participam da tomada de decisões – do orçamento doméstico ao Banco Mundial – mais a democracia se aperfeiçoará.

Claude Piganiol-Jacquet
ATTAG França, Paris

O paradigma dominante é o da superioridade branca, pois dois terços da população mundial não são brancos. Se esta situação absurda não mudar, não se pode falar de uma democratização da globalização.

Sueli Carneiro
Géledes – Instituto das Mulheres Negras, São Paulo

Antes da globalização, o racismo era limitado ao lugar. Agora ele também se espalha pelos novos instrumentos de comunicação, como a Internet e a televisão via satélite.

Yousri Moustafa
Instituto de Estudos dos Direitos Humanos, Cairo

De maneira geral, são as forças globais que determinam a forma da democracia, mas até que ponto elas próprias são democráticas?

Betty Kwagala
Instituto Makerere de Pesquisa Social, Kampala

Quanto mais depressa a globalização caminha, mais lento fica o processo de democratização na Tailândia.

Reawadee Praserjareonsuk
Comitê de Coordenação das ONGs sobre o Desenvolvimento,
Bangkok

sentido de reduzir o grau de democracia na governança da economia global. Por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) é um dos pouquíssimos (e menos dotado de recursos) lugares na governança supra-estatal que se concentra nos jovens. Nenhum organismo se dedica aos problemas específicos dos idosos na economia global, dos portadores de deficiência ou das minorias sexuais.

Conclusão

Como as páginas anteriores mostraram, uma revisão ainda que superficial dos problemas da democracia na economia global contemporânea revela uma longa história. Uma legião de problemas institucionais se combinou com uma legião de problemas estruturais para criar uma situação altamente não democrática. Normalmente, concebemos a democracia como o governo da maioria com direitos para a minoria; no entanto, a situação presente da economia global tende a ser do governo da minoria sem direitos para a maioria.

Como indicam as muitas frases de atores da sociedade civil citadas acima, em todo o mundo e em todos os setores sociais as pessoas reconhecem que a democracia na economia global é uma questão urgente. Ao mesmo tempo, falta à maioria das pessoas um diagnóstico sistemático, claro e detalhado dos déficits de democracia na globalização econômica. Mesmo ativistas muito experientes, com uma compreensão altamente desenvolvida do problema, ainda se debatem com dificuldades para formular uma estratégia eficiente para lidar com o problema.

As seções seguintes deste relatório examinam o que pode ser feito em relação aos déficits de democracia na economia global. Não se tenta apresentar uma solução abrangente. Em vez disso, a discussão explora a maneira como as atividades da sociedade civil podem ajudar a aumentar a participação do povo na governança das comunicações, das finanças, dos investimentos, da migração e do comércio globais.

A tendência atual na globalização é os peixes grandes comerem os pequenos. É um novo darwinismo social da preponderância dos ricos sobre os pobres.

Hoda Badran
Aliança das Mulheres Árabes, Cairo

A situação atual, de imensas disparidades globais, é como o clima: se misturarmos o muito frio com o muito quente, teremos uma tempestade.

Aspásia Camargo
Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro

Uma globalização deixe muitos de fora e abandonados irá reproduzir o 11 de setembro muitas vezes em muitos lugares.

Vladimir Borissenkov
Academia Russa de Educação, Moscou

O caminho para a democracia global é longo e complicado. Nenhuma forma singular será suficiente em si mesma.

Eric Loiselet
Fórum para o Investimento Responsável, Paris

Parte 3

Contribuições da sociedade civil para uma economia global mais democrática

Será a sociedade civil uma resposta para o déficit democrático na governança da economia global? Como tudo que diz respeito à democracia, a resposta não é evidente.

Certamente, não se pode afirmar que a sociedade civil seja a única, completa, automática ou necessariamente a melhor resposta para os problemas institucionais e estruturais discutidos na Parte 2. Afinal, algumas associações da sociedade civil (como grupos racistas) são essencialmente antidemocráticas. Outros órgãos da sociedade civil apóiam a democracia em princípio, mas só dão pouca prioridade à sua

promoção na prática. Esta negligência relativa é especialmente característica de organizações que apóiam interesses estabelecidos poderosos.

Isto dito, em muitas outras ocasiões as atividades da sociedade civil podem certamente ajudar os cidadãos a conquistarem mais consciência, envolvimento e controle sobre a regulação da globalização econômica. Estes benefícios são patentes em relação a certos ingredientes vitais da democracia, como a educação pública, o debate público, a participação pública, e transparência pública e o dever de prestar de contas ao público. Como indica a discussão a

seguir, as associações da sociedade civil já deram muitas contribuições para uma economia global democrática de cada uma dessas cinco maneiras.

Por outro lado, os grupos de sociedade civil também podem realizar muito mais em cada uma dessas áreas. Os frutos potenciais da sociedade civil para a governança democrática da economia global são muito maiores do que os ganhos obtidos até hoje. Muito trabalho resta a fazer. As Partes 4 e 5 discutem as circunstâncias que têm limitado as contribuições da sociedade civil. A Parte 6 sugere o que poderia ser feito para aumentar esses benefícios.

Educação pública

A democracia efetiva se baseia em cidadãos capacitados. Assim, a educação é vital. Um público ignorante não pode lutar significativamente em prol da autodeterminação coletiva. Para adquirir democraticamente o poder de influir sobre uma questão – como a globalização econômica – a pessoa precisa compreender os conceitos, os princípios, as políticas, os procedimentos, a ética e os indícios relevantes.

Assim, as associações da sociedade civil podem desempenhar uma função democrática essencial através da contribuição à educação pública sobre a economia global e a forma como ela é governada. Isto significa levar aos cidadãos informações relevantes à governança da economia global e amplificar sua capacidade de analisar e interpretar essas informações. O papel de educação do público é especialmente importante quando, como nos dias de hoje, outras instituições como o governo, os partidos políticos, as escolas e os meios de comunicação de massa vêm-se mostrando amplamente incapazes de transmitir aos cidadãos os indícios e as análises adequadas em relação à globalização econômica.

Os grupos da sociedade civil podem promover a educação do público de várias maneiras. Entre elas, animar eventos educativos, criar centros educativos, produzir material educativo e gerar publicidade através dos meios de comunicação de massa. Para terem efeito democrático pleno, as iniciativas da sociedade civil devem tornar esta educação disponível – e de preferência igualmente disponível – em todos os países, culturas e setores sociais.

Os eventos educativos sobre a economia global e sua governança podem assumir muitas formas. As associações da sociedade civil têm patrocinado um sem-número de encontros, palestras, simpósios, seminários, oficinas, grupos de discussão, mesas-redondas, *performances* artísticas e mostras itinerantes. Algumas organizações da sociedade civil também desenvolveram cursos regulares sobre a globalização econômica. Estas várias oportunidades para aprender sobre a economia global atraem regularmente dezenas de pessoas, às vezes centenas, e ocasionalmente até milhares.

O ativismo da sociedade civil também pode ser, em si mesmo, um processo de aprendizado. A participação em associações coletivas e conversações casuais podem ajudar as pessoas a adquirir

O conhecimento é a condição fundamental da democracia.

Jean St-Denis
Central Sindical do Quebec (CSQ), Montreal

O papel mais importante da sociedade civil na governança econômica é a educação pública.

Andrei Kortunov
Fundação da Ciência de Moscou

A ATTAG França promove regularmente palestras e discussões em seus 200 grupos sobre questões de finanças, negócios e comércio globais. O movimento também anima uma escola de verão de iniciação à economia, que atrai 800 participantes por ano.

Nos três anos após o seu lançamento em 1999, a Check Your Head: The Youth Global Education Network promoveu 700 oficinas sobre globalização nas escolas da província canadense da Colúmbia Britânica, envolvendo um total de 10 mil pessoas. A Real Alternatives Information Network (RAIN), em Vancouver, oferece ao público, desde 1998, um curso de 8 semanas sobre questões de economia global.

O Instituto da População em Moscou criou um curso de duas semanas sobre os temas globalização e gênero. No Canadá, o Comitê Nacional de Ação sobre o *Status* das Mulheres reuniu um *kit* de utilidades sobre mulheres e globalização.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) criou vários cursos sobre direitos do consumidor, e também preparou materiais para educação do consumidor para uso de professores em escolas.

Não “ensinamos” globalização aos sem-teto. Primeiro, nós os convencemos de que têm de lutar, e depois começamos um processo de discussão que os leva a entender que são pobres.

Rafael
Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto, Rio de Janeiro

mais consciência das forças da economia global que dão forma às suas vidas. Este “aprender-fazendo” pode ser especialmente importante para aqueles com pouca educação formal e baixa escolaridade. Com certeza, o envolvimento em atividades da sociedade civil pode ajudar os cidadãos – especialmente os cidadãos dos grupos subordinados – a adquirirem uma consciência política da sua identidade, dos seus interesses e do seu direito de expressão.

Centros educativos oferecem locais mais permanentes para a educação pública sobre a economia global e sua governança. Por exemplo, algumas associações da sociedade civil constituíram bibliotecas e centros de documentação acessíveis ao público lidando com as questões relacionadas à economia global. E muitos mais grupos da sociedade civil também montaram sítios na Internet com grande riqueza de informações sobre a globalização econômica.

Em termos de material educativo, os grupos da sociedade civil têm produzido coletivamente uma enorme quantidade de folhetos, brochuras, boletins, circulares, livros, sumários de políticas, dossiês, manuais de treinamento, produções audiovisuais, cartazes, revistas em quadrinhos e muito mais sobre a governança da economia global. Cada vez mais, muitas dessas publicações assumem tanto a forma eletrônica como a impressa. Muitos materiais foram especialmente projetados para leigos, de modo a tornar o conhecimento sobre a globalização econômica disponível para os cidadãos comuns, além dos profissionais especializados. Ademais, algumas ferramentas educacionais foram preparadas em múltiplas línguas, de maneira a atingir platéias mais amplas.

Quanto à divulgação nos órgãos de comunicação de massa, os grupos da sociedade civil muitas vezes ajudaram a aumentar a consciência pública sobre a globalização econômica através de *press-releases*, conferências de imprensa, artigos em jornais e revistas de grande circulação, programas de televisão e emissões de rádio (inclusive com a participação do público pelo telefone). Há ocasiões em que os ativistas da sociedade civil geram publicidade mediante expedientes para chamar a atenção, como gestos de propaganda de grande impacto ou a queima de efígies. Em outras oportunidades, as organizações da sociedade civil usam os meios de comunicação de massa para difundir análises detalhadas sobre a governança da economia global para o grande público.

De várias maneiras, portanto, a sociedade civil pode dar uma contribuição fundamental para um economia global democrática através da educação do cidadão. É claro que as atividades da sociedade civil dessas últimas décadas tornaram muitos cidadãos mais conscientes dos assuntos da economia global.

A globalização – seus prós e seus contras – é um dos temas mais importantes que nós explicamos a nossos milhões de seguidores em todo o Egito, em encontros educacionais, jornais e sítios da Internet.

Liderança anônima dos Irmãos Muçulmanos, Cairo

Em março de 1999, a *Focus on the Global South* [Foco no Sul Global] de Bangkok organizou uma conferência sobre Soberania Econômica num Mundo em Globalização, que reuniu 400 pessoas de todos os cantos do mundo. O congresso anual do Fórum Econômico Internacional do Egito dá uma atenção substancial aos assuntos globais. Em janeiro de 2002, a Federação de Sindicatos Independentes da Rússia (FNPR) promoveu uma importante conferência sobre globalização.

Em 2002, o Instituto Ethos organizou em São Paulo uma feira comercial sobre responsabilidade social empresarial. Duzentas empresas puderam expor seus trabalhos nesta área, aprender com a experiência uma da outra, e aumentar a conscientização entre governos, meios de comunicação de massa e ONGs.

Fundada em 1985, a rede RITIMO de centros de documentação para o desenvolvimento da solidariedade internacional tem 45 pontos de informação e encontro, abertos ao público em toda a França.

O Centro Egípcio de Estudos Econômicos envia gratuitamente suas publicações para milhares de pessoas de diversos setores da sociedade. Do mesmo modo, o Fórum de Pesquisas Econômicas para os Países Árabes, Irã e Turquia divulga descobertas acadêmicas para vários milhares de pessoas, usando linguagem acessível tanto em versões árabes como inglesas.

Através do seu Conselho Científico, a ATTAG França publicou dezenas de livretos educativos sobre uma ampla gama de questões econômicas globais. Todos são baratos e escritos para o público em geral. A ATTAC-França também publica um boletim eletrônico em várias línguas, que contava com mais de 12.500 assinantes em todo o mundo em abril de 2003.

Isto dito, ainda há muito a ser realizado nesta área, tanto em qualidade como em quantidade. Com certeza, como será indicado mais longamente na Parte 4, os esforços da sociedade civil podem às vezes se afastar do caminho da educação pública sobre a economia global. Por exemplo, a “educação” pode estar incorreta, representar certas opiniões de maneira equívoca ou reforçar a discriminações contra grupos subordinados.

Debate público

Cidadãos democráticos são não apenas educados, mas também ativos. Não aceitam passivamente tudo que digam ou façam as autoridades governantes. Ao contrário, numa democracia as pessoas assumem posturas deliberadas sobre certas questões, adotando suas posições a partir de uma reflexão cuidadosa sobre os diferentes cursos possíveis de ação. A governança democrática depende, portanto, de um debate público aberto e vigoroso entre diversas visões e opiniões.

Por isso, além das atividades de educação pública, as associações da sociedade civil podem melhorar a democracia na governança da economia global criando oportunidades para a discussão pública de uma ampla gama de condições e escolhas de políticas. A sociedade civil é um lugar onde os cidadãos – preferivelmente qualquer cidadão, e todos os cidadãos – podem debater juntos os rumos que a economia global deve tomar.

Esta contribuição democrática da sociedade civil é especialmente importante nos dias de hoje, em que a maioria dos círculos governantes do mundo tende a uma abordagem amplamente semelhante da governança da economia global. Muitos comentaristas falam, a este respeito, de um “Consenso de Washington” com base em princípios “neoliberais”. A opinião predominante afirma que a economia global deve ser um mercado “livre”, a que se chega por meio de políticas de privatização, liberalização desregulamentação e disciplina fiscal.

Contudo, em termos de democracia, o que interessa não é tanto o caráter específico da opinião dominante. O perigo para a democracia ocorre toda vez que uma abordagem qualquer – seja ela neoliberal, ou outra qualquer – ameaça monopolizar a governança da economia global. Se uma determinada perspectiva adquire o controle geral, os governantes logo se sentem tentados a tornar-se autoritários e a suprimir arbitrariamente a divergência.

Os participantes da *Uganda Debt Network* [Rede da Dívida de Uganda] usam frequentemente programas de rádio e entrevistas por telefone para comprometer as comunidades locais em discussões sobre questões de políticas econômicas e sociais relacionadas à dívida e aos programas de alívio da dívida.

A sociedade civil pode levar a uma variedade maior de opções. Se os líderes mundiais forem todos homens e mulheres de negócio, só aportarão um ponto de vista.

Olga Makarenko
Organização de Caridade “Rainha Olga”, Moscou

O papel das ONGs é se contrapor à unipolaridade e promover a multipolaridade.

Mohamed Idris
Associação Central de Sindicatos Cooperativos, Cairo

O Conselho Supremo Muçulmano de Uganda apresenta propostas em questões econômicas que vão numa direção diferente daquela do mundo em geral.

Ismail Ecum
Conselho Supremo Muçulmano de Uganda, Kampala

Antes de tomar qualquer decisão, as pessoas precisam conhecer a questão de diferentes pontos de vista. A sociedade civil provê um fórum em que é possível intercambiar todas as perspectivas.

Sarawut Pratoomraj
Comitê Coordenador das Organizações de Direitos Humanos da Tailândia, Bangkok

É freqüente os governos não verem os lados negativos dos seus acordos comerciais. A sociedade civil apresenta outros pontos de vista, levantando questões que de outro modo não surgiriam.

Will Horter
Dogwood Initiative (antiga Forest Futures), Victoria, BC

As associações da sociedade civil têm, assim, desempenhado um papel democrático crucial na economia global, ao promover o pluralismo. Enquanto alguns grupos da sociedade civil apóiam as abordagens neoliberais, outros se opõem às medidas políticas e às agências de governança existentes. Além disso, muitos ativistas vão além de uma simples rejeição do *status quo*, apresentando sugestões específicas de outras regras e instituições para conduzir a globalização econômica. Neste aspecto, vários órgãos da sociedade civil defendem modelos alternativos, nacionalistas, socialistas, feministas, ambientalistas, espiritualistas e outros, para a regulação das atividades da economia global.

Em suma, a sociedade civil oferece um fórum em que o público pode debater, com a devida energia – e sem violência, esperamos – todo tipo de idéias sobre a governança da economia global. A chave democrática é manter alternativas abertas, e cultivar uma atmosfera política em que os cidadãosousem questionar e refutar os ocupantes do poder.

Participação pública

Além da educação pública e do debate público, a democracia é marcada pela participação pública. Assim, a governança será mais democrática quanto mais todas as pessoas afetadas tomarem parte – direta ou indireta – nas discussões e nas decisões políticas. Numa democracia, os cidadãos são ouvidos.

As associações da sociedade civil podem ajudar os cidadãos a conquistar esta influência na formulação das políticas relativas à economia global. Esta função é especialmente importante nos tempos atuais, em que, como indicamos acima, as instituições legislativas representativas de todo o mundo têm sido geralmente incapazes de canalizar as contribuições do público para a regulação da globalização econômica. Além disso, as atividades da sociedade civil podem fornecer oportunidade de participação para círculos sociais como os pobres e as mulheres, que tendem a ser pouco ouvidos em outros espaços políticos (inclusive nas assembleias eleitas).

Mais e mais, as organizações da sociedade civil vêm obtendo acesso direto aos organismos oficiais, abrindo canais através dos quais as opiniões dos cidadãos podem ser articuladas e

Grupos da sociedade civil animaram vários “Fóruns Populares” e “contracúpulas” ao longo das muitas conferências regionais e globais oficiais, como a APEC [Asia Pacific Economic Cooperation], a UE, o G7, a FMI/Banco Mundial, a ONU, a OMC e outras. Estes encontros proporcionam um espaço para discutir políticas práticas alternativas e o governo da economia global. Os encontros paralelos freqüentemente publicam declarações que questionam os comunicados oficiais.

Um grupo de trabalho da sociedade civil sobre Diretos de Comunicação na Sociedade da Informação (CRIS) preparou propostas e estratégias alternativas para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, reunida pela União Internacional de Telecomunicação.

Desde 2001, o Fórum Social Mundial, com a participação de centenas grupos reformistas e transformadores da sociedade civil, vem se reunindo a cada janeiro/fevereiro, ao mesmo tempo que o Fórum Econômico Mundial, uma associação centrada nos negócios que promove a globalização em termos marcadamente neoliberais. O debate FSM-FEM aviva a política da globalização.

Todo encontro global deveria ser precedido por um encontro da sociedade civil, em que governos e instituições multilaterais pudessem ser informados pela sociedade civil sobre as inquietações pública quanto ao que é pretendido.

Ibrahim Allam
Organização Árabe pelos Direitos Humanos, Cairo

Desde a chamada “Batalha de Seattle”, no final de 1999, os ministérios do comércio nacionais aumentaram substancialmente suas consultas a grupos da sociedade civil. No Canadá, o Ministério das Relações Exteriores e Comércio Internacional tem um programa importante de ligação com a sociedade civil. Na França, o Ministério do Comércio Externo realiza, a cada dois meses, uma longa reunião com atores da sociedade civil. Na Rússia, a questão de entrar para a OMC está sendo discutida numa Comissão Tripartite envolvendo governo, setor empresarial e sindicatos. Em Uganda, o Ministério do Comércio e da Indústria estabeleceu um comitê para tratar de questões envolvendo a OMC, com representantes da sociedade civil em todos os seus subcomitês.

transmitidas às autoridades. Ao longo dos últimos vinte anos, muitas (embora nem de longe todas) agências de governança supra-estatais, estatais e subestatais envolvidas com a economia global desenvolveram vínculos com alguns (embora nem de longe todos) grupos da sociedade civil. Por exemplo, associações da sociedade civil podem participar de consultas oficiais para a formulação de políticas. Podem ter assento em comitês e delegações oficiais. Podem pronunciar-se em audiências parlamentares e em conferências multilaterais. Podem apresentar documentos sobre suas posições e fazer *lobby* junto às autoridades. Às vezes, autoridades também comparecem a eventos da sociedade civil e se comprometem com os ativistas no terreno destes.

Dessas e de outras maneiras, as associações da sociedade civil podem criar oportunidades para que todos os tipos de interessados possam fazer-se representar nos processos de formulação de políticas. É certo que, muitas vezes, só um punhado de porta-vozes da sociedade civil toma parte nos procedimentos oficiais propriamente ditos. Entretanto, na medida em que esses representantes mantiverem um contato próximo com suas bases, podem transmitir as experiências e preocupações de públicos muito amplos, inclusive vários grupos marginalizados.

Outra forma de participação do público na governança da economia global através da sociedade civil chega indiretamente às autoridades. Por exemplo, as associações da sociedade civil vêm organizando inúmeras reuniões públicas em que os cidadãos podem expressar suas preocupações e apresentar propostas relativas à globalização econômica. Muitos desses encontros se dão no aconchego de escritórios, anfiteatros e da correspondência via Internet. Outros, porém, assumem a forma de manifestações ruidosas, de passeatas e ocupações, como os chamados protestos “antiglobalização” dos anos recentes, tão amplamente divulgados. Muitas vezes os governantes levam esses eventos em consideração, mesmo que não compareçam pessoalmente.

Grupos da sociedade civil também promovem uma participação indireta do público na governança da economia global por meio de estudos, petições e campanhas de esclarecimento sobre várias questões. É verdade que tais afirmações coletivas de opinião não têm o peso e nem a legitimidade de um plebiscito oficial. Entretanto, dão aos cidadãos uma chance de manifestar suas posições e podem influenciar tanto as políticas oficiais como a opinião pública em geral.

Juntamente com atos públicos mais convencionais, como manifestações e petições, algumas associações da sociedade civil têm promovido meios mais artísticos de participação na governança da economia global. Afinal, para certos cidadãos é mais fácil entrar na política – e produzir maior impacto – através da dança, do desenho, da poesia, da música, do teatro e da criação de camisetas

Na Tailândia, as ONGs constituíram um terço do comitê que esboçou o estatuto nacional oficial para implementar o acordo da OMC sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPs).

No âmbito regional, a UE e o Mercosul desenvolveram uma multidão de mecanismos para receber a contribuição da sociedade civil em seus processos de formulação de políticas. Grupos da sociedade civil franceses interessados em questões da economia global fazem lóbi regularmente em Bruxelas.

Desde 1999, o FMI e o Banco Mundial exigem dos governos que se beneficiem de alívio da dívida que preparem, em consulta com grupos da sociedade civil, uma Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP – Poverty Reduction Strategy Paper) que estabeleça como a economia de pagamentos da dívida será empregada no combate à pobreza. No começo do ano 2000, várias dezenas de grupos de sociedade civil em Uganda deram sua contribuição para a formulação do PRSP do país. Além disso, uma força tarefa da sociedade civil organizou consultas sobre a Estratégia de Redução da Pobreza com centenas de cidadãos comuns das comunidades locais de todo o país.

A Associação de Proteção ao Consumidor de Uganda acolhe um Fórum de Partes Interessadas da Globalização, com ativistas e representantes oficiais que se encontram periodicamente para discutir as implicações sociais, econômicas e ambientais da globalização.

Graças à divulgação pelos meios de comunicação de massa, as manifestações de rua tornaram-se uma forma bem conhecida de participação da sociedade civil na globalização política e econômica. Alguns protestos, como os de Gênova, Quebec e Washington chamaram mundialmente a atenção. Além disso, os Movimentos das Populações Afetadas por Barragens (MAB) tem organizado manifestações de massa regularmente no Brasil. De modo semelhante, associações de camponeses e de trabalhadores na Tailândia organizaram várias atividades sobre questões atinentes ao comércio e aos investimentos globais. Na Rússia, os sindicatos organizaram vários protestos de massa contra as políticas neoliberais de ajuste estrutural. Em outros

do que discutindo ou caminhando numa passeata. Os programas da sociedade civil também podem oferecer oportunidades para este tipo de público.

De inúmeras maneiras, assim, as ações da sociedade civil aumentam o grau de democracia na economia global quando os fóruns de negócio, os grupos comunitários, os sindicatos de trabalhadores, as ONGs, as associações religiosas, as instituições de pesquisa e outros órgãos voluntários oferecem, a uma ampla gama de pessoas, a possibilidade de participar nos processos de formulação das políticas que dão forma às suas vidas. Numa palavra, o envolvimento da sociedade civil pode proporcionar aos cidadãos maior capacidade de expressão e intervenção na globalização econômica.

É claro que podem surgir problemas para a democracia quando a participação na sociedade civil for distorcida por alguma das desigualdades estruturais que marcam a governança geral da economia global. Por exemplo, os grupos da sociedade civil baseados no hemisfério Norte podem ter mais acesso às instituições reguladoras do que as organizações baseadas no Sul. As classes ricas podem usufruir de uma participação maior do que as pobres através de associações da sociedade civil. Mulheres e pessoas de cor podem enfrentar desvantagens estruturais nas atividades da sociedade civil em comparação com os homens e as pessoas brancas. Estes e outros desafios à participação democrática na sociedade civil serão discutidos mais extensamente na Parte 5.

Transparência pública

A qualidade da educação pública, do debate público e da participação pública fica comprometida se a governança não for publicamente visível. Os cidadãos não podem ter uma educação relevante, conduzir debates competentes ou exercer uma participação efetiva se os círculos oficiais operarem em segredo, por trás de portas fechadas. A democracia exige transparência para todos. As operações de regulação deve ser abertas à opinião pública, de modo que os cidadãos obtenham informações precisas e confiáveis com base nas quais possam julgar o desempenho das regras e das autoridades que os governam.

As associações da sociedade civil, portanto, estarão prestando mais um serviço à democracia se tornarem mais transparente para todos os interessados a governança da economia global. Esta função é especialmente significativa nos dias de hoje, quando grande parte das normas sobre as

países, como o Egito, não são conhecidas ações de rua da sociedade civil contra a globalização.

A campanha do Jubileu 2000, cuja base é a igreja, em prol do cancelamento das dívidas dos países pobres, galvanizou apoios através de petições públicas. As iniciativas coletaram 600 mil assinaturas no Canadá, 520 mil na França 100 mil em Uganda e mais de mil na Tailândia. No Brasil, enquanto isso, algumas ONGs e a Igreja Católica organizaram, em setembro daquele ano, um “plebiscito da dívida” extra oficial, em que 6 milhões de pessoas votaram. Em contrapartida, nem a Igreja Católica no Egito, nem a Igreja Ortodoxa russa empreenderam ações na campanha do Jubileu 2000.

Em 1999, associações da sociedade civil do Canadá conduziram mobilizações públicas de grande escala em favor da proposta de Imposto Tobin. Após vários meses de petições da sociedade civil, cartas e publicidades nos meios de comunicação de massa, o parlamento canadense aprovou uma moção em favor da taxação das transações globais de divisas.

Na França, o desenvolvimento da associação de solidariedade *Agir Ici* [Agir Aqui] mobiliza os cidadãos em várias campanhas de opinião pública todos os anos, sobre uma variedade de questões sobre a economia global. Nessas ações, a *Agir Ici* colabora com organizações da sociedade civil associadas para incentivar os cidadãos a enviarem cartões postais expressando suas preocupações para autoridades relevantes. Cada uma dessas campanhas gera uma média de entre 15 e 30 mil cartões postais.

Em 1998-99, o grupo *Empower*, na Tailândia, de defesa das trabalhadoras sexuais, distribuiu milhares de lenços bordados com as palavras “O FMI não há de me fazer chorar”, como uma maneira de as mulheres, que lutavam sob o impacto da crise financeira asiática no final da década de 1990, expressarem suas dificuldades.

Para democratizar a economia global, as pessoas precisam saber o que está acontecendo. Só então poderão saber como agir e sentir que se apropriaram dos processos.

Boonthan Verawongse
Centro de Recursos para a Paz e os Direitos Humanos, Bangkok

comunicações, as finanças, os investimentos, a migração e o comércio globais operam fora das vistas da opinião pública. Os cidadãos quase nunca sabem – e acham difícil descobrir – que decisões políticas estão sendo tomadas em relação às questões econômicas globais, em que momento, onde, por quem, a partir de que opções, em que bases, na expectativa de quais resultados, e com que recursos para sustentar sua implementação.

Para corrigir tal situação, um sem-número de grupos da sociedade civil vem pressionando as autoridades que governam a economia global no sentido de se tornarem mais abertas sobre seu próprio trabalho. Por exemplo, ativistas da sociedade civil pressionaram em várias oportunidades as agências de governança no sentido de aumentarem sua visibilidade pública com brochuras informativas, relatórios anuais, sites na Internet, exposições, presença nos meios de comunicação de massa, etc. Além disso, algumas associações da sociedade civil fizeram campanhas para que os organismos que governam a economia global passem a publicar documentos com suas políticas e projetos essenciais, de maneira que os cidadãos possam analisar melhor por conta própria as circunstâncias e as escolhas, e engajar-se em participações melhor informadas.

Às vezes, os grupos da sociedade civil também enfatizam a necessidade de uma transparência *efetiva*. Uma coisa é divulgar informações; outra é torná-las compreensíveis para todos os interessados. Assim, os ativistas da sociedade civil podem cobrar das agências de governança da economia global que se tornem verdadeiramente visíveis para o cidadão comum. Por exemplo, os orçamentos devem ser apresentados de maneiras facilmente compreensíveis. Os informes e declarações sobre as políticas devem ser publicados livres do jargão especializado, e traduzidos para as línguas relevantes. Cópias impressas dos documentos devem estar à disposição das pessoas que não contam com acesso à Internet. Em outras palavras, a pressão da sociedade civil pode garantir uma “transparência” que vá além da retórica e das promessas vazias, e se torne democraticamente significativa.

O Dever de Prestar Contas ao Público

A transparência pública, por sua vez, pode transformar-se num instrumento para desenvolver um elemento crucial da democracia, a saber, o dever de prestar contas ao público. Num regime democrático, os governantes são responsáveis perante os governados. Quando as autoridades democráticas têm um bom desempenho, preservam o apoio do público. Entretanto, quando erram,

Em 1997, a pressão da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais assegurou a tradução e publicação em português da Estratégia de Assistência a Países para o Brasil, do Banco Mundial.

Em 1998, organizações da sociedade civil no Canadá e na França publicaram o texto anteriormente secreto de um Acordo Multilateral sobre Investimento (MAI), que estava sendo negociado através da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE). A revelação aumentou o debate público sobre a proposta, que foi posteriormente abandonada.

Em Uganda, ONGs ambientalistas pressionaram o governo a publicar o acordo feito com a AES Corporation, a maior companhia elétrica do mundo, sobre o projeto proposto da Barragem de Bujagali, de 500 milhões de dólares, no rio Nilo.

Graças em grande parte à pressão de grupos da sociedade civil, o Clube de Paris (um fórum intergovernamental que ajusta problemas correlatos a débitos bilaterais) abriu, em 2001, um site público na Internet.

Cerca de quarenta grupos da sociedade civil na França conduziram uma campanha em 1999 sobre o tema “Transparência, Democracia: Instituições Financeiras Internacionais Inclusive!”. Desde então, o governo francês tem submetido um relatório público anual das suas atividades nas instituições Bretton Woods à Assembléia Nacional francesa

A Rede Maquila de Solidariedade, com base em Toronto, busca aumentar a abrangência e a profundidade da revelação de informações empresariais, para que consumidores ciosos de comprar eticamente estejam melhor capacitados a julgar o comportamento das companhias trans-fronteiriças que operam nas zonas de processamento de exportação do México.

os governantes devem desculpas, explicações e compensações a todos os cidadãos afetados. Quando os danos de uma governança equivocada são particularmente graves, a pressão pública, numa democracia, pode exonerar as autoridades responsáveis e até mesmo fechar a agência em questão. Dessa maneira, a democracia é uma correção constante de erros.

A sociedade civil pode ser um canal através do qual o público – de preferência todas as parcelas do público – conquista a responsabilização na regulação da globalização econômica. Esta função é particularmente relevante nos dias de hoje, em que outros mecanismos de prestação de contas são frágeis. Como vimos na Parte 2, muitas das autoridades que governam a economia global não foram eleitas pelo povo, escapando assim à necessidade de obter uma renovação periódica dos seus mandatos. A maioria dos parlamentos pouco faz no sentido de monitorar as políticas que regem o comércio, a migração, o investimento, as finanças e as comunicações globais. De modo semelhante, quase não se encontram tribunais e ouvidorias [*ombudspersons*] no que diz respeito às questões econômicas globais. Conseqüentemente, poucas pessoas vêm alertando as autoridades e o público sobre os fracassos da governança da economia global.

As associações da sociedade civil podem melhorar esta situação exercendo pressão no sentido de criar mecanismos formais de monitoração e controle da regulação da economia global. Nesta linha, um sem-número de grupos da sociedade civil vem exigindo que as assembléias eleitas nos âmbitos local, nacional e regional promovam um exame mais detido das políticas que dizem respeito à globalização econômica. Alguns ativistas da sociedade civil também têm lutado em prol da criação – e do uso ativo subsequente – de mecanismos oficiais para avaliar os efeitos de regras e instituições na regulação da economia global.

Em muitas outras ocasiões, os próprios grupos da sociedade civil desempenharam um papel de sentinelas na governança da economia global. Numerosos organismos da sociedade civil têm-se dedicado a verificar se as autoridades vêm cumprindo suas declarações públicas, as leis nacionais e os compromissos internacionais no que tange à economia global. Além disso, inúmeros estudos empreendidos por organizações da sociedade civil têm documentado as conseqüências de várias políticas ligadas à globalização econômica. Várias investigações desse tipo expuseram erros, casos de incompetência, corrupção, danos e prejuízos. Assim, o trabalho da sociedade civil pode ser uma fonte valiosa para a crítica das políticas aplicadas.

As associações da sociedade civil também fornecem canais através dos quais os cidadãos – em princípio de qualquer país, cultura ou setor social – podem pedir a correção dos erros cometidos na

Antes da Cúpula de Québec de 2002, grupos da sociedade civil liderados pela Aliança Social Hemisférica empreenderam, ao longo de um ano, a campanha “liberem o texto”, que insistia na necessidade de as autoridades publicarem os documentos de negociação para o FTAA, abrindo-os à discussão pública. Os governos acabaram cedendo, pouco antes do encontro.

Nós realçamos práticas que as autoridades preferem esconder, freqüentemente porque servem a interesses especiais. Nós fazemos as perguntas cruciais e obrigamos os círculos governantes a justificar suas decisões políticas.

Bruno Rebelle
Greenpeace France, Paris

Na Iniciativa de Revisão das Políticas de Ajuste Estrutural (SAPRI), as associações da sociedade civil de dez países (inclusive Uganda) trabalharam com o banco Mundial em estudos dos efeitos das recomendações do FMI/Banco Mundial.

Um sem-número de associações da sociedade civil tem monitorado até que ponto os governos implementam suas promessas nas conferências de cúpula das Nações Unidas. A Associação Nacional de Agricultores de Uganda fez este papel em relação à Cúpula Mundial sobre Alimentação, da FAO. Grupos no Brasil e no Canadá fazem parte de uma rede global, a Social Watch (Observatório da Cidadania), que tem acompanhado os progressos realizados em relação aos objetivos de desenvolvimento social da Cúpula Mundial.

Grupos de direitos humanos de um sem-número de países – inclusive Brasil, Canadá, Egito e Rússia – investigaram a aplicação por seus governos da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Várias associações submeteram um relatório não governamental paralelo à Comissão sobre Direitos Humanos, questionando os relatórios oficiais dos seus governos sobre a situação do país.

As pressões de grupos da sociedade civil tiveram um papel importante em promover a criação do Grupo de Inspeção para o Banco Mundial, em 1994, e uma Unidade Independente de Avaliação para o FMI, em 2001. Associações da sociedade civil hoje também praticam uma monitoração ativa e usam estes mecanismos.

governança da economia global. Os grupos da sociedade civil têm pressionado pela mudança de regras, pela substituição de funcionários, pela reconstrução de instituições e pelo pagamento de indenizações. Para tanto, as organizações da sociedade civil já encaminharam queixas sobre políticas relacionadas à economia global a auditores, ouvidorias, parlamentos, tribunais e aos meios de comunicação de massa. Além disso, alguns ativistas encenaram “juízos” simbólicos em “tribunais” informais, como forma de chamar as autoridades à sua responsabilidade.

Em suma, são vários os esforços da sociedade civil que buscam garantir o dever democrático de prestação de contas na governança da economia global, numa época em que poucos outros atores perseguiram este objetivo de maneira articulada. O resultado é que as associações da sociedade civil conseguiram, é certo, corrigir algumas coisas erradas, mas ainda há muito mais que pode e deve ser feito.

Conclusão

A discussão precedente indicou que as associações da sociedade civil podem contribuir, e de fato contribuem, para uma governança mais democrática da economia global de cinco modos principais, todos inter-relacionados:

- educação pública – promovendo o conhecimento dos cidadãos
- debate público – evitando o monopólio autoritário de uma só visão política
- participação pública – fornecendo canais de influência política aos cidadãos
- transparência pública – tornando a governança visível para os cidadãos
- dever de prestar de contas ao público – fazer com que os governantes respondam perante os governados

Juntos, esses cinco amplos benefícios da sociedade civil podem injetar mais legitimidade democrática na economia global. O regime democraticamente legítimo é aquele em que o público reconhece que as autoridades têm o direito de governar e os cidadãos o dever de obedecer. Até hoje, a governança da economia global jamais gozou de muita legitimidade democrática. Como indicam a discussão e os exemplos acima, uma sociedade civil abrangente e ativa pode melhorar esta situação.

A Uganda Debt Network anima um Programa de Transparência e Prestação de Contas para cuidar que os funcionários oficiais não façam mau uso das quantias provenientes do alívio da dívida. Comitês de Monitoração do Fundo de Ação contra a Pobreza estiveram ativos, com participação popular, em 17 distritos em toda o país.

Associações da sociedade civil em muitos países têm promovido idéias e práticas de responsabilidade social empresarial. Nesta perspectiva, empresas (inclusive muitas com operações transfronteiriças) observam mecanismos não oficiais de prestação de contas para várias partes interessadas. Entre os grupos que lutam em prol da responsabilidade social empresarial estão o Conference Board do Canadá; Homens de Negócio pela Responsabilidade Social, no Egito; o Fórum pelo Investimento Responsável, na França; o Instituto Ethos, no Brasil; a Câmara de Comércio Tailandesa e a Rede Ventura Social, na Tailândia.

O Global Forest Watch, uma rede que se estende por 12 países, inclusive o Canadá e a Rússia, investiga a derrubada ilegal de árvores e seus impactos sobre as populações locais. Por meio desta rede, a associação empreende um trabalho de monitoramento que muitos governos têm negligenciado.

Grupos de negros no Brasil abraçaram um movimento global mais amplo com reivindicações de indenização pelos crimes históricos do colonialismo contra os povos negros. A Géledes, uma associação de mulheres negras em São Paulo, está preparando uma ação judicial para apresentar à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Ao longo dos anos, muitas associações da sociedade civil reuniram tribunais não oficiais para conduzir julgamentos informais contra atores globais por seus alegados delitos. Criado em 1979, um Tribunal Popular Permanente examinou publicamente várias acusações contra corporações globais, o FMI e o Banco Mundial. Realizou-se, no Fórum Social Mundial de 2002, em Porto Alegre, um Tribunal Internacional Popular sobre a Dívida.

Contudo, tampouco devemos exagerar a escala e o impacto desses benefícios. As ações da sociedade civil no que diz respeito à democracia na economia global têm sido fracas e limitadas em muitas partes do mundo. Além disso, como observamos no início, nem todos os grupos da sociedade civil preocupados com a globalização econômica dão grande prioridade ao avanço da democracia. São relativamente poucas as associações da sociedade civil com um número grande e duradouro de filiados que trabalham com questões da economia global. As organizações da sociedade civil podem e devem fazer muito mais pelo avanço da educação pública, do debate público, da participação pública, da transparência pública, e do dever de prestar contas ao público na economia global.

Precisamos de um espaço público global, um espaço de diálogo e confrontação em que as redes globais de atores não estatais defendam o bem público global.

Bernard Pinard

Centro de Pesquisa e Informação em Desenvolvimento, Paris.

A sociedade civil pode ajudar a fazer “um mundo” das pessoas, em vez de apenas “um mundo” do capitalismo de mercado.

Suriyasai Katsila

Campanha pela Democracia Popular, Bangkok

Parte 4

Concretizando os potenciais: Influências ambientais

Até aqui este relatório examinou os déficits democráticos na governança da economia global (Parte 2) e as ações que as associações da sociedade civil podem empreender para se contrapor aos problemas deles decorrentes (Parte 3). As duas partes seguintes examinarão os desafios enfrentados pelos grupos da sociedade civil para concretizar suas potencialidades no que diz respeito à democratização da economia global. Um diagnóstico das circunstâncias que promovem ou retardam seus esforços pode gerar prescrições para os tipos de estratégia que os atores da sociedade civil podem adotar a fim de maximizar a democratização da globalização. Sugestões amplas para este fim são oferecidas na Parte 6.

A sociedade civil contribui para a democratização da economia global num grau que varia em função de condições tanto externas como internas às associações envolvidas. Assim, algumas dessas influências têm a ver com o ambiente em que as associações da sociedade civil trabalham, ao passo que outras dizem respeito às organizações da sociedade civil elas mesmas.

Nem é preciso dizer que muitas vezes os fatores de dentro e de fora se sobrepõem e se interconectam, e os atores da sociedade civil precisam então lidar tanto com as circunstâncias ambientais (discutidas abaixo) como com as questões atinentes a seus processos internos (examinadas na Parte 5), a fim de poderem concretizar seus potenciais de democratização.

As páginas seguintes examinarão as influências dos contextos cultural, econômico, histórico, político e social que cercam os grupos da sociedade civil. Circunstâncias ambientais favoráveis podem representar possibilidades enormes para os esforços da sociedade civil no sentido de promover a educação, o debate, a participação, a transparência e a prestação de contas ao público na governança da economia global. Por outro lado, contextos inóspitos podem atrapalhar mesmo as associações da sociedade civil que tenham a melhor das intenções, os compromissos mais profundos e as energias mais exuberantes.

As entrevistas realizadas no âmbito deste projeto – com várias centenas de ativistas da sociedade civil em todo o mundo, em situações muito diferentes – sugerem a existência de meia dúzia de condições ambientais que afetam o modo como os grupos de cidadãos podem injetar democracia na economia global, e até que ponto conseguirão fazê-lo. São elas: o nível de recursos; a presença ou a ausência de redes de apoio da sociedade civil; as atitudes dos círculos oficiais em relação à sociedade civil; o tratamento da globalização econômica e das atividades da sociedade civil a ela relacionadas nos meios de comunicação de massa; a cultura política prevalecente, e a natureza e a intensidade das hierarquias sociais.

Os recursos

A atividade da sociedade civil exige recursos: financiamentos, pessoal, informação, fluência no uso da língua, instalações, equipamento, suprimentos, reputação, etc. As associações precisam de meios para montar ações relacionadas com a educação, o debate público, a participação do público, a transparência e a prestação de contas ao público na governança da economia global. Estas contribuições não podem vir do nada.

A atividade transmundial da sociedade civil exige recursos particularmente significativos. É verdade que as comunicações globais via Internet tornaram-se relativamente baratas para muitas associações. Entretanto, outros aspectos da operação em escala global, como viagens aéreas, a convocação de conferências e serviços de tradução, continuam a ser custosos. Assim, o ativismo transmundial intensivo – muitas vezes necessário para abordar com eficácia as questões de governança global – só está geralmente ao alcance das organizações dotadas de amplos recursos financeiros.

Alguns grupos da sociedade civil que lidam com as questões da globalização econômica desfrutam de recursos relativamente vastos. Entre esses órgãos figura um certo número de institutos de pesquisa econômica e associações de grandes empresas. Da mesma forma, algumas ONGs e organizações baseadas na fé religiosa que tratam dos problemas econômicos globais atraíram muitos filiados e financiamentos substanciais. A Oxfam e a Igreja Católica Romana são exemplos disso.

Não obstante, as exceções confirmam a regra de que a maioria das interferências da sociedade civil em matéria de economia global tem ocorrido em meio a fortes restrições de recursos. A maioria das associações comunitárias, ONGs, grupos religiosos e sindicatos opera com pequenos orçamentos e limitada segurança financeira de longo prazo. Dispõem apenas de poucos quadros dedicados especificamente às questões econômicas globais, e tendem a depender extensamente de mão-de-obra voluntária ou pouco remunerada. Mesmo alguns fóruns empresariais (especialmente entre pequenos empresários) e importantes

É um jogo tão desigual. A sociedade civil tem tão pouca força. Somos tão pateticamente fracos, frágeis, hesitantes.

Gerry Barr
Conselho Canadense de Cooperação Internacional, Ottawa

É muito caro operar em escala internacional. Grande parte dos nossos recursos vai apenas em passagens aéreas. No passado, nossos membros podiam reunir-se no porão de uma igreja para imaginar uma solução. Hoje, precisamos de recursos de que não dispomos para encontros internacionais. Isto retira grande parte de nosso poder.

Darrin Qualman
União Nacional dos Cultivadores, Saskatoon

A sociedade civil na Rússia é a intelligentsia da ciência social, reunindo algumas centenas de pessoas, que dá para reunir numa sala.

Judith Shapiro
New Economic School, Moscou

Os grupos de sociedade civil egípcios que lidam com as questões sociais e de governança não têm recursos estáveis de financiamento, exceto os obtidos junto a doadores estrangeiros. Não há filantropia empresarial que apóie este trabalho, e vai demorar muito tempo para se desenvolver.

Bassma Kodmani
Fundação Ford, Cairo

Para construir a democracia é preciso tempo, espaço e recursos. Frequentemente não temos nada disso.

Josephine Grey
Famílias de Baixa Renda Reunidas, Toronto

grupos de estudo (especialmente no hemisfério Sul) le vram existência precária.

Exacerbando essas dificuldades de recursos, a maioria das organizações da sociedade civil que lidam com questões da economia global são relativamente jovens. Tendo-se estabelecido apenas ao longo das duas últimas décadas, quando não só nos anos mais recentes, tiveram pouco tempo para constituir ativos ou memória institucional. E muitas delas não sobrevivem. Em muitos países, de fato, uma grande parcela das organizações registradas da sociedade civil está moribunda.

Infelizmente, as associações da sociedade civil dotadas de mais recursos, como os fóruns empresariais e os grupos de estudos de economia, tendem, no geral, a dar pouca prioridade à promoção explícita da democracia na economia global. Em contraste, os grupos da sociedade civil que promovem ativamente a democracia na produção, no comércio e no consumo globais precisam geralmente lutar muito contra graves restrições de meios. Ao mesmo tempo, são quase sempre as associações da sociedade civil dotadas de poucos recursos que buscam dar mais voz aos setores subordinados da economia global. Em decorrência disto, as pessoas que mais teriam a ganhar com a provisão, pela sociedade civil, de educação pública, debate público, participação do público, transparência e prestação de contas ao público na economia global são, devido à falta de recursos, as que geralmente menos probabilidades têm de obter esses benefícios.

Nem é preciso dizer que o contexto econômico geral em que operam as associações da sociedade civil afeta muito a obtenção ou não de recursos suficientes para a implementação de seus programas. Se determinado grupo da sociedade civil trabalha num ambiente relativamente próspero, terá mais possibilidades de atrair os meios necessários para incrementar ações substanciais voltadas para a democratização da economia global. Afinal, as pessoas mais ricas têm mais meios de pagar suas cotas de participação, contribuir para campanhas da sociedade civil e manter fundações filantrópicas capazes de financiar trabalhos da sociedade civil. Em contraste, é muito mais difícil reunir os recursos necessários quando a associação da sociedade civil trabalha num cenário de pobreza. Além disso, os mais pobres – que já são os que mais sofrem com os déficits democráticos da economia global –, além do tempo para envolver-se em

Gostaríamos de nos envolver na educação pública sobre questões da economia global, mas não temos recusos e nem pessoal especializado para fazê-lo.

Anne-Christine Hubbard
Fundação Internacional de Direitos Humanos, Paris

O governo canadense gasta centenas de milhões de dólares para promover a exportação e poucos milhões em programas de apoio aos direitos humanos. Estamos perdendo tempo. Somos tão pequenos. É difícil acreditar que tenhamos alguma influência.

Diana Bronson
Direitos & Democracia, Montreal

As ONGs da Rússia lidam com questões pelas quais possam obter pagamento, e ninguém está interessado em financiar um trabalho sobre questões de democracia econômica e direitos trabalhistas.

Nodari Simonia
Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais, Moscou

Mesmo aqueles entre nós que são capazes de avaliar as implicações da globalização estão atolados demais na luta pela sobrevivência para poderem lidar com as questões estratégicas. E é isso que dá mais pena: se algum dia tivermos tempo para refletir, será tarde demais para lutar.

William Kalema
Associação dos Produtores de Uganda, Kampala

A maioria do povo egípcio está lutando para sobreviver. Interessarem-se pelas atividades da sociedade civil é um luxo.

Abd El-Hamid Hassan El-Ghazali
Faculdade de Economia e Ciência Política, Universidade do Cairo

atividades sustentadas da sociedade civil, também não têm recursos que lhes permitam apoiar outras pessoas que, eventualmente, pudessem atuar em seu nome.

É claro que as organizações da sociedade civil podem recorrer a muitos expedientes inovadores para incrementar seus recursos. Algumas organizações empreendedoras (como as grandes agências de socorro humanitário) acumularam níveis substanciais de recursos, mesmo lidando com grupos extremamente marginalizados na economia global. Ainda assim, são mais uma vez a exceção que confirma a regra: os problemas gerados pela falta de recursos têm prejudicado muito os esforços empreendidos pela sociedade civil para democratizar a economia global. Sem dúvida, conforme discutiremos a seguir na Parte 5, a ânsia de obter financiamentos pode às vezes comprometer a autonomia das associações da sociedade civil.

As redes

A falta de recursos para as atividades da sociedade civil relacionadas com a economia global pode ter seus efeitos atenuados se as associações trabalharem juntas em redes. Uma organização da sociedade civil que é fraca isolada pode fortalecer-se através da cooperação com outros grupos. A existência ou não de afiliações de rede pode representar uma diferença substancial nas perspectivas de sobrevivência de uma associação da sociedade civil e no impacto que ela produz.

As redes envolvem uma agregação dos meios da sociedade civil. Através dos vínculos que estabelecem entre si, as associações em rede compartilham informações e especializações. A cooperação também evita as duplicações de esforços, gerando a economia de recursos já escassos. Em alguns casos, as organizações da sociedade civil podem combinar seus meios a fim de promover atividades que não teriam como realizar – ou levar a tão bom termo — por conta própria.

A maior parte das redes da sociedade civil envolvem tipos semelhantes de grupos: assim, os sindicatos colaboram com outros sindicatos, as organizações de direitos

A luta cotidiana pela segurança humana básica na Rússia pós-comunista tem deixado, para a maioria das pessoas, pouco tempo ou energia para as atividades da sociedade civil. Os novos ricos da Rússia mostram pouca inclinação para a filantropia. Ao mesmo tempo, os círculos profissionais de onde vem grande parte da base da militância da sociedade civil em outros países estão muitas vezes enquadrados entre os 'novos pobres' da Rússia.

Alguns grupos de sociedade civil na Indonésia têm buscado mobilizar o *zakat* e outros segmentos que se dedicam à caridade de acordo com a lei islâmica, como meio de melhorar sua situação.

Desde o seu lançamento em 1993, a entrada em rede através da Transparência Internacional emprestou uma considerável força adicional a dúzias de campanhas nacionais (inclusive nos sete países focais deste relatório) dedicadas a aumentar a clareza e reduzir a corrupção na governança econômica.

A Economic Freedom Network [Rede da Liberdade Econômica] reúne institutos de pesquisa (na maioria pequenos) de 56 países (inclusive Brasil, Canadá, França e Rússia), promovendo políticas ultraliberais de apoio à globalização.

Inaugurado em 2001, o processo do Fórum Social Mundial têm operado amplamente com base na formação de redes de grupos da sociedade civil, num ciclo de encontros nacionais, regionais e globais: em Porto Alegre, Bamako, Bangkok, Florença e Hyderabad.

Em Uganda, uma ampla gama de ONGs vem colaborando desde meados da década de 1990 num Fórum Nacional de ONGs. Não obstante, a colaboração intersectorial entre ONGs, sindicatos e associações empresariais tem sido tímida.

humanos se unem a outras organizações de direitos humanos, etc. No entanto, redes abrangendo diferentes setores da sociedade civil também podem ter sua eficácia no que tange às questões econômicas globais. Por exemplo, houve ocasiões em que ONGs, sindicatos e fóruns empresariais se uniram na defesa do alívio da dívida dos países pobres. As redes intersetoriais da sociedade civil podem ter uma especial utilidade no fortalecimento da posição de grupos subordinados da economia global. Os movimentos negros, por exemplo, podem combinar esforços com os movimentos de mulheres; os movimentos de jovens podem se ligar a movimentos camponeses, e assim por diante.

Outra forma especialmente frutífera de organização em rede da sociedade civil para lidar com questões da economia global é a cooperação transfronteiriça. Neste caso, associações em sediadas em diferentes países (seja de um mesmo setor ou de setores diferentes) trabalham juntas. Coalizões entre grupos do hemisfério Norte e do hemisfério Sul, ou entre grupos de vários países do hemisfério Sul, podem muitas vezes fortalecer a posição de grupos mais fracos da sociedade civil dos países pobres.

As redes de sociedade civil apresentam características organizacionais diversas. Algumas das colaborações entre associações são formalizadas em memorandos de entendimento ou outros acordos semelhantes, ao passo que outras permanecem informais. Algumas ligações entre grupos da sociedade civil transformam-se em colaborações duradouras e lidam com uma ampla gama de questões, ao passo que outras redes não passam de coalizões efêmeras criadas em função de eventos ou problemas específicos.

Qualquer que seja sua modalidade de organização, as redes da sociedade civil podem promover a cooperação quanto às questões econômicas globais em vários contextos. Por exemplo, as organizações podem reunir-se por ocasião de conferências oficiais nos âmbitos nacional, regional ou global. Alternativamente, os grupos da sociedade civil em colaboração podem organizar congressos próprios, ou visitar as sedes uns dos outros. As redes também podem ser formadas com base na comunicação eletrônica, por meio de servidores de lista, de *links* entre *websites* e contatos telefônicos.

O Programa de Treinamento de Jovens para o Desenvolvimento, na Tailândia, vem tentando romper as barreiras de classe e unir estudantes e jovens camponeses.

As redes transfronteiriças da sociedade civil têm aumentado o alcance das campanhas em prol do alívio da dívida dos países pobres. Grupos como a African Network on Debt and Development (AFRODAD) e a European Network on Debt and Development (EURODAD) têm membros regionais. A campanha do Jubileu 2000 pelo cancelamento da dívida na alvorada do novo milênio envolveu afiliados em mais de sessenta países do mundo todo.

As prostitutas da Tailândia adquiriram maior poder de manifestação quanto à economia global através dos encontros ocasionais da Rede Ásia-Pacífico de Trabalhadores do Sexo.

A criação do Mercosul desencadeou a ação de associações negras em mais de uma dúzia de países (inclusive o Brasil) para formar a Aliança Estratégica de Afrodescendentes da América Latina e do Caribe.

Entre os exemplos de listas de discussão de grande circulação na sociedade civil sobre questões econômicas globais estão a "Focus on Trade", coordenada através do Focus on the Global South, em Bangkok, e a "Sand in the Wheels", coordenada através da ATTAC-França.

Grupos da sociedade civil de nove países (inclusive o Brasil, Canadá e Rússia) vêm colaborando com o programa Global Forest Watch para aumentar a transparência e a prestação pública de contas na área do manejo florestal, através do monitoramento das ações de empresas, governos e indivíduos.

Os ativistas das campanhas contra a construção de grandes barragens, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil, ganharam considerável inspiração nos encontros globais e nas visitas recíprocas de solidariedade internacional.

Trabalhar com amigos internacionais é uma coisa boa. Eles vêm e dão solidariedade:

As redes podem trazer múltiplos benefícios aos esforços da sociedade civil no sentido de democratizar a economia global. Por exemplo, o compartilhamento de informações e as ações coordenadas são práticas que podem aumentar a eficiência e a produtividade dos esforços para estabelecer a responsabilidade das autoridades governantes. Além disso, a troca de experiências pode trazer muita inspiração no que diz respeito às iniciativas de educação pública, debate público, ampliação da participação pública e conquista da transparência e da prestação de contas ao público na governança da economia global. Ademais, o mero fato de trabalhar com outros grupos da sociedade civil que partilhem valores e interesses semelhantes tem a capacidade de infundir ânimo e confiança em grupos que de outro modo poderiam sentir-se isolados e impotentes.

Isto não quer dizer que as redes de sociedade civil não possam ser problemáticas. Em primeiro lugar, a articulação efetiva em rede exige recursos que muitas associações não têm. Além disso, muitas vezes falta às redes a definição clara de procedimentos para formular posições conjuntas e agir de acordo com elas, e assim o processo de tomada de decisão entre os grupos participantes pode tornar-se especialmente trabalhoso e confuso. Além disso, os membros das redes da sociedade civil precisam invariavelmente negociar suas diferenças – às vezes consideráveis – em matéria de prioridades, análises, táticas e estratégias. Tais negociações tornam-se ainda mais difíceis no caso das redes de atividade transfronteiriça e intersetorial, nas quais a diversidade cultural pode gerar imensas dificuldades de comunicação. De fato, em alguns contextos, como o da Rússia contemporânea, a cooperação com estrangeiros pode atrair considerável desconfiança dos círculos de governo e do público em geral. Ademais, como qualquer outra entidade política, as redes da sociedade civil envolvem, em maior ou menor grau, hierarquias e disputas de poder que podem prejudicar os esforços de colaboração.

Ainda assim, as associações da sociedade civil que conseguem lidar bem com esses desafios aumentam consideravelmente o seu impacto, *inter alia*, em favor da democracia na economia global. Os exemplos citados na coluna da direita ilustram aqui estas possibilidades. A capacidade de articular-se em rede de modo efetivo – inclusive entre setores e países – é portanto uma capacitação organizacional para os grupos da sociedade civil que lidam com a globalização

americanos, indianos, japoneses, vietnamitas, holandeses, suecos, dinamarqueses, australianos. Temos uma aldeia global bem aqui.

Suan Sangsom
Assembléia dos Pobres, Povoado de Mae Mun Yuan, Tailândia

Redes de associações de mulheres – por exemplo, através do Instituto Sociedade Aberta, na Rússia – podem promover uma atenção maior aos aspectos das diferenças entre os sexos no processo de globalização econômica.

A Aliança Social Hemisférica, constituída formalmente em 1999 como rede de sociedade civil para tipos alternativos de integração regional nas Américas, tem operado na prática, em grande parte, através de contatos irregulares entre um punhado de indivíduos.

Qualquer contato que tivermos com estrangeiros pode ser usado contra nós.

Ludmilla Alexeieva
Grupo Moscou Helsinque

As diferenças de perspectiva e as lutas internas pelo poder às vezes enfraquecem a Structural Adjustment Participatory Review International Network (SAPRIN) [Rede Internacional da Revisão Internacional Participativa do Ajuste Estrutural], que reuniu vários milhares de grupos da sociedade civil em todo mundo no final de década de 1990 com a finalidade de avaliar os resultados dos programas de ajuste estrutural em cerca de uma dúzia de países (entre eles Canadá e Uganda).

Nosso grupo tem ligações com a Confederação Britânica da Indústria (CBI), o Movimento das Empresas Francesas (MEDEF) e assim por diante. Eles são nossos amigos. Conhecemos uns aos outros pelo primeiro nome.

Amaury Temporall
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Na Rússia, o Estado desestimula o trabalho de defesa da sociedade civil. As primeiras associações independentes da sociedade civil só foram legalizadas em 1991, e mesmo

econômica.

As posições nos círculos oficiais

Além do modo como se conectam entre si, a capacidade de promover a democracia na economia global das associações da sociedade civil também depende consideravelmente do seu relacionamento com as autoridades governamentais. Se os círculos oficiais conhecerem bem os grupos da sociedade civil e quiserem envolvê-los nos processos de formulação de políticas, a atividade da sociedade civil passa a ter uma oportunidade bem maior de contribuir para o aumento da democracia. Mas se, ao invés disso, as instituições de governo ignorarem as organizações da sociedade civil, repelindo compromissos com elas e relutando no geral em lhes dar espaço político, a contribuição da ação coletiva voluntária dos cidadãos para a democratização da economia global ver-se-á substancialmente enfraquecida.

Um aspecto revelador da atitude oficial é a posição legal que os Estados e outras instituições de governança conferem às organizações da sociedade civil. Dependendo de sua natureza, a regulação governamental pode ter um efeito capacitante ou incapacitante sobre as atividades da sociedade civil. Por exemplo, as regras relativas ao reconhecimento oficial de grupos da sociedade civil (por órgãos estatais, supra-estatais ou sub-estatais) podem variar desde arranjos muito liberais até padrões altamente draconianos. Além disso, as regras fiscais (relativas por exemplo à cobrança ou à isenção de taxas ou impostos diversos) tanto podem estimular como enfraquecer a posição das associações da sociedade civil em matéria de recursos. Em suma, as leis têm imensa importância.

A maneira como as autoridades usam ou abusam dos seus poderes legais também fazem diferença. Autoridades governamentais antipáticas à atividade da sociedade civil podem tomar várias medidas que a restrinjam: proibição de encontros, censura de publicações, interrupção de projetos, confisco de haveres, interceptação de comunicações, proibição de viagens, imposição de obrigações burocráticas extras, uso de intimidação policial, implementação de campanhas furtivas contra grupos e seus líderes, ou mesmo o desmantelamento puro e

então o modelo de referência foi o da Nova Ordem na Indonésia. Até hoje, o código tributário dá às organizações da sociedade civil um tratamento equivalente ao das empresas privadas, apesar dos vários anos de esforços conjuntos das ONGs para mudar a legislação.

No Terceiro Mundo, a cooperação entre a sociedade civil e o governo é quase sempre pobre, especialmente em questões como direitos humanos e meio ambiente, nas quais os governos se sentem pressionados. A Organização Árabe de Direitos Humanos trabalhou durante muitos anos sem qualquer reconhecimento oficial, só chegando a um acordo formal com o governo em maio de 2000.

Mohammed Faiq
Organização Árabe de Direitos Humanos, Cairo

O artigo 40 da última constituição tailandesa garante o acesso público ao rádio. Uma série de associações da sociedade civil tem usado este dispositivo para obter tempo de transmissão.

O governo tailandês nos apresenta como a Terceira Via, e por causa disso algumas pessoas podem compreender mal o papel das ONGs.

Reawadee Prasertjareonsuk
Comitê Coordenador das ONGs sobre Desenvolvimento, Bangkok

Muitas associações da sociedade civil em Uganda temem que o novo projeto de lei sobre as ONGs, apresentado ao parlamento do país em 2002, venha ameaçar seus direitos democráticos com o aumento da interferência do governo em seus assuntos.

A Lei sobre as ONGs no Egito é muito restritiva. As ONGs precisam gastar muita energia para evitar a interferência do governo.

Alaa Ezz
Associação de Empresas para a Conservação Ambiental, Cairo

Nós não registramos a nossa associação, pois nesse caso o governo iria controlar nosso trabalho. Antes disso, a polícia já deu batidas em nossas sedes, e funcionários do

simples das organizações. Em alguns casos, os círculos oficiais operam de maneira ilegal para suprimir o trabalho da sociedade civil, por exemplo, danificando propriedades de associações ou ameaçando os ativistas de violência física. É claro que os grupos da sociedade civil contrapor-se de várias maneiras a pressões negativas deste tipo. Podem, por exemplo, explorar as brechas existentes nas leis nacionais, evocar convenções internacionais, buscar apoio público através dos meios de comunicação de massa, transferir fundos para locais mais seguros, e assim sucessivamente. Mesmo com contramedidas criativas, porém, a hostilidade oficial pode frustrar substancialmente o potencial da sociedade civil no sentido da democratização da economia global. (Este parágrafo se inspira fortemente no ensaio inédito de Peter van Tuijl, de julho de 1997, ‘Responding to Rights at Risk, NGOs in a Disabled Environment’ [Em resposta a direitos ameaçados, as ONGs num ambiente desfavorável]).

De modo inverso, a simpatia das autoridades governamentais pode facilitar em muito os programas da sociedade civil em favor da educação do público, do debate público, da participação pública, da transparência e da prestação de contas ao público na economia global. Nesses cenários mais felizes, as instituições oficiais podem ajudar a distribuir publicações da sociedade civil, abrir espaço para transmissões nas estações públicas de rádio e televisão, criar conselhos conjuntos com associações da sociedade civil, defender organizações da sociedade civil de ataques de terceiros e mesmo financiar diretamente iniciativas da sociedade civil. Isto dito, e como discutiremos a seguir na Parte 5, um excesso de proximidade nas relações com as autoridades governamentais pode suscitar questionamentos da cooptação da sociedade civil.

Outras maneiras de os círculos oficiais abrirem ou fecharem espaços para as associações da sociedade civil têm a ver com os procedimentos adotados pelas autoridades para incluir ou excluir as contribuições da sociedade civil aos processos de formulação de políticas. Por exemplo, as agências governamentais podem prover uma orientação política explícita e específica (às vezes apoiada em programas de treinamento), dando a seus membros direções claras sobre quando, porque e como devem comprometer-se com grupos da sociedade civil. Além disso, instituições estatais, supra-estatais, sub-estatais e privadas podem destinar pessoal e fundos a contratos com organismos da sociedade civil, bem como facultar às associações da sociedade civil acesso amplo e direto às autoridades de

trabalho. Antes disso, a polícia já deu batidas em nossas sedes, e funcionários do governo investigaram nossas contas pessoais e as da organização.

ativista anônimo, Bangkok

O governo canadense lançou e deu amplo apoio financeiro a várias iniciativas importantes da sociedade civil com relevância para a economia global, inclusive o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável e a Direitos & Democracia. As autoridades de Ottawa também deram apoio a atividades específicas da sociedade civil, provendo fundos, por exemplo, para a realização da Cúpula do Povo, paralela ao encontro intergovernamental realizado no Québec, em abril de 2001.

É útil manter ligações com organizações internacionais que tenham o espírito aberto, e inútil relacionar-se com aquelas que costumam ter um problema para cada solução.

Mohamed Idris

Associação Central dos Sindicatos em Cooperativa, Cairo

As consultas em torno dos Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza são um instrumento de falsa democracia. A dinâmica de poder não mudou. Dá-se às pessoas o “direito” de “escolher” o reajuste estrutural. Essas consultas não são democratizantes, pois não podem trazer mudança substancial.

Pam Foster

Halifax Initiative, Ottawa

Em sua última Estratégia de Assistência para o Brasil, o Banco Mundial conduziu uma pretensa consulta a alguns grupos da sociedade civil, mas isto só produziu um anexo ao relatório. A consulta não mudou nada. Por que se deram ao trabalho?

Flávia Barros

Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Brasília

As ONGs já perderam muito tempo, e não podem se dar ao luxo de perder ainda mais com toda essa “participação” nas IFIs.

facultar às associações de cidadãos acesso amplo e direto às autoridades do primeiro escalão. Não há dúvida de que as instituições de governo dotadas de uma inclinação favorável deveriam incluir uma boa relação com a sociedade civil entre os critérios de avaliação e promoção do seu pessoal. As instituições oficiais também podem levar a cabo ciclos regulares de consultas em profundidade junto às associações da sociedade civil, convidando-as a manifestar-se a qualquer momento através de correspondência eletrônica ou postal. Além disso, os órgãos de governo podem reservar assentos em seus comitês e grupos de trabalho para delegados da sociedade civil. Alternativamente, contudo, os grupos de governo podem negligenciar ou simplesmente se recusar a tomar medidas deste tipo.

É claro que as práticas oficiais neste particular têm variado muito. Entre as agências de governança supra-estatal, por exemplo, algumas, como a União Europeia e o Banco Mundial, constituíram arranjos bastante elaborados que lhes permitem o entendimento com grupos da sociedade civil. Em contraste, outras organizações, como o BIS e a OCDE, não adotaram quase nenhuma medida desse tipo.

As atitudes dos funcionários do governo em suas consultas junto às organizações da sociedade civil também fazem diferença. Por exemplo, os organismos de governo podem considerar que essas discussões são diálogos sérios, com efeitos substantivos, mas também podem tratar o intercâmbio com os grupos da sociedade civil como exercícios de relações públicas meramente figurativos. Por ocasião do planejamento de suas consultas, as autoridades podem determinar quais serão os participantes, a agenda e as regras do entendimento, juntamente com as associações da sociedade civil, mas também podem fazer estes arranjos de maneira unilateral. Os executivos e as equipes dos órgãos reguladores podem tomar a iniciativa de irem às sedes da sociedade civil, ou esperar que os grupos da sociedade civil venham a seus gabinetes. Os funcionários do governo podem – ou não – fornecer aos interlocutores da sociedade civil as informações adequadas, a tempo de permitir-lhes apresentar suas contribuições ou sugestões significativas quanto às políticas de governo. As associações da sociedade civil podem ser consultadas ao longo do processo de formulação de políticas, ou essas consultas podem ser adiadas até um momento posterior, quando todas as decisões cruciais já tiverem sido tomadas. As autoridades podem fazer um esforço especial para ouvir os grupos marginalizados, ou apenas procurar os partes mais facilmente

John Dillon
KAIROS: Coalizão Ecumênica para a Justiça Econômica, Toronto

A participação do cidadão no Ministério de Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá é meramente decorativa. Precisamos da contribuição efetiva dos cidadãos.

Tony Clarke
Instituto Polaris, Ottawa

O FMI informa. Ele não consulta, pois já sabe a resposta.

Mostafa Wally
Federação das Indústrias do Egito, Cairo

Entre os projetos do Banco Mundial na Rússia não constam discussões sérias sobre os problemas ou os mecanismos existentes. Geralmente, o público só se envolve depois que as decisões mais importantes já foram tomadas.

Andrei Kortunov
Fundação da Ciência de Moscou

ouvir os grupos marginalizados, ou apenas procurar as partes mais facilmente acessíveis da sociedade civil. Os organismos de governança podem ser abertos a críticas ou procurar apenas as opiniões dos atores da sociedade civil que lhes são sabidamente simpáticos. Os funcionários do governo podem voltar aos grupos de cidadãos da sociedade civil com relatos sobre a maneira como a participação da sociedade civil afetou a formulação de políticas, ou então deixar de oferecer este *feedback*. Os círculos do governo podem mostrar-se gratos pelo tempo e o esforço que as associações da sociedade civil dedicam a apresentar suas contribuições para as políticas públicas, ou achar que os ativistas não merecem uma atenção especial.

Um aspecto das atitudes oficiais que tem particular importância em relação à governança da economia global é a maneira como os Estados encaram os contatos entre a sociedade civil e organismos supra-estatais. Alguns governos encaram com tranquilidade os contatos diretos (isto é, sem a intermediação do Estado) que as associações da sociedade civil possam eventualmente estabelecer em seu país com as instituições globais ou regionais. Outros, entretanto, opõem-se a tais relações, que consideram um ataque à soberania do Estado, empenhando-se em desencorajá-las e em obstruir estes vínculos. Como resultado, os cidadãos podem experimentar dificuldades cada vez maiores para ter acesso às IFIs, aos órgãos comerciais multilaterais, às agências da ONU, e assim por diante.

Em suma, a maneira como os círculos oficiais encaram seu intercâmbio com os grupos da sociedade civil pode afetar em muito a medida em que estas associações serão capazes de contribuir com o aumento da democracia na governança da economia global. Isto não quer dizer, porém, que a responsabilidade pela capacitação das organizações da sociedade civil para promover a consciência pública, o envolvimento do público e o controle público sobre as políticas de produção, comércio e consumo globais dependa inteiramente das autoridades. Ao contrário, a Parte 5 deste relatório elabora detalhadamente os deveres concomitantes dos grupos da sociedade civil. Ainda assim, as atitudes oficiais têm grande repercussão sobre o que as associações da sociedade civil podem ou não obter em matéria de democratização da economia global.

Temos de mudar a atitude dos burocratas, para que consultem também outros grupos, além dos círculos empresariais e dos especialistas técnicos.

Somkiat Tangkitvanich
Instituto de Pesquisa do Desenvolvimento da Tailândia

As organizações multilaterais pensam que o simples ato de nos chamar basta para caracterizar uma consulta. Mas nós dizemos que não. Precisamos de mais tempo, precisamos de mais informação, precisamos discutir com outros parceiros.

Vincent Edoku
Uganda Debt Network, Kampala

Convidamos os representantes tailandeses presentes na Comissão Preparatória da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável a conversar conosco, mas somente um representante oficial apareceu. Tivemos de caçar os demais pelos corredores.

Chanida Chanyapate Bamford
Focus on Global South, Bangkok

Para nós é importante trabalhar com os meios de comunicação. Normalmente, as notícias vêm do mundo das grandes empresas e do Estado. Elas dominam a perspectiva das pessoas, e controlam suas mentes.

Kaninkar Kpunhachon
Serviço Voluntário Tailandês, Bangkok

As Condições nos Meios de Comunicação de Massa

Além da atitude dos círculos oficiais, as circunstâncias nos meios de comunicação de massa também podem ampliar ou restringir significativamente o potencial democratizante das associações da sociedade civil na economia global. O jornalismo impresso, radiofônico e televisivo é hoje, para a maioria dos cidadãos, a principal fonte de informação cotidiana sobre os assuntos públicos. Desse modo, a tomada de consciência do povo em geral quanto à economia global e aos esforços da sociedade civil para dar-lhe forma, inclusive num sentido mais democrático, e a maneira como toma essa consciência, dependem significativamente da chamada *media*, os meios de comunicação de massa.

É claro que, quando os cidadãos têm consciência das questões correntes, as atividades da sociedade civil relacionadas com a globalização econômica e sua governança ficam facilitadas. Quando jornais, revistas, rádios, televisões, CD-ROMs, etc. dão destaque a assuntos atinentes à produção, ao comércio e ao consumo globais, as associações da sociedade civil que lidam com esses problemas têm mais facilidade para conquistar uma audiência maior e melhor informada. Entretanto, se os meios de comunicação de massa costumarem ignorar a economia global, o público mostrar-se-á correspondentemente menos receptivo às iniciativas da sociedade civil ligadas ao tema. Infelizmente, como já observamos, os principais meios de comunicação de massa da sociedade contemporânea tendem antes a ignorar do que a destacar questões ligadas à globalização econômica. Esta negligência tem complicado os esforços da sociedade civil para mobilizar o público em geral sobre estes assuntos.

Além da quantidade de atenção dedicada ao tema, a qualidade da cobertura dos meios de comunicação sobre os problemas da economia global também faz diferença para o trabalho da sociedade civil. Nas situações positivas, os relatos impressos e audiovisuais sobre o comércio, a migração, os investimentos, as finanças e as comunicações internacionais são claros, detalhados, investigativos e nuançados. Com esta ajuda dos meios de comunicação, as associações da sociedade civil podem contar com uma compreensão sólida do público quanto à economia global, podendo promover com mais facilidade um envolvimento em alto nível do cidadão em sua governança. Em outros contextos, todavia, os relatos

A maioria das pessoas só concebe a globalização da forma como ela é apresentada na televisão. É a única informação que elas recebem. As escolas ou as organizações populares não lhes dizem nada. A TV domina as pessoas, e os principais canais apresentam todos a mesma coisa.

Rafael
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Rio de Janeiro

Com o controle do Estado sobre os meios de comunicação, todos aqueles que apontam o caráter antidemocrático da governança econômica global podem ver que suas opiniões são alteradas antes de sua divulgação. Por isso, prefiro dar entrevistas ao vivo, onde sei que minhas palavras não serão editadas e manipuladas.

Gouda Abdel-Khalek
Faculdade de Economia e Ciência Política, Universidade do Cairo

A maior parte dos meios de comunicação da Rússia depende dos políticos, dos grandes empresários e dos gângsteres para não naufragar. Seu noticiário não é pautado pela opinião pública, mas pelos chefões que pagam. Os jornais sabem quem podem e quem não podem criticar.

Alexei Simonov
Fundação da Defesa da Glasnost, Moscou

Os meios de comunicação russos concentram a atenção na vida oficial, e não na sociedade civil. Na verdade, foi muita sorte nossa termos sido ignorados pelos meios de comunicação nos primeiros anos. Isto nos deu a chance de crescer e nos desenvolver antes que eles pudessem nos esmagar. Agora já somos mais fortes, e capazes de andar com nossas próprias pernas.

Ludmilla Alexeieva
Grupo Moscou Helsinki

Muitos meios de comunicação da Tailândia retratam os ativistas como terroristas, e por isto é difícil fazer as pessoas entenderem e apoiarem as ONGs.

Reawadee Praserjareonsuk
Comitê Coordenador das ONGs sobre o Desenvolvimento, Bangkok

alto nível do cidadão em sua governança. Em outros contextos, todavia, os relatos dos meios de comunicação de massa sobre a globalização econômica são confusos, descuidados, superficiais e sensacionalistas. Nesses casos, os meios de comunicação de massa tornam-se antes um estorvo que um auxílio, e os grupos da sociedade civil têm o trabalho adicional de reeducar o público desinformado pelos meios de comunicação. Infelizmente, boa parte do tratamento das questões da economia global pelos meios de comunicação dominantes tem apresentado uma qualidade dúbia.

Ademais, os meios de comunicação que tratam da globalização econômica costumam dar mostras da falta de uma postura crítica que pudesse auxiliar os esforços da sociedade civil na promoção do debate público sobre o tema. De fato, boa parte dos meios atuais de comunicação de massa são grandes empresas, muitas delas organizadas globalmente. Muitos editores e donos de rádios e TVs têm ligações próximas com os círculos governantes. Estes órgãos de comunicação de massa têm pouco interesse em estimular o questionamento do *status quo* da globalização econômica. É certo que muitos dos jornais mais importantes publicam editoriais ocasionais com críticas ao desempenho da economia global, inclusive à pobreza das suas credenciais democráticas. Entretanto, os órgãos da grande imprensa raramente ou jamais adotaram uma linha editorial de crítica sistemática aos padrões atuais da globalização econômica. Enquanto isso, meios de comunicação alternativos desprovidos de maiores envolvimento ou motivações comerciais tendem a manter uma luta apenas marginal na maior parte do mundo de hoje, se é que ainda existem de todo.

Independentemente da cobertura da economia global, a quantidade e a qualidade do tratamento dado mais especificamente pela imprensa às iniciativas da sociedade civil também podem ajudar ou prejudicar essas atividades. Do lado positivo, a visibilidade pública através da *media* permitiu que um certo número de associações da sociedade civil e seus principais porta-vozes alcançassem amplas audiências e aumentassem seu número de seguidores. Particularmente, os jornais e as televisões chamaram muita atenção para o chamado “movimento antiglobalização”, desde os protestos da dita “Batalha de Seattle” contra a OMC no final de 1999. Em contraste, contudo, até hoje o Fórum Social Mundial não conseguiu chegar às manchetes da imprensa em todo o mundo, embora a

A linha editorial dos principais jornais brasileiros é neoliberal. Publicam muito poucas matérias de crítica, numa situação quase totalitária. As pessoas não têm a liberdade de receber informação de boa qualidade e de pensar criticamente sobre o que está acontecendo.

Octávio Ianni
Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo

As iniciativas da sociedade civil brasileira em matéria de economia global – o plebiscito sobre a dívida externa, a publicação da Estratégia de Assistência ao país do Banco Mundial, o relatório do Observatório da Cidadania – não constituíram matérias importantes nos meios de comunicação. Foram acontecimentos importantes para os círculos da sociedade civil, mas não para o público em geral.

Liz Leeds
Fundação Ford, Rio de Janeiro

O sucesso da ATTAC em estimular a educação do público e o debate público sobre a globalização econômica na França pode ser em grande parte atribuído a uma grande projeção nos meios de comunicação de massa. De fato, o movimento foi lançado com ampla cobertura pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, em 1998. Desde então, a ATTAC continua a atrair cobertura regular e detalhada – mesmo que freqüentemente crítica – das suas atividades e propostas por parte de toda a *media* impressa e eletrônica da França.

Trabalhamos durante vários anos para elaborar nossas posições, e a imprensa vem dizer que somos contra o comércio e indignos de crédito. Alguém joga uma bomba de mau cheiro numa manifestação e nossa mensagem deixa de chegar à maioria da população.

Warren Allmand
Direitos & Democracia, Montreal

O interesse dos meios de comunicação pela sociedade civil é volúvel e superficial.

Françoise Saulnier
Médicos Sem Fronteiras (MSF), Paris

Não temos uma estratégia de media. Às vezes chegam os até a esquecer de distribuir um

iniciativa tenha atraído dezenas de milhares de participantes em seus vários anos de existência. Os meios de comunicação tampouco cobrem o trabalho cotidiano das associações da sociedade civil, isto é, aspectos seus que não as manifestações de rua e as “cúpulas populares”. Nessa medida, a grande imprensa tende a dar maior destaque ao sensacionalismo e à violência ocasional que cercam os acontecimentos na sociedade civil do que às questões substantivas da globalização econômica, que as associações gostariam de destacar. Além disso, muitos jornalistas tendem a simplificar em excesso as posições da sociedade civil sobre a economia global, sugerindo por exemplo, de maneira quase caricatural, que “as ONGs são contra o comércio”. Conseqüentemente, a mera atenção dos meios de comunicação de massa não é necessariamente benéfica aos grupos da sociedade civil; a natureza de sua cobertura também é importante.

Dada a importância dos meios de comunicação de massa para dar forma às imagens e aos impactos das iniciativas da sociedade civil ligados à globalização econômica, é vital que os ativistas aceitem trabalhar com esses círculos. A maioria dos ativistas da sociedade civil tem-se empenhado em cultivar contatos com os meios de comunicação de massa, visando abrir esses canais quando, onde e como a organização o desejar. Neste sentido, vários grupos da sociedade civil têm organizado encontros especiais destinados a informar os jornalistas sobre a natureza das suas associações e programas.

Em resumo, os órgãos da sociedade civil devem procurar fazer os meios de comunicação de massa trabalharem antes em seu favor que no sentido contrário. Infelizmente, as coisas não têm acontecido assim. Nos piores casos, os meios de comunicação de massa não só deixam de proteger os direitos da sociedade civil como esta ainda precisa cuidar de proteger-se dos meios de comunicação de massa.

A cultura política

As quatro circunstâncias ambientais consideradas até aqui – os níveis de recursos, as redes, as posições oficiais e os meios de comunicação de massa – dizem respeito aos *atributos do ator*. Isto é, envolvem características que as associações

press release.

Chanida Chanyapate Bamford
Focus on Global South, Bangkok

O Instituto Ethos, ONG brasileira de São Paulo que promove a responsabilidade social das empresas, vem cultivando sistematicamente uma atenção positiva dos meios de comunicação. Dois membros da sua equipe são encarregados dos contatos com os meios de comunicação de massa e enviam circulares informativas mensais a centenas de jornalistas. Para promover uma cobertura de alta qualidade da Responsabilidade Social das Empresas, a organização também patrocina cinco prêmios anuais para reportagens sobre o tema.

Maude Barlow, do Conselho de Canadenses, e José Bové, da Confederação Camponesa da França, são exemplos de líderes da sociedade civil que têm usado (com estilos pessoais diferentes) os meios de comunicação de massa com sucesso em prol do avanço das causas de seus movimentos respectivos.

A herança autoritária do czarismo e do comunismo inibiu substancialmente a desenvolvimento da sociedade civil na Rússia contemporânea.

A preocupação com a democracia está entre as prioridades da ação da cidadania francesa sobre a globalização por causa da nossa tradição da França revolucionária.

Bernard Cassen
ATTAC France, Paris

Em nossa cultura, não podemos trabalhar como sociedade civil sem o governo, e é melhor para a sociedade civil trabalhar com o governo do que contra ele. No Egito, a boa

da sociedade civil e outros atores na política da economia global podem ter ou não ter. As duas influências ambientais que discutiremos a seguir – a cultura política e as hierarquias sociais – dizem respeito às *condições estruturais*. São características que têm a ver com a ordem social geral, e não com os atores de per si.

A noção de “cultura política” refere-se às maneiras consagradas como, num determinado contexto social, são tratadas as questões ligadas à aquisição, à alocação e ao exercício de poder. Alguns países, regiões ou setores da sociedade, por exemplo, podem ter rituais tradicionais de mobilização dos cidadãos e uma cultura política democrática com raízes profundas. Em situações assim, “política”, por definição, significa o empenho em conquistar oportunidades iguais de participação, para todos os constituintes, num processo livre, aberto e responsável de tomada coletiva de decisões. Outros ambientes, em contraste, apresentam total carência de cultura política democrática. Desnecessário dizer que é muito mais fácil para as associações da sociedade civil realizar seu potencial democratizante para a economia global num contexto onde exista, em princípio, uma simpatia com a democracia do que num ambiente não-democrático ou antidemocrático.

No mundo de hoje, a cultura política depende em grande parte do tipo de Estado que governa uma determinada população. Em alguns lugares, o Estado autoritário restringiu as possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade civil autônoma. Nos regimes comunistas e fascistas, por exemplo, as autoridades geralmente chamaram a si a iniciativa de organizar – além de monitorar e controlar de perto – quaisquer organizações de cidadãos que pudessem existir. Já os “Estados desenvolvimentistas” altamente centralizados, encontrados hoje em boa parte do hemisfério Sul, tendem a encarar com desconfiança as associações da sociedade civil que surgem e operam fora do controle oficial. Por outro lado, os Estados liberais quase sempre tratam as associações autônomas da sociedade civil como uma parte normal e esperada da política. Mesmo que os governos desses países nem sempre gostem do que os grupos da sociedade civil possam dizer ou fazer, a cultura política assegura e valoriza o direito à existência dessas associações. Em geral, sempre que são dominados por Estados liberais, os órgãos de governança regionais e globais também tendem em princípio a aceitar o ativismo da sociedade civil, ainda que na prática essas agências multilaterais nem sempre se mostrem

democracia é a sociedade civil junto com o governo.

Nady Kamel
Organização Evangélica Copta pelos Serviços Sociais, Cairo.

O Brasil tem uma longa tradição de patrimonialismo, com um Estado centralizado e excessivo que enfraquece a sociedade. Em meados do século XX, o presidente Vargas adotou o modelo fascista italiano, em que o Estado organizava em associações o interesse dos vários setores sociais, ao invés de permitir o surgimento autônomo de organizações da sociedade civil.

Carlos Afonso
Rede de Informação do Terceiro Setor, Rio de Janeiro

O sistema clientelista é forte na Tailândia. Temos uma herança de escravidão e servidão à nobreza, uma aceitação do poder do alto. Nossa Constituição data de 1932, mas o povo tailandês só começou a questionar a política em 1973.

Sarawut Pratoomraj
Comitê Coordenador das Organizações de Direitos Humanos da Tailândia, Bangkok

Com a exceção de algumas revoltas de massa, a “opinião pública” nunca foi uma força digna de nota na política russa. Aqui, os grandes debates públicos se travam em torno da arte, da cultura e da literatura, e não da política. Para as questões políticas, as pessoas se apóiam muito nas agendas formuladas pelos formadores de opinião. Há uma idéia forte de que os problemas devem ser resolvidos pela autoridade estatal, e não pelas próprias pessoas.

Elena Vartanova
Faculdade de Jornalismo, Universidade Estatal de Moscou

muito confortáveis diante dele.

O tipo de Estado existente num determinado contexto tende a apresentar uma forte correlação com o tipo de cidadão que vive naquele ambiente. Certas culturas políticas, por exemplo, são marcadas por uma forte tradição de ativismo dos cidadãos. Nessas situações, é comum as crianças serem educadas num espírito democrático desde tenra idade. Em contraste, outras culturas políticas são definidas pela deferência popular com as autoridades governantes. A monarquia, o populismo e certas fés religiosas quase sempre tiveram esse efeito despolitizante no passado. Mais recentemente, a cultura do consumismo e do entretenimento vem tendendo a seduzir as pessoas – especialmente as gerações mais jovens – e afastá-las da cidadania ativa. Nas situações dominadas pelo consumismo, as pessoas tendem a procurar fugas em novelas televisivas e *shopping centers*, em vez de fazer frente a essa dominação. Nem é preciso dizer que uma cultura da passividade política tem sério impacto negativo sobre as iniciativas da sociedade civil acerca da democracia na economia global, ou, na verdade, acerca de quaisquer outras questões.

Da mesma forma, um ambiente de cinismo difuso em relação à política pode desestimular em muito o ativismo dos cidadãos através das associações da sociedade civil. Obviamente, é difícil mobilizar pessoas que não acreditem na importância das ações políticas, ou que alguma mudança seja possível. De fato, nos contextos em que os cidadãos tendem a considerar corruptos toda a governança e todo o mundo dos negócios, muitos podem encarar com o mesmo ceticismo as motivações das organizações da sociedade civil, duvidando que possam constituir um espaço onde pessoas íntegras se dedicam a interesses públicos. Nem é preciso dizer que os ativistas da sociedade civil que enfrentam tais atitudes disseminadas podem eles próprios acabar perdendo o ânimo.

Outro problema do âmbito da cultura política – dificultando especialmente o trabalho da sociedade civil quanto a questões globais – é a mentalidades nacionalista, estatista e territorialista. Em muitos contextos hoje encontrados no mundo todo, as pessoas têm o hábito arraigado de conceber a arena política apenas em termos do Estado nacional territorial. De fato, alguns ambientes políticos são marcados por uma forte tendência isolacionista. Claramente, as associações da sociedade civil que trabalham com questões econômicas globais

Temos no Brasil uma tradição de populismo, e não de envolvimento social. Agora, as pessoas vêm começando a compreender que precisam participar.

Aspásia Camargo
Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, Brasília

Não existe tradição democrática na Rússia. Somente uma parte muito pequena da população se considera parte viva do ambiente democrático.

Ksenia Yudaeva
Centro de Pesquisa Econômica e Financeira, Moscou

Como podemos motivar a juventude para o ativismo? Os jovens vivem numa sociedade que desestimula o engajamento dos cidadãos. Os jovens encaram a política como uma profissão, e decidem que não se interessam por ela.

Philippe Herzog
Confrontations, Paris

É difícil pedir às pessoas que ajam como cidadãos numa situação que nunca mudou, onde sua ação jamais produziu qualquer resultado.

Sadi Baron
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), São Carlos, Brasil

No Brasil, a política é inteiramente isolacionista, com níveis muito baixos de consciência do mundo. É muito difícil suscitar o interesse por coisas que não estão acontecendo aqui. Os acontecimentos globais só são acompanhados pelos grupos muito politizados.

Fernando Cardim
Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

associações da sociedade civil que trabalham com questões econômicas globais têm dificuldade muito maior em atrair atenção e apoio quando os seguidores que pretendem conquistar não têm o costume de pensar globalmente.

Em Uganda, as pessoas tendem a ver as questões globais como uma coisa muito remota. Elas não fazem ligação entre a pobreza local, os problemas fundiários e de crédito, e a economia global.

Sheila Kawamara-Mishambi
Rede de Mulheres de Uganda, Kampala

É claro que as culturas políticas – bem como os seus traços que prejudicam as atividades democratizantes dos grupos de sociedade civil – não são inalteráveis. Hábitos de opressão, deferência e cinismo podem ser superados. A cidadania ativa pode ser promovida com vigor. Entretanto, assim como as práticas político-culturais geralmente se consolidaram ao longo de períodos extensos, também não podem mudar da noite para o dia. A construção e a manutenção de ambientes político-culturais favoráveis à atividade da sociedade civil em prol da democratização da economia global exigem esforços pacientes e persistentes a longo prazo.

As hierarquias sociais

Há várias formas de hierarquia social que podem prejudicar a conquista da democracia através da sociedade civil. Tais subordinações arbitrárias podem estar ligadas a diferenças de idade, casta, classe, país, cultura, religião, gênero, raça, orientação sexual, divisão entre urbano e rural, e outras. Foi assinalado, na Parte 2 deste relatório, que os déficits democráticos na economia global contemporânea resultam em grande parte de estruturas fortemente arraigadas de desigualdade social. Assim, pode-se dizer que a maioria da população atual do mundo não consegue educação específica suficiente, envolvimento e controle sobre a governança da produção, do comércio e do consumo globais, por força da posição social em que se encontra, por acidente, desde o nascimento.

É claro que, em contextos diferentes, as subordinações estruturais se manifestam de maneiras e em graus diferentes. As relações de classe, por exemplo, são bem mais fluidas em alguns países, regiões e setores do que em outros. Certos ambientes são mais tolerantes do que outros em matéria de diferenças culturais, religiosas e sexuais. No entanto, a desigualdade estrutural das oportunidades – devido, por exemplo, ao machismo, à discriminação racial ou ao urbanocentrismo – pode, em alguns contextos, ser tão difusa e profundamente enraizada que chega a parecer quase irremovível. É claro que a intensidade da estratificação estrutural

a parecer quase irremovível. É claro que a intensidade da estratificação estrutural no meio em que opera cada associação da sociedade civil tem forte influência sobre o quanto a organização será capaz de promover a democracia na economia global.

Os grupos da sociedade civil podem se opor com mais facilidade às hierarquias estruturais quando o ambiente que os cerca estiver igualmente empenhado em reduzir as desigualdades sociais. Em outras palavras, sempre que as autoridades governantes, os meios de comunicação, os setores empresariais e outros atores de um determinado contexto demonstram sensibilidade quanto às desigualdades estruturais e empenho em atenuá-las, os esforços da sociedade civil para combater o racismo, o sectarismo, o sexismo e assim por diante encontram solo fértil e têm uma possibilidade bem maior de obter progressos. Ao contrário, quando o ambiente geral é marcado pela inconsciência ou pela indiferença em relação às subordinações sociais arbitrárias, as associações da sociedade civil que defendem a igualdade precisam enfrentar uma luta muito mais intensa.

Conclusão

Consideradas em conjunto, as circunstâncias ligadas aos recursos, às redes, às posições oficiais, aos meios de comunicação, à cultura política e às hierarquias sociais têm um efeito enorme sobre o quanto as associações da sociedade civil serão capazes de realizar seu potencial e contribuir para a educação do público, o debate público, a participação do público, a transparência e a prestação de contas ao público na governança da economia global. Numa palavra, o ambiente importa – e muito. Particularmente, não podemos esperar que as organizações da sociedade civil produzam tipos e graus de democracia que suas situações sócio-históricas não lhes permitem atingir.

Isto não equivale a sugerir que as associações da sociedade civil devam ter uma atitude passiva diante de seus contextos, resignando-se às limitações impostas pelas circunstâncias do meio. É verdade que as influências externas sobre o trabalho da sociedade civil bem podem escapar ao controle dos grupos de cidadãos. No entanto, como foi sugerido em vários pontos da discussão

O aumento da consciência sobre as profundas desigualdades entre os sexos em Uganda – registrado tanto no governo quanto entre as agências financiadoras e no seio da sociedade como um todo – criou um ambiente em que as associações de mulheres conquistaram, ao longo da última década, um espaço sem precedentes para trabalhar.

Um ambiente geral de tolerância religiosa permitiu que as organizações da sociedade civil baseadas na fé cristã operassem sem dificuldades na Tailândia de maioria budista.

Na Rússia, as organizações da sociedade civil funcionam geralmente com poucos recursos, pouca colaboração transfronteiriça e intersetorial, cercadas pela indiferença ou o antagonismo dos círculos oficiais e dos meios de comunicação, em meio a uma cultura política que dá pouco espaço para a sociedade civil, e submetidas a hierarquias sociais profundamente arraigadas. No Canadá, em contraste, as associações da sociedade civil geralmente têm mais recursos, redes consideráveis que atravessam fronteiras e setores, políticas oficiais relativamente simpáticas e solidárias, considerável atenção dos meios de comunicação de massa, convenções políticas bem estabelecidas e respeitadoras da atividade da sociedade civil, e esforços disseminados (embora nem sempre muito bem sucedidos) voltados para identificar e corrigir as desigualdades estruturais.

precedente, os grupos da sociedade civil têm como enfrentar e minorar o impacto de condições ambientais negativas como as limitações de recursos e os governos opressivos. É crucial, portanto, que os ativistas da sociedade civil adquiram um conhecimento abrangente do contexto onde atuam, compreendendo tanto as oportunidades como os obstáculos para a democracia que a situação apresenta. Esta compreensão irá ajudar as associações da sociedade civil a promover o máximo possível de democratização da economia global em seus respectivos ambientes.

Parte 5

Concretizando os potenciais: Práticas internas

Por mais que as circunstâncias ambientais sejam importantes para capacitar ou inibir os potenciais das associações da sociedade civil em relação à democratização da economia global, seus resultados não podem ser atribuídos apenas a forças externas. As próprias práticas das organizações da sociedade civil também são importantes. A fim de maximizar seu impacto democratizante sobre a governança da economia global, as associações da sociedade civil precisam olhar para dentro, para suas próprias operações, da mesma maneira como olham para fora.

O questionamento dos padrões democráticos das associações da sociedade civil tem aumentado na medida em que também vêm crescendo sua visibilidade e sua influência sobre a governança contemporânea. Muitas das críticas, é verdade, devem-se à hipocrisia de círculos oficiais e empresariais com interesses a defender, que tentam responder dessa maneira aos desafios da sociedade civil ao seu poder e aos seus procedimentos. Ainda assim, contudo, as críticas têm uma base considerável. Por razões morais e práticas, é preciso equacionar o problema da democracia no interior da sociedade civil.

Especificamente, as associações da sociedade civil precisam cultivar credenciais democráticas de alto nível se quiserem sustentar e expandir a sua influência sobre a governança da economia global.

Sem dúvida, a cada contribuição importante da atividade da sociedade civil para uma economia global mais democrática, conforme discutimos na Parte 3, corresponde um desafio democrático interno. Assim, ao mesmo tempo em que procuram fomentar a educação pública, as associações da sociedade civil precisam assegurar-se de que elas próprias possuem educação suficiente. Ao mesmo tempo em que se empenham em estimular o debate público, os grupos de sociedade civil também precisam respeitar as diferenças de opinião no interior dos seus círculos, e proteger-se contra a cooptação por forças exteriores. Ao mesmo tempo em que militam em favor da participação pública, as iniciativas da sociedade civil precisam oferecer oportunidades iguais para que todos possam participar de suas próprias atividades. Ao mesmo tempo em que pretendem estimular a transparência e a prestação de contas ao público por parte dos organismos de governança, os

órgãos da sociedade civil também devem maximizar sua própria visibilidade e responsabilidade perante seus constituintes e o público em geral.

As páginas que se seguem tratam das questões da competência, da abertura, da autonomia, do acesso, da transparência e da prestação de contas da sociedade civil. Como em outras partes do relatório, a discussão combina uma análise geral na coluna da esquerda a testemunhos e experiências correspondentes da sociedade civil em diversos contextos, na coluna da direita.

Competência

Conforme indicado anteriormente, as associações da sociedade civil podem ter efeitos democratizantes significativos sobre a economia global através do incremento da educação do público sobre as comunicações, as finanças, os investimentos, a migração e o comércio transmundiais. Contudo, tais benefícios em potencial – e certamente todas as atividades da sociedade civil em relação à globalização econômica – ficarão comprometidos caso os próprios ativistas não tenham a competência necessária para abordar as referidas questões.

Não há dúvida de que certos grupos de sociedade civil figuram entre as melhores fontes disponíveis de informação e análise sobre a economia global. Muitos outros, porém, têm sofrido por causa do seu conhecimento limitado. Mesmo fóruns e grupos de estudo empresariais relativamente bem financiados às vezes só têm um ou dois membros cientes da natureza precisa das regras que governam as atividades da economia global, bem como dos processos institucionais e das forças estruturais mais profundas que produzem essas regras. Além disso, faltam muitas vezes às redes da sociedade civil mecanismos adequados para compartilhar a competência que de fato possuem em relação à economia global e sua governança.

É claro que é bom quando as campanhas da sociedade civil sobre a globalização econômica contam com valores morais, boas intenções e instituições rápidas ao seu lado. Contudo, essas bases importantes não bastam. Uma análise vaga e rudimentar que seja, por exemplo, rica em polêmica fácil e pobre em investigação detalhada, pode atrair a atenção do público por um curto espaço de tempo, mas não tem como trazer muito poder para as pessoas a longo prazo. Além disso, os grupos da sociedade civil perderam muitas vezes parte de sua credibilidade devido ao uso impróprio e incompetente de dados relativos à economia global.

Certos grupos da sociedade civil empreenderam estudos extensos e pacientes sobre a globalização econômica, mas outros cederam à tentação de conquistar

Precisamos conduzir a luta de modo democrático. Não podemos deixar a democracia só para depois da vitória.

Luís Bassegio
Pastoral dos Migrantes da Igreja Católica, São Paulo

Para lidar com as questões da democracia, as organizações da sociedade civil precisam desenvolver uma reflexão autocrítica sobre a maneira como operam.

John Foster
Instituto Norte-Sul, Ottawa

Existem organizações da sociedade civil que são péssimas, tanto quanto existem péssimas empresas multinacionais.

Alexandr Buzgalin
“Alternativas” do Movimento Social Pan-Russo, Moscou

Precisamos de uma democratização da própria sociedade civil, das suas atividades, da sua composição.

Philippe Herzog
Confrontations, Paris

Como primeiro passo para democratizar a globalização, a sociedade civil precisa desenvolver conhecimentos e mobilizar recursos intelectuais para produzir agendas de mudança.

Sílvio Caccia Bava
Associação Brasileira de ONGs (ABONG), São Paulo

Os ativistas da globalização não são muito bons em análises especializadas. Para compreender as disputas em andamento, precisamos de mais que slogans genéricos. Precisamos de uma capacidade real de engajamento.

Gerry Barr
Conselho Canadense de Cooperação Internacional, Ottawa

É muito limitada a formação profissional nas associações da sociedade civil russas que lidam com a globalização. A discussão é geralmente muito superficial, uma conversa completamente vazia, que só produz ideologia em lugar de análises reais.

Andrei Kortunov
Fundação da Ciência de Moscou

publicidade rápida às expensas de uma pesquisa e uma reflexão mais cuidadosas. Além disso, alguns ativistas da globalização econômica têm demonstrado pouca capacidade de concentração. Seu foco de interesse está sempre passando de uma questão para outra em função dos ditames da moda, da dívida para o comércio, daí para o imposto Tobin e em seguida para os direitos de propriedade intelectual, etc. Em decorrência disso, os grupos da sociedade civil podem acabar deixando de perseverar nas campanhas por tempo bastante para alcançar resultados mais importantes e duradouros.

Um ativismo superficial da sociedade civil também tende a deixar de passar de um protesto puramente negativo para a formulação de propostas positivas. Sem dúvida, fazer oposição e procurar destruir arranjos nefastos é uma tarefa honrada e respeitável. Não obstante, a proposição e a reconstrução também são necessárias. Uma coisa é reivindicar novos arranjos de governança para a economia global; outra é especificar quais devem ser. As iniciativas da sociedade civil, para ser sustentáveis, precisam de visões positivas acompanhadas de sugestões concretas. É verdade que muitos grupos ultrapassaram a antiglobalização na direção de uma alterglobalização. O processo do Fórum Social Mundial ilustra especialmente bem este empenho. Muitas outras associações, porém, deveriam dar mais atenção a esta tarefa.

Isto não quer dizer que as iniciativas da sociedade civil quanto à economia global precisem de um grande número de profissionais fazendo o mesmo treinamento, desenvolvendo a mesma análise e confiando na mesma informação que as autoridades governamentais. É claro, os ativistas da sociedade civil poderão operar mais efetivamente se compreenderem o jargão e as estatísticas que circulam nos círculos oficiais. Contudo, a “competência” que se espera dos ativistas da sociedade civil não é atingir o mesmo grau de especialização dos reguladores. Ao contrário, como já se enfatizou acima, boa parte do valor democratizante da atividade da sociedade civil vem da produção de um debate por meio do questionamento da ortodoxia dominante e da defesa de visões alternativas. Contudo, assumam ou não uma perspectiva convencional, os ativistas precisam de uma compreensão sólida da economia global.

Algumas reuniões com o Banco Mundial são muito técnicas. Você precisa ter familiaridade com o tema para poder trazer alguma contribuição relevante. Às vezes as autoridades abrem espaço para a participação da sociedade civil, mas a sociedade civil não tem capacidade para ocupá-lo.

Vincent Edoku
Uganda Debt Network, Kampala

As diatribes constantes contra os acordos comerciais internacionais não nos servem de nada. As pessoas nos olham como se não fôssemos ninguém, ou se sentem desprovidas de poder.

Marc Lee
Centro Canadense de Alternativas Políticas, Vancouver

As ONGs estão muito mal preparadas para tratar das questões financeiras globais. Não sabem que direitos devem reivindicar, e nem a que mecanismo devem dirigir-se. Poucas pessoas entram de fato na discussão ou dizem alguma coisa de concreto.

Fernando Cardim
Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Um dos problemas da maioria das organizações da sociedade civil é que elas têm fôlego curto, e não se fixam em propostas de longo prazo.

Alaa Ezz
Associação de Empresas para a Conservação Ambiental, Cairo

O movimento antiglobalização está sempre em confronto com alguma coisa. Precisamos nos sentar e pensar sobre o que deve ser feito.

Kamal Abbas
Centro de Serviços para Sindicatos e Trabalhadores, Helwan, Cairo

O perigo é que, mal informados, possamos adotar posições que acabem tendo repercussões negativas para nós.

Alexandre Bougaev
Confederação Pan-Russa do Trabalho (VKT), Moscou

Desde 1955, o movimento sindical brasileiro tem um Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (o DIEESE), voltado para a pesquisa. Além disso, o DIEESE ajudou a organizar a formação de sindicalistas sobre questões de globalização econômica, especialmente os acordos regionais e mundiais de comércio.

A Associação Internacional de Técnicos, Especialistas e Pesquisadores (AITEC),

Como aumentar essa competência? Infelizmente, as instituições de ensino oferecem pouquíssimos cursos sobre a economia global e sua governança concebidos especificamente para ativistas da sociedade civil. O material didático raramente se dirige – como tenta fazer este relatório – ao público da sociedade civil. Assim, uma parcela grande demais da capacitação da sociedade civil depende ou de uma formação “acadêmica” que não estabelece uma ligação adequada entre teoria e ação, ou de uma formação “prática” concomitante ao trabalho que não estabelece uma ligação adequada entre as atividades rotineiras da militância e uma compreensão mais ampla e profunda das questões em jogo.

Com pessoal bem treinado, as associações da sociedade civil também podem adquirir uma capacidade de pesquisa própria sobre questões econômicas globais. Programas próprios de pesquisa com analistas designados para o estudo de políticas específicas podem produzir informações e idéias que respondam mais diretamente às necessidades da organização. E quando não dispuserem de meios suficientes para criar suas próprias equipes de pesquisa, como ocorre com frequência, as associações da sociedade civil podem unir forças e patrocinar centros conjuntos. (É claro que os esforços de colaboração desse tipo precisam evitar o domínio dos parceiros maiores sobre os menores)

Quanto ao resto, muitos atores da sociedade civil poderiam adquirir mais competência através de uma colaboração mais extensa do que tendem a ter com acadêmicos, consultores e outros especialistas em economia global. Na verdade, são infelizmente poucos os intelectuais que vêm demonstrando uma inclinação para contribuir para a política da sociedade civil. Além disso, ativistas e pesquisadores tendem a pensar e trabalhar de maneiras totalmente diversas, de maneira que o diálogo entre eles pode ser problemático em alguns contextos. No entanto, “fazedores” e “pensadores” têm desenvolvido uma cooperação muito produtiva em numerosas iniciativas da sociedade civil ligadas à globalização econômica. Os acadêmicos, além disso, podem às vezes servir como intermediários especialmente eficientes entre os grupos da sociedade civil e os círculos oficiais.

Em resumo, se quiserem ser eficazes em sua contribuição para a educação do

com base em Paris, reúne profissionais para investigar problemas de interesse público e produzir estudos que sirvam de base para movimentos sociais. Entre outros tópicos, os grupos de trabalho da AITEC têm investigado os planos para a redução da dívida e várias instituições financeiras internacionais.

Um Centro de Recursos de Paz e Direitos Humanos foi criado em Bangkok para permitir às organizações tailandesas da sociedade civil uma coleta mais eficiente das informações sobre a globalização e outros temas.

Servindo como grupo de estudos da Igreja Católica, a Comissão Justiça e Paz, na França, vem preparando relatórios sobre a globalização, a dívida, o comércio e as instituições econômicas supraestatais, em resposta à demanda de sacerdotes e ativistas leigos por informações melhores sobre essas questões.

Precisamos aprofundar o conhecimento sobre a globalização econômica na sociedade civil. Caso contrário, o cérebro da sociedade civil estará limitado a um punhado de intelectuais.

John Dillon

KAIROS: Conselho Ecumênico pela Justiça Econômica, Toronto

No estado brasileiro de Minas Gerais, a Universidade de Juiz de Fora oferece vários programas (inclusive cobertura de questões sobre a globalização) especificamente concebidos para ativistas de movimentos sociais. Os professores envolvidos doam voluntariamente seu tempo de aula, e a universidade cede as instalações sem cobrar.

Em Uganda, a Coalizão de Advogados pelo Desenvolvimento e o Meio Ambiente pretende constituir uma equipe de analistas para tratar de questões como a globalização.

Não temos muito dinheiro para enviar pessoas a encontros internacionais, mas sempre mandamos alguém, especialmente nossos membros locais, a fim de aprimorarem-se através da experiência internacional.

Flávia Barros

Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Brasília

público e dos ativistas envolvidos com a globalização econômica, as associações da sociedade civil precisam dedicar uma energia considerável a determinar: precisamente o que está acontecendo na economia global; exatamente o que elas querem; e especificamente o que precisa ser feito para que os objetivos desejados sejam atingidos.

Discussão aberta

Conforme discutimos na Parte 3, a segunda contribuição maior da sociedade civil para uma economia global democrática – a saber, a promoção do debate público – pode-se ver comprometida se as associações elas próprias não se mostrarem receptivas a uma discussão aberta de múltiplas posições. De fato, um espírito fechado também pode enfraquecer os grupos da sociedade civil em seus esforços para prover uma educação de qualidade do público e a participação pública inclusiva.

Infelizmente, alguns grupos da sociedade civil envolvidos com as questões da globalização econômica operam com intensas restrições ideológicas ao debate interno. Por exemplo, muitos dos institutos de pesquisa preocupados com as finanças, o investimento e o comércio globais limitam-se ao campo estrito de uma única disciplina acadêmica, a saber, a economia. Muitas associações empresariais não se mostram nem um pouco dispostas a encetar uma discussão em que se possa questionar a compreensão convencional da globalização econômica. Da mesma forma, muitos grupos baseados na fé religiosa fecham os ouvidos a opiniões externas às de sua religião. Ao mesmo tempo, muitas organizações do movimento social defendem sua visão da mudança progressista como uma verdade inquestionável.

Em todos esses casos, os atores doutrinários da sociedade civil deixam de levar em conta sua obrigação democrática de dar atenção às abordagens contrárias adversas e travar uma discussão respeitosa com os adversários. É claro que esta obrigação de dialogar, porém, cessa quando os oponentes ameaçam recorrer à violência. De fato, certos grupos da “sociedade incivil” já

Preferimos imaginar que a sociedade civil é constituída de gente como nós, mas boa parte dela não é nossa amiga. Temos de estar prontos a aceitar que as opiniões da sociedade civil sejam contrárias às nossas.

Warren Allmand
Direitos & Democracia, Montreal

A Igreja Ortodoxa russa pode ser muito fechada, afirmando que sua visão é a única possível e evitando o diálogo com outras religiões e outros países. Em espírito, porém, a fé ortodoxa é na verdade muito aberta.

Georgy Tchistiaakov
Igreja Ortodoxa Russa, Moscou

O que me atraiu na ATTAC foi o encontro de perspectivas diferentes. Todas as opiniões estão representadas. Há um diálogo rico. É muito interessante.

Claude Piganiol-Jacquet
ATTAG France, Grupo Mulheres e Globalização, Paris

A Política Nacional de Educação (2000), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Brasil, estabelece que seus programas educacionais “devem estimular o debate entre opiniões divergentes... de maneira que as diferentes concepções possam manifestar-se, ser conhecidas, confrontar-se e procurar elementos de união.”

Quando desenvolvo uma política para nossa organização, convido seus membros a dar contribuições e criticar as propostas.

Reawadee Praserejareonsuk

chegaram ao extremo de causar danos físicos e até assassinatos políticos a seus oponentes. Por outro lado, muitas associações da sociedade civil decidem parar de dar ouvidos a opiniões alternativas muito antes de estarem correndo qualquer risco significativo.

Entre os ativistas da sociedade civil que contribuíram com este projeto, poucos – e felizmente foram apenas poucos – chegaram a manifestar um temor declarado de questionar as opiniões estabelecidas das suas organizações sobre a economia global. Da mesma forma que alguns governos, partidos políticos e empresas reprimem a discordância e a divisão internas, certas associações da sociedade civil impõem a seus filiados uma disciplina interna estrita que desautoriza a dissidência. Esta intolerância, além de enfraquecer o *ethos* democrático, também priva a organização de um debate interno que bem poderia gerar, além de idéias novas e talvez proveitosas, maior clareza de visão e maior precisão estratégica.

Outros grupos da sociedade civil cerceiam o debate interno de maneira mais sutil. Em muitas associações, por exemplo, a liderança é altamente centralizada e as decisões significativas são tomadas por um pequeno grupo dirigente. Nesta situação, os demais membros da equipe da organização e o conjunto de seus filiados (caso existam) tendem a ter muito poucas oportunidades de apresentar opiniões e propostas contrárias. De fato, boa parte – se não a maioria – dos líderes da sociedade civil não cultiva o hábito regular e proativo de convidar seus seguidores a criticar suas posições. Muitos grupos locais de militantes sentem, na organização da sociedade civil a que pertencem, uma escassez ou mesmo a falta de canais que permitissem as iniciativas tomadas de baixo para cima. De maneira similar, os grupos mais poderosos no interior de uma coalizão da sociedade civil podem acabar marginalizando, seja inadvertida ou deliberadamente, as opiniões de seus parceiros menores.

A superação dos problemas de abertura para a discussão nos círculos da sociedade civil é, em parte, uma simples questão de atitude. As associações podem aceitar e até empenhar-se em estimular o debate em torno de visões divergentes, tanto no interior do próprio grupo como entre cada um deles e interlocutores externos. De fato, quando se trata de maneira construtiva a discussão

Comitê de Coordenação de ONGs sobre o Desenvolvimento, Bangkok

Nossa organização tem muita diversidade: cientistas políticos, advogados, trabalhadores antipobreza, sindicalistas. Abordamos as questões a partir de diferentes perspectivas. Há muita oportunidade de discussão dentro das prioridades que compartilhamos amplamente. Não temos uma linha partidária.

Marc Lee

Centro Canadense por Alternativas de Políticas Práticas

No Brasil, entre os 52 diretores da União Nacional dos Estudantes (UNE), há representantes de todas as correntes políticas. São sete grupos principais e várias frações deles, num total de 20 a 25 grupos.

Felipe Maia

União Nacional dos Estudantes (UNE), Brasília

O Centro Egípcio de Estudos Econômicos envia convites para as suas conferências com base em cotas, visando garantir a representação de diferentes perspectivas políticas. Os painéis das conferências também são organizados à luz desse princípio, de gerar a discussão entre opiniões divergentes.

interlocutores externos. De fato, encarada de maneira construtiva, a dissensão interna pode ter o efeito de reforçar, em vez de minar, a solidariedade existente no seio das organizações da sociedade civil. A unidade na diversidade pode produzir, como se sabe, uma força maior e mais sustentável.

Juntamente com o estímulo a atitudes de apoio ao debate, as associações da sociedade civil também podem tomar medidas concretas de apoio ao pluralismo. Alguns grupos, por exemplo, fazem questão de ter diferentes correntes políticas representadas em seu conselho diretor. Muitos ativistas da sociedade civil fazem questão de convocar para suas reuniões pessoas com pontos de vista divergentes. Como forma de ampliar ainda mais as perspectivas, numerosas organizações também promovem ativamente colóquios intersetoriais no seio da sociedade civil – reunindo, por exemplo, círculos acadêmicos, organizações empresariais, sindicatos, ONGs e grupos religiosos.

Tais iniciativas não devem objetivar, é claro, resolver precariamente as diferenças e criar consensos artificiais. Mais uma vez, isto iria apenas abafar a discussão, em vez de enriquecê-la. A discussão respeitosa entre visões rivais no seio da sociedade civil – uma troca de idéias empreendida com o intuito efetivo de ouvir e aprender – pode ajudar todas as partes a compreender melhor tanto a si próprias como aos outros.

Autonomia

Outro problema que pode comprometer os potenciais da sociedade civil para fazer avançar a democracia na economia global é a cooptação. A associação pode, em maior ou menor grau, ver-se capturada por interesses especiais que passam a ditar suas prioridades, análises, propostas e atividades. É claro que nenhum ator político pode manter uma independência total de todas as influências externas. No entanto, muitos grupos da sociedade civil tornam-se, em medida significativa – queiram ou não – instrumentos a serviço de outras forças.

Para garantir a pluralidade de opiniões, incluímos membros de vários partidos políticos (conservador, liberal, social-democrata) em nosso conselho.

Shauna Sylvester
Instituto de Mídia, Política e Sociedade Civil (IMPACS), Vancouver

Nossa organização é um ponto de encontro para empresários, sindicalistas, ONGs e governo. É um lugar onde o Movimento dos Sem-Terra (MST) pode falar com o McDonald's.

Marcelo Linguette
Instituto Ethos, São Paulo

O acordo é o seguinte: nós paramos os protestos e eles abrem o diálogo.

Nicola Bullard
Focus on the Global South, Bangkok

A sociedade civil na Rússia é dependente. Preferimos não correr o risco de ofender o Estado e os nossos empregadores.

Yuri Milovidov
Federação de Sindicatos Independentes da Rússia, Moscou

Não podemos nos dar ao luxo de fazer comentários políticos explícitos sobre a atuação de doadores como o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e o Banco Mundial.

Quanto maior for a autonomia de uma organização da sociedade civil em relação aos centros de poder, mais ela poderá estimular o debate público sem qualquer constrangimento. Quanto maior for a independência de um grupo da sociedade civil, mais ele poderá cobrar a prestação de contas ao público sem medo de represálias. Inversamente, quanto mais a associação for cooptada, mais impedida será de manifestar certas opiniões e cobrar satisfações dos poderosos, restringindo desse modo o efeito democratizante de sua atuação.

A cooptação da sociedade civil pode se dar tanto a serviço de um determinado ator quanto de certas estruturas sociais mais profundas. Em termos de atores, as associações da sociedade civil podem virar instrumento de participantes mais poderosos do jogo político. Um grupo da sociedade civil pode cair sob o controle, por exemplo, de um órgão de governo, de um partido político, de uma empresa, de uma fundação, de um indivíduo poderoso ou de algum outro agente. Quando cooptadas por algum ator, as organizações da sociedade civil acabam subordinadas a outros organismos (muitas vezes antidemocráticos), e sujeitas à manipulação por eles.

Em termos de estruturas, as atividades da sociedade civil podem – mesmo que isto contrarie suas intenções – ver-se a serviço dos interesses específicos e da dominação, por exemplo, do hemisfério Norte, do capitalismo, do ocidentalismo, do machismo, do racismo, do predomínio urbano, etc. No caso da cooptação estrutural, as associações da sociedade civil tornam-se agentes acrílicos – e talvez até inconscientes – do “sistema”, mesmo nos menos democráticos de seus aspectos. A cooptação por atores e por estruturas pode ocorrer ao mesmo tempo, é claro.

Os grupos da sociedade civil podem perder sua autonomia de maneira tanto ostensiva como mais sutil. A cooptação fica óbvia quando outras partes intervêm nas operações de uma associação da sociedade civil por meio do suborno ou de imposições na indicação de membros da equipe. Noutras ocasiões, os atores da sociedade civil abrem mão de sua independência de maneira menos ostensiva, inclusive através de uma autocensura (em parte até inconsciente) que atenua ou abandona a crítica às autoridades e/ou às estruturas sociais dominantes.

Mário Mello Dias
Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, Rio de Janeiro

Precisamos tomar cuidado com a política. Se fizermos críticas à globalização, temos medo de ver os financiadores interromperem seu apoio.

Delius Asiiimwe
Instituto Makere de Pesquisa Social, Kampala

Nosso principal sindicato não é um sindicato. É uma herança soviética organizada com o apoio do governo e o controle dos trabalhadores.

Ludmilla Alexeieva
Grupo Moscou Helsinki

As associações empresariais que se dedicam às questões da economia global apresentam muitas vezes um notável envolvimento com o Estado. No Egito, por exemplo, é o ministro do Comércio quem indica o chefe da Federação Geral das Câmaras Egípcias de Comércio, além de seis dos 34 membros do seu conselho. É o ministro da Indústria quem indica o presidente, os dois vices e um terço da Assembléia Geral da Federação das Indústrias Egípcias. De maneira similar, na Tailândia, a Federação Tailandesa das Indústrias está sob a supervisão do ministro da Indústria. Na Rússia, metade do conselho executivo da Associação Moscovita de Negócios Internacionais vem do governo. No Brasil, a maioria das associações empresariais é financiada pelo governo.

O financiamento em grande escala das organizações da sociedade civil pelo governo no Canadá nos torna diferentes dos Estados Unidos e da Europa. Mesmo os

A cooptação preocupa muito no caso das relações entre os grupos da sociedade civil e os órgãos de governança. Quando sofrem uma captura oficial, as associações da sociedade civil tornam-se servidoras dóceis das agências de governança nos níveis estatal, supra-estatal e/ou sub-estatal. Esta “sociedade civil” pode ser usada para amealhar apoio, especialmente para políticas públicas impopulares. Com esse espírito, muitos órgãos de governança às vezes já formaram eles próprios suas associações da sociedade civil – nos termos que interessam às autoridades, é claro. Entre os exemplos que podemos mencionar estão os fóruns empresariais e os sindicatos criados pelo Estado, os grupos de estudo e pesquisa criados em boa parte devido à instigação de instituições econômicas multilaterais como o Banco Mundial, e as ONGs organizadas por iniciativa governamental (as chamadas *GONGOs* – *Government Organized NGOs*, ONGs Organizadas pelos Governos). Nesses órgãos, indivíduos indicados pelas agências de governança podem ocupar assentos *ex officio* no conselho da organização da sociedade civil, fazendo sentir assim a presença direta das autoridades. Além disso, os Estados e outros organismos reguladores podem financiar os órgãos da sociedade civil: através de doações institucionais, por exemplo, ou da contratação de projetos de trabalho, ou ainda de fundos para o comparecimento a encontros oficiais. As agências de governança também podem oferecer empregos (com salários e benefícios sedutores) a personalidades da sociedade civil, de maneira a atrair os ativistas para o setor oficial, em caráter temporário ou permanente. Questões de cooptação também podem surgir quando os representantes da sociedade civil aceitam convites para acompanhar delegações oficiais a conferências multilaterais ou mesmo para dar consultoria aos formuladores das políticas oficiais. Às vezes, o “diálogo” com os funcionários governamentais pode por exemplo ter o efeito de abafar um conflito sem dar atenção às questões que se encontram na origem do problema. De maneira mais sutil, as associações da sociedade civil podem adotar o discurso oficial na esperança de conquistar a atenção e o respeito redobrados dos órgãos de governança. Da mesma forma, é claro, as autoridades reguladoras podem capturar o vocabulário crítico dos círculos da sociedade civil e neutralizar seu potencial transformador. Foi este o destino flagrante de conceitos como o de “desenvolvimento sustentável”, e até mesmo das próprias idéias (interpretadas

programas internacionais dos sindicatos ganham dinheiro do governo. A dependência do financiamento governamental estimula uma cultura dos bons modos.

Diana Bronson
Direitos & Democracia, Montreal

Muitas ONGs, tendo em vista a obtenção de fundos, acabam sendo instrumentais em sua abordagem das IFIs, comprometendo o seu papel crítico.

Jorge Durão
Federação de Organizações para Assistência Social e Educacional (FASE),
Rio de Janeiro

O Banco Mundial e o governo o convidam três ou quatro vezes, e aí você começa a achar que é melhor ficar calado. Todo mundo sabe que três quartos do seu dinheiro vêm do governo. E aí, você rompe com o governo e perde os seus financiamentos? Não, você vai a muitos encontros, e todos acabam ficando amigos.

Nakanyike B. Musisi
Instituto Makere de Pesquisa Social

Os doadores são muito seletivos quanto às questões que decidem patrocinar. Precisamos corresponder ao interesse deles, se quisermos sobreviver.

Rungtip Imrungruang
Comissão Católica de Justiça e Paz, Bangkok

Em Uganda, muitos parlamentares mantêm suas próprias ONGs como modo de mobilizar o apoio do seu eleitorado.

Nyangabyaki Bazaara
Centro de Pesquisa Básica, Kampala

de certos modos) de “governança” e “sociedade civil”.

Suspeitas de cooptação também podem surgir nas relações entre as associações da sociedade civil e os partidos políticos, especialmente nos casos em que o partido em questão detiver o poder de Estado. As organizações de cidadãos vinculadas aos partidos comunista e fascista são exemplos proeminentes desse tipo de dependência. As conexões dos sindicatos com os partidos social-democratas também podem descambar para a cooptação pelas elites dominantes. Em outras situações, políticos individuais já montaram associações da sociedade civil como fachada para servir às suas próprias ambições, ao ponto até da compra de votos.

A cooptação também pode transpirar nas relações da sociedade civil com os agentes do mercado. As associações da sociedade civil podem ser criadas, supervisionadas, financiadas ou de outro modo controladas pelas empresas, ou submetidas à sua influência. Estas restrições à autonomia são especialmente evidentes no caso dos fóruns empresariais, muitos dos quais servem em primeiro lugar como grupos de *lobby* para interesses específicos do empresariado, em vez de servir ao bem público mais amplo. Além disso, numerosas ONGs e grupos de estudo dependem muito de patrocinadores empresariais. Existem até sindicatos que foram basicamente criados pelos empregadores, em lugar dos trabalhadores que devem representar.

Os doadores privados também podem ter influência cooptadora sobre os atores da sociedade civil. Tanto fundações filantrópicas quanto indivíduos ricos podem ajustar – de maneira tanto ostensiva quanto sutil – as agendas e táticas das iniciativas da sociedade civil, de maneira que as associações reforcem, em vez de questionar, a posição dos que estão no poder. Podem -se mesmo levantar, nesse sentido, questões críticas mesmo quanto à independência dos presentes projeto e relatório, financiados por uma fundação!

Além da cooptação de associações da sociedade civil por outros atores, ocorre também sua cooptação por estruturas sociais dominantes. Esta captura pelo “sistema” pode ocorrer até mesmo em grupos da sociedade civil que não

No Brasil, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Força Sindical (FS) foram criadas em grande parte pela iniciativa dos empregadores. Na Rússia, a Confederação Pan-Russa do Trabalho (VKT) tem seu quartel-general nos escritórios da empresa onde trabalha a maioria de seus membros. Não causa espanto, assim, que a liderança desses sindicatos tenda mostrar grande docilidade frente aos empregadores.

Cada vez que recebem dinheiro das empresas transnacionais, as ONGs do hemisfério Norte começam a ver o lado positivo da concessão e das reformas.

Reawadee Praserjareonsuk

Comitê de Coordenação das ONGs sobre o Desenvolvimento, Bangkok

Nosso conselho é inteiramente constituído de representantes das empresas, mas eu avisei desde o começo que fãmos dizer coisas de que elas não irãam gostar. Eles vêm convivendo com isso há cinco anos, e jamais pediram ao Centro para promover seus interesses privados.

Ahmad Galal

Centro Egípcio de Estudos Econômicos, Cairo

É muito fácil integrar algumas partes da sociedade civil internacional ao capitalismo global, destruindo-as assim como força alternativa.

Alexandr Buzgalin

Movimento Social Pan-Russo “Alternativas”

dependam particularmente de agentes do Estado ou do mercado. Às vezes, a perda de autonomia ocorre de maneira totalmente inadvertida e inconsciente.

Mesmo organizações da sociedade civil que operem com autonomia em relação à governança capitalista e aos órgãos empresariais podem, por exemplo, ser vistas como peças da engrenagem no sistema capitalista. Afinal, boa parte da sociedade civil contemporânea é uma indústria em que circula muito dinheiro e fundos substanciais para criar empregos, promover conferências, escrever relatórios, prover bem-estar social e assim por diante. Mesmo nos casos em que os esforços da sociedade civil, como a cooperação para o desenvolvimento e as campanhas em favor dos direitos humanos, obtêm seus recursos de contribuições do público e veiculam ataques explícitos contra o imperialismo, ainda assim podem estar contribuindo, de maneira sutil e inconsciente, para a manutenção da situação não-democrática. Certas atividades de apoio humanitário, por exemplo, podem desviar as energias da crítica para a reforma do capitalismo.

Uma dinâmica semelhante pode ocorrer em relação a outras estruturas não-democráticas descritas na Parte 2 deste relatório. Assim, mesmo associações da sociedade civil baseadas no hemisfério Sul podem reforçar as estruturas de dominação do Norte, por exemplo, devido à maneira como são financiadas. Mesmo os grupos da sociedade civil que criticam a primazia capitalista e do Norte na economia global de hoje podem servir como agentes do a serviço da dominação da cultura ocidental. De maneira que será mais elaborada na discussão sobre o acesso da próxima seção deste documento, as associações da sociedade civil também podem se transformar em instrumento da dominação masculina, urbana, branca ou heterossexual. Também nestas situações, a cooptação por estruturas sociais dominantes limita o grau em que os grupos da sociedade civil podem gerar o debate e a participação do público.

É verdade que as questões de autonomia e cooptação costumam ser bem mais complicadas e nuançadas do que sugerem as definições sumárias precedentes. Os fundos governamentais, por exemplo, são necessariamente contaminados, mesmo quando provêm dos contribuintes de um Estado democrático? É possível que doadores privados dêem apoio a grupos de oposição na sociedade civil sem exigir qualquer contrapartida, com base na convicção ética de que a

As ONGs também participam de processos destinados a criar um simulacro de democracia, como no caso da totalidade do ciclo de conferências sociais da ONU, que têm sido de uma eficiência duvidosa.

Jorge Durão

Federação de Organizações para Assistência Social e Educacional (FASE), Rio de Janeiro

É importante que as organizações da sociedade civil russa se tornem mais enraizadas na população da Rússia. Somos muitas vezes acusados de espionagem financiada por dinheiro estrangeiro.

Evgeny A. Shvarts

World Wildlife Fund - Rússia, Moscou

O governo do Québec entrou com dois terços do financiamento da Cúpula Popular paralela ao encontro hemisférico realizado em abril de 2001. É tradição do Estado canadense facilitar o desenvolvimento da sociedade civil. Mas isto não é cooptação. Basta ver as reivindicações que saíram da Cúpula Popular.

Jessie Smith

Rede de Informações sobre Alternativas Reais

É melhor trabalhar com o governo do que lutar com ele. O negócio é evitar cruzar a linha vermelha do governo e obrigá-lo a expulsar você. Em vez disso, você leva o governo a deslocar seus limites, e a lhe dar mais espaço.

civil sem exigir qualquer contrapartida, com base na convicção ética de que a discordância é essencial para uma democracia saudável? Será possível trabalhar *com* as autoridades sem se tornar *das* autoridades? Uma concessão é sempre cooptação? Pode a missão de um grupo da sociedade civil obrigá-lo, em algumas situações, a tomar posição na política partidária e/ou estimular seus líderes e seu pessoal a assumir posições oficiais? Em qualquer caso, deve-se estabelecer uma distinção entre as escolhas e o alinhamentos político dos indivíduos dentro de uma organização da sociedade civil e a autonomia da própria organização?

Como já foi observado, a autonomia completa quase nunca é possível para os grupos da sociedade civil. A grande maioria das associações depende em alto grau, para seu reconhecimento legal, para seus recursos e sua reputação, de forças que são externas à sociedade civil. Quase todos os organismos da sociedade civil operam substancialmente dentro de estruturas sociais existentes, por mais relutante que possa ser seu recurso, digamos, às finanças globais capitalistas ou às tecnologias de comunicação onde existe o predomínio ocidental. Os grupos que procuram a auto-suficiência total, desafiando de maneira absoluta todas as relações de poder existentes na economia global, tendem a não durar muito ou a não produzir grande impacto. A questão para as associações da sociedade civil, portanto, não é perseguir a miragem de uma independência total, e sim maximizar sua autonomia.

E como se pode alcançá-la? Os grupos mais autônomos da sociedade civil são geralmente os que apresentam uma acentuada preocupação com a questão da cooptação. Com cuidado e autocrítica, costumam refletir sobre as implicações dos seus alinhamentos: tanto com quem apóiam como com quem lhes dá apoio. Sempre que estas organizações da sociedade civil decidem dar e/ou receber apoio de um partido político, de uma agência de governança, de um ator empresarial ou de uma fundação, elas se tornam amigas *críticas*, preservando sempre a opção de romper os vínculos caso a relação venha a comprometer de maneira inaceitável sua missão e sua autonomia. A independência é promovida cada vez que um grupo da sociedade civil pondera os interesses que seus parceiros representam e a influência que eles podem exercer sobre seus próprios objetivos e atividades.

Alaa Ezz
Associação de Empresas pela Conservação Ambiental

Há gente que diz que não é saudável tornar-se amigo demais dos círculos oficiais, deixando de lado as questões concretas. Na minha opinião, temos de usar todos os espaços disponíveis. Você entra nas discussões com um ponto de vista concreto decorrente de negociações prévias com a sociedade civil. A cooptação ocorre quando você não tem certeza da sua posição e não fez seu dever de casa. E aí que você pode acabar dominado.

Jane Nalunga
Rede de Desenvolvimento das Associações Voluntárias Indígenas

Na sociedade civil egípcia, é preciso fazer concessões para ser ouvido pelo governo. Ao mesmo tempo, é difícil ser visto como representante da sociedade civil quando você trabalha em colaboração próxima com o governo. Os ativistas da sociedade civil vêem-se diante de uma negociação difícil entre a independência (em que não têm nenhuma influência) e o controle governamental.

Bassma Kodmani
Fundação Ford, Cairo

Eis o desafio democrático fundamental para a sociedade civil: até que ponto ela deve estabelecer ligações, e ligações de que tipo, com os partidos políticos e os governos?

Kjeld Jakobsen
Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo

A vigilância contra a cooptação produziu resultados no caso de um fórum da sociedade civil realizado em Moscou em novembro de 2001. Foi a Presidência da República Russa quem tomou a iniciativa do encontro e arcou com suas despesas, com a intenção original de obter seu endosso para a criação de um órgão

Além de manter-se vigilantes, as associações da sociedade civil podem aumentar sua autonomia obtendo recursos de fontes múltiplas e diversas, para não tornar-se refém de nenhuma delas. Na medida do possível, devem buscar fundos institucionais e contribuições em espécie de um quadro amplo de filiados. Nos casos em que a natureza do trabalho do grupo da sociedade civil ou a pobreza de seus afiliados não lhe permite formar uma base ampla de membros, ela pode incrementar sua autonomia obtendo seu financiamento junto a múltiplos doadores. Sempre que possível, a associação pode tentar o financiamento próprio através da geração de rendimentos não-lucrativos, por exemplo organizando conferências, vendendo publicações e com “negócios sociais” como esquemas de comércio a preço de custo.

Em terceiro lugar, os grupos da sociedade civil envolvidos com as questões da economia global podem promover sua autonomia através cuidando do ajuste contínuo de suas agendas e discursos, de maneira a manter uma distância crítica em relação à linguagem e às prioridades oficiais. Isto não significa a defesa de uma oposição sistemática só para manter-se na oposição. As associações da sociedade civil, porém, podem trabalhar para se contrapor à tendência disseminada, por parte das autoridades governantes na economia global, de tentar reduzir a dissidência com expressões vazias de apoio a seus críticos.

Acesso

Junto com as questões de competência, do debate aberto e da autonomia, as associações da sociedade civil democrática também precisam enfrentar a questão do acesso. Até onde a sociedade civil é um espaço político em que todos os cidadãos têm possibilidades iguais de se envolver com os problemas da globalização econômica? Ou serão as oportunidades de envolvimento na sociedade civil limitadas e desiguais, favorecendo especialmente as pessoas dos grupos privilegiados? Quem participa e quem não participa nas atividades da sociedade civil ligadas à economia global?

governamental de supervisão da sociedade civil. No entanto, várias associações de direitos humanos resistiram com firmeza a esse plano, que acabou abandonado. No final, um dos rebeldes da sociedade civil copresidiu a plenária de abertura do encontro, juntamente com o presidente Putin.

A Maquila Soildarity Network, com base em Toronto, recebe seus fundos de vários sindicatos, onze organizações religiosas, cinco fundações e várias ONGs. No Cairo, a Associação de Empresas para a Conservação Ambiental insiste em manter de dez a doze doadores diferentes para cada uma de suas atividades, de maneira a evitar ser controlada por um único patrocinador. A Confederação de Associações de Consumidores, inter-republicana, com sede em Moscou (KonfOP), não recebe dinheiro de empresas, e obtém seus recursos a partir de uma combinação de contribuições dos membros, bolsas, vendas de revistas e a cobrança por serviços jurídicos. Em Bangkok, a Focus on the Global South fez o possível para ter vários doadores – já eram vinte em meados de 2002 – a fim de preservar sua independência política.

A credibilidade dos movimentos de cidadãos depende da medida em que eles contem com um mecanismo realmente participativo de tomada de decisões em suas próprias organizações. E isto representa um desafio constante.

Tony Clarke
Instituto Polaris, Ottawa

Na Tailândia, as pessoas subordinadas não têm normalmente o direito de se apresentar como interessadas em participar da solução de seus problemas .

Supensri Pungkoksung
Amigos das Mulheres, Bangkok

Os mais excluídos não têm representação direta na sociedade civil, são sempre outros que os representam.

Benedicte Hermelin
Solagrall, Paris

Como vimos na Parte 2 deste relatório, hierarquias sociais estruturais constituem uma fonte importante de déficits democráticos na economia global contemporânea. Como foi sugerido na Parte 3, as atividades da sociedade civil podem promover a democracia através do avanço da participação do público na governança das comunicações, das finanças, do investimento, da migração e do comércio globais. Contudo, como foi visto na Parte 4, esses esforços podem complicar-se nos ambientes em que as subordinações estruturais forem especialmente intensas, e outros atores, como o governo e os meios de comunicação de massa, não estiverem comprometidos com sua atenuação.

Além disso, o potencial democratizante da ação dos cidadãos no que diz respeito à economia global pode ficar comprometido, na medida em que a própria sociedade civil não é um campo de jogo totalmente nivelado. De fato, certas associações da sociedade civil, assim como a sociedade civil como um todo, podem espelhar, reproduzir e às vezes até exacerbar as desigualdades estruturais que marcam a economia global contemporânea. E é claro que os grupos da sociedade civil vão ter dificuldades para enfrentar os déficits democráticos estruturais na economia global se, incoerentemente, suas próprias atividades reproduzirem essas hierarquias sociais.

A desigualdade de acesso à sociedade civil manifesta-se de muitas maneiras. Os membros de certos grupos sociais, por exemplo, podem ter uma possibilidade maior de se tornarem membros, funcionários, líderes ou financiadores de associações da sociedade civil. Pessoas de certas categorias sociais podem representar um acesso maior – às vezes muito maior – aos recursos necessários para a ação efetiva da sociedade civil sobre a economia global. Isto porque elas dispõem de mais educação, mais dinheiro, mais informações avançadas e acesso às tecnologias de comunicação, mais atenção dos meios de comunicação, mais viagens, melhor espaço de trabalho, etc. Esta discriminação – tanto aberta como sutil, tanto deliberada como não-intencional – faz com que alguns indivíduos adquiram, na sociedade civil, um peso maior do que outros com méritos pessoais equivalentes na formulação de agendas e estratégias, na escolha de táticas, na implementação de programas e na avaliação dos resultados. Estas diferenças hierárquicas de poder social no seio da sociedade civil costumam refletir as subordinações existentes na

Idealmente, a sociedade civil é um lugar onde todos participam, mas não é isto que vem acontecendo.

Comitê Nacional de Ação em Defesa da Mulher, Windsor, Grã-Bretanha

O perfil da sociedade civil na Rússia, como na maioria dos outros países, não reflete o da população geral. Hoje, a base social da maioria das associações é a intelligentsia urbana – a classe quase média dos tempos soviéticos.

Evgeny Shvarts
World Wildlife Fund – Rússia, Moscou

Quando vamos ver o presidente, é melhor levar juntos os investidores estrangeiros muzungu [brancos]. Aí ele sempre ouve bem melhor.

William Kalema
Associação Industrial de Uganda, Kampala

A Confederação Internacional de Sindicatos Trabalhistas (ICFTU) é muito eurocêntrica, dominada pelos EUA e pela Grã-Bretanha. A maioria das propostas, visões e idéias estão presas a uma perspectiva de país industrializado. Outros países e diferentes tradições de vida sindical precisam ser melhor representados

Opinião composta colhida junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Brasil, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), a Confederação Pan-Russa de Trabalhadores (VKT) e a Federação Russa dos Sindicatos Independentes (FNPR).

Em Uganda, um grupo de estudos como o Centro de Pesquisa de Política Econômica e uma associação empresarial como a Associação Industrial de Uganda não podem ser comparados, em matéria de recursos e influência, com suas cotrapartidas do hemisfério Norte.

economia global como um todo, das maneiras descritas na Parte 2.

A atividade da sociedade civil quanto à globalização econômica, por exemplo, reproduz quase sempre as hierarquias de poder Norte-Sul. No geral, as mais fortes das associações da sociedade civil ligadas à economia global têm duas bases na América do Norte e na Europa Ocidental. Muitos grupos da sociedade civil na África, na Ásia, no Caribe, na Europa Oriental, na América Latina e no Pacífico têm dado, é claro, contribuições notáveis à política da globalização econômica. Mesmo as associações da sociedade civil do hemisfério Sul mais dotadas de recursos, porém, não têm como equiparar-se aos organismos acadêmicos ou empresariais, às ONGs, aos sindicatos, às sociedades profissionais e aos grupos religiosos do Norte. São geralmente elementos do Norte que ocupam posições dominantes nas organizações e redes transfronteiriças da sociedade civil e, assim, muitas vezes as associações da sociedade civil do Sul tendem a adotar agendas e atividades do Norte, mesmo quando as questões em pauta não são prioritárias para elas. É por isto que os críticos mais áspersos repudiam a chamada “sociedade civil global”, considerando-a uma iniciativa neocolonial. É muito claro que a sociedade civil não tem apresentado muita igualdade entre o Norte e o Sul, nem mesmo nas associações que proclamam esta igualdade como seu objetivo. Ao contrário, até aqui a atividade da sociedade civil com respeito à globalização econômica tem, em seu conjunto, antes perpetuado e talvez até ampliado as disparidades Norte-Sul.

O acesso ao engajamento da sociedade civil em questões da economia global também tem sido desigual dentro das fronteiras geográficas dos países. Na maioria dos casos, por exemplo, as atividades têm-se concentrado na capital do país ou, talvez, numa ou duas outras de suas cidades principais. Em geral, também, os residentes das cidades têm acesso mais fácil aos programas da sociedade civil quanto à globalização econômica do que os habitantes do campo. Mesmo nos poucos casos em que as organizações da sociedade civil contam com seções locais espalhadas por todo o país, essas sucursais costumam ter pouca entrada ou influência no escritório central. Ao mesmo tempo, as diferenças regionais de poder no interior dos países significam, por exemplo, que o Alto Egito foi mais marginalizado que o Baixo Egito na

Mantemos relações apenas ocasionais com as associações de agricultores dos países em desenvolvimento. Nossos laços internacionais são com a União Européia, a América do Norte e a Austrália/Nova Zelândia.

Joseph Garnotel
Federação Nacional de Sindicatos de Agricultores (FNSEA), Paris

Os ativistas pelo desenvolvimento nos países industrializados precisam ir além da condescendência, de gestos apenas emocionais ou exemplares, comprometendo-se com a construção de parcerias efetivas com gente do hemisfério Sul. A fim de conseguir a mudança, a necessidade de partilhar recursos intelectuais e financeiros, bem como ter estratégias comuns de ação política e reivindicatória, é crucial.

Iris Almeida
Direitos & Democracia, Montreal

Capitais como o Cairo, Paris, Moscou, Bangkok e Kampala dominam a cena da sociedade civil em seus respectivos países. O Brasil e o Canadá possuem vários pontos focais da atividade da sociedade civil ligada à economia global, embora todos esses locais sejam grandes centros urbanos.

Apesar da ênfase dada ao desenvolvimento do ativismo local, a liderança na França de grupos como a ATTAC, o Centro de Pesquisa e Informação sobre o Desenvolvimento, o Greenpeace e Survie continua altamente centralizada em Paris.

As ONGs tendem a ser constituídas por profissionais de classe média que falam de uma realidade que não é a deles. O Fórum Social Mundial é muito importante para as redes mundiais de elite, mas não vejo bem sua ligação com a realidade dos excluídos.

Amelia Cohn
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo

atividade da sociedade civil sobre questões globais. De modo similar, as províncias ocidentais do Canadá têm menos expressão que as orientais, e os estados do sul do Brasil figuram como centros da sociedade civil bem mais importantes que os do Norte e Nordeste.

Outra discriminação na atividade da sociedade civil ligada à economia global se dá ao longo das fronteiras de classe. É bem verdade que um certo número de movimentos sociais que lidam com as questões econômicas transmundiais angariou seus líderes e seguidores principalmente entre certas subclasses, como pescadores, camponeses, trabalhadores de baixa renda ou favelados. No entanto, é dos círculos da elite que geralmente provêm os grupos da sociedade civil (como os fóruns e grupos de estudo empresariais) que dispõem de mais recursos e mais acesso aos círculos de governança na economia global. Além disso, as associações das grandes empresas têm um acesso decisivamente maior às negociações multilaterais do que os grupos representantes da pequena empresa. Por sua vez, as associações de banqueiros e os institutos de pesquisa econômica desfrutam de um acesso privilegiado às instituições que governam as finanças internacionais. Muitas ONGs também recrutam seu pessoal e seus membros entre as elites. De fato, os postos em ONGs podem ser altamente cobiçados nos países pobres, em que uma pequena camada privilegiada da população costuma conquistar a maior parte dos financiamentos de ONGs. Ao mesmo tempo, o movimento sindical tradicional representa principalmente certa “aristocracia operária” relativamente privilegiada formada por empregados permanentes, formais, de tempo integral, deixando de lado os círculos mais vulneráveis de trabalhadores, como os trabalhadores domiciliares, os empregados domésticos, os imigrantes, os empregados de meio expediente, os trabalhadores do sexo, os comerciantes ambulantes e os desempregados há longo tempo. Em suma, muito embora muitas associações da sociedade civil de hoje falem do envolvimento da “base”, da “gente comum”, das “organizações populares” e das “comunidades locais”, as oportunidades reais de participação das subclasses nesses movimentos têm sido, quase sempre, muito limitadas. De fato, muitos dos membros da “esquerda chique” da sociedade civil cultivam um desprezo mal disfarçado pelas classes supostamente “mais baixas”, “deseducadas” e “irracionais”.

Na sociedade civil, os pobres são considerados fracos. Eles nos levam junto quando precisam aparecer bem nas fotografias, mas no resto do tempo preferem nos deixar de lado.

Josephine Grey
Reunião das Famílias de Baixa Renda, Toronto

Como agricultores, ninguém nos leva a sério. A sociedade nos vê como uma piada. Por que devemos nos interessar pelo FMI? Por que devemos nos envolver num movimento mundial?

Veerapon Sopa
Rede Popular contra a Globalização, Tailândia

Existe uma seleção incontornável nas ONGs egípcias. Você precisa saber inglês, saber usar computador e ter uma boa formação para conseguir uma posição.

Yousri Mustafa
Instituto para Estudos dos Direitos Humanos, Cairo

A linguagem que a ATTAC usa não é adequada às classes populares.

Dominique Pilhon
ATTAG France, Paris

As feministas do Ocidente costumam insistir nos pontos errados, e assim prestam a nós, mulheres egípcias, um grande desserviço.

Fórum de Pesquisa Econômica para os Países Árabes, Irã e Turquia, Cairo

Como pode o povo malbree, indígenas nômades do norte da Tailândia, se envolver? É muito difícil compreender seu sofrimento, e não temos um sistema capaz de dar conta de suas necessidades.

Surichai Wun' Gaeo
Campanha pela Democracia Popular, Bangkok

O trabalho da sociedade civil em matéria de educação é dominado por anglófonos. É

As estruturas civilizacionais de dominação também marcam grande parte da atividade da sociedade civil quanto à globalização econômica. Na sociedade civil, como na economia global como um todo, as estruturas ocidentais judaico-cristãs tendem a prevalecer sobre outras ordens sociais. Os Irmãos Muçulmanos, no Egito, e o Movimento de Educação Espiritual, na Tailândia, de inspiração budista, são apenas as exceções que confirmam a regra. Da mesma forma, as civilizações africanas e a cultura da religião ortodoxa têm pouca expressão e influência no engajamento da sociedade civil em questões da economia global em Uganda e na Rússia, respectivamente. Ao mesmo tempo, no Brasil e no Canadá, os povos indígenas só tiveram um envolvimento marginal nas atividades da sociedade civil atinentes à economia global. Ao contrário, em todo o mundo, as associações da sociedade civil que lidam com questões da globalização econômica tendem a abordar estas questões com uma ótica esmagadoramente ocidental, modernista e racionalista. E, nessa corrente principal, a maioria das pessoas não demonstra muita compreensão e nem muito interesse por outras visões de mundo. Ademais, os ativistas da sociedade civil com fluência em línguas ocidentais, especialmente inglês, têm muito mais oportunidades de exercer alguma influência sobre a globalização econômica do que os usuários de outras línguas. E no caso de tratar das instituições que regem a produção, o comércio e o consumo globais, os atores da sociedade civil com conhecimentos técnicos de economia tendem a obter mais peso que pessoas com outras especializações.

O ativismo da sociedade civil quanto à globalização econômica também tende a reproduzir as desigualdades entre os sexos existentes na política mundial como um todo. É bem verdade que grande número de mulheres vem participando das atividades da sociedade civil em torno da economia global, especialmente nas fileiras das ONGs e dos movimentos sociais. Em casos excepcionais, como no setor das ONGs no Canadá, prevalece uma ampla igualdade entre os sexos na liderança do trabalho da sociedade civil ligado à globalização econômica. Se formos considerar o todo, porém, são os homens que têm predominado nesta esfera. As mulheres exercem uma influência muitíssimo limitada, por exemplo, nos fóruns empresariais, nas organizações sindicais, nos órgãos religiosos e nos institutos de pesquisa que lidam com as

necessário haver uma contrapartida francófona.

Jean St-Denis
Central Sindical de Québec (CSQ), Montreal

Todo mundo fala inglês? E é preciso falar inglês para viajar pelo mundo?

Portern Tarat
Assembléia dos Pobres, Aldeia Mae Mun Man Yuan, Tailândia

Os homens tomam as decisões na sociedade civil, e deixam as mulheres num papel secundário, cozinhando e cuidando das crianças. As ativistas mulheres que freqüentam reuniões prolongadas acabam com má fama na vizinhança, vistas como mães relapsas ou suspeitas de um caso extra-conjugal. Na sociedade civil, as mulheres precisam ser fortes e agüentar muitas críticas dos maridos, das famílias e dos vizinhos.

Supensri Pungkoksung
Amigos das Mulheres, Bangkok

Como suger e seu nome explicitamente sexista, os Irmãos Muçulmanos do Egito não possuem nenhuma delegada mulher em sua assembléia de representantes, composta por 300 membros, e nem em seu escritório executivo, composto de 20 membros. Até as seções femininas da organização são supervisionadas por homens. Na verdade, tomando a sociedade civil do Egito como um todo, nenhuma associação tem liderança feminina, a menos que esteja especificamente voltada para questões da mulher.

Os homens falam muito da igualdade entre os sexos, mas não entregam sua posição às mulheres, é claro.

Benedicte Hermelin
Solagrail, Paris

Mais de dois quintos dos delegados ao Fórum Social Mundial eram mulheres, mas muitos encontros não tinham mulheres nas mesas.

Nancy Burrows
Federação das Mulheres de Québec (FFQ), Montreal

O domínio branco do movimento anti-globalização é um problema. Infelizmente, ainda não contamos com uma verdadeira solidariedade transracional. Os líderes do movimento precisam demonstrar a pessoas dominadas pela idéia de raça que elas são bem-vindas.

sindicais, nos órgãos religiosos e nos institutos de pesquisa que lidam com as questões da economia global. Em toda a sociedade civil, os homens têm figuração muito maior nos conselhos, nas instâncias executivas, nas delegações e nas equipes profissionais das organizações, ao passo que as mulheres tendem a ser maioria entre o pessoal de apoio administrativo. Não é preciso dizer que as mulheres em posição de desvantagem devido à classe, à raça, à idade, à origem rural e/ou do hemisfério Sul enfrentam marginalização ainda maior na sociedade civil do que a mulher da elite, branca, de meia-idade, urbana e do Norte. A subordinação de gênero significa que as mulheres têm, estruturalmente, acesso e influência no envolvimento da sociedade civil em questões de globalização econômica bem menores que os dos homens com o mesmo perfil social.

A subordinação racial no ativismo da sociedade civil em relação às questões da economia global costuma receber menos atenção do que a discriminação com base no sexo, mas nem por isso é menos substancial. A relativa ausência de negros nas campanhas de cidadãos sobre o comércio, as finanças e outras questões internacionais é especialmente chocante nos países com populações multirraciais como o Brasil, o Canadá e a França. Imigrantes de primeira geração e outros grupos originários de diásporas a partir do hemisfério Sul são especialmente invisíveis em movimentos que digam respeito à globalização econômica no hemisfério Norte. Pelo menos um autor viu-se levado a perguntar: 'Onde estava a Cor em Seattle? Por que a Grande Batalha [contra a OMC] foi tão branca?' Certamente, a participação nas atividades da sociedade civil sobre globalização econômica, quanto mais sua liderança, não reflete a composição racial das populações nacionais e mundial, e muitos ativistas oriundos de grupos raciais subordinados argumentam que a discriminação racial não opera menos na sociedade civil do que na sociedade como um todo.

Quanto às faixas etárias, é fácil notar que o envolvimento da sociedade civil nas questões da globalização econômica tem um número desproporcional de manifestantes e lideranças da geração que tem entre 40 e 60 anos. É verdade que organizações estudantis e outros grupos de jovens têm desempenhado um papel proeminente nas iniciativas da sociedade civil ligadas à economia global, como nos protestos no Norte contra o G7, o FMI, o Banco Mundial e a

Mouloud Aounit
Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos (MRAP), Paris

A Comissão sobre a Discriminação Racial da CUT não conseguiu obter fundos para formar um secretariado próprio, de maneira a poder prosseguir com nosso programa. No último congresso nacional da CUT, só tivemos a palavra por três minutos.

Isabel Christina Costa Baltazar
Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rio de Janeiro

O primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, cortejou muito os jovens, mas não havia nas mesas ninguém com menos de 40 anos.

Patty Barrera
Fronteiras Comuns, Toronto

Num caso excepcional de poder dos mais idosos em questões ligadas à globalização, a geração mais velha contava com a maioria dos representantes na Assembleia dos Pobres, na Tailândia.

O movimento das minorias sexuais dá apoio ao movimento pela democracia global, mas o movimento pela democracia global abre pouco espaço para as questões de gays e lésbicas.

Sylvia Borren
NOVIB (Oxfam Holanda), Haia

Sim à inclusão e à participação, mas se nos preocuparmos demais com essas questões jamais tomaremos qualquer decisão.

Robin Round
Halifax Initiative, Whitehorse

É importante que as ONGs e as organizações populares não insistam em apresentar sempre os mesmos porta-vozes, por mais carismáticos que esses indivíduos possam ser. As pessoas começam a se perguntar se aquele indivíduo de fato representa a

OMC. Mesmo nesses contextos, porém, a geração mais jovem costuma queixar-se do domínio de líderes de meia-idade. De fato, os profissionais veteranos da sociedade civil muitas vezes encaram os jovens como massa e/ou fonte de trabalho barato ou voluntário, em vez de vê-los como colegas e contribuidores potencialmente iguais. Boa parte da sociedade civil enfrenta sérias dificuldades para oferecer participação, influência e um sentido de pertencimento aos jovens. Enquanto isso, a subordinação dos mais idosos na sociedade civil é de tal monta que ninguém, nenhuma pessoa sequer ao longo das mais de duzentas entrevistas realizadas para este projeto, mencionou a geração mais velha como um grupo à parte, com interesses específicos na economia global, como por exemplo no que diz respeito às pensões ou aos serviços de saúde. De modo semelhante, foram pouquíssimas as associações da sociedade civil que tenham feito qualquer coisa para incorporar a visão das crianças a seu trabalho sobre a globalização econômica.

A lista de grupos marginalizados pode ser estendida para incluir os portadores de deficiências físicas, as minorias sexuais e outros. De fato, nenhum grupo da sociedade civil nos sete países cobertos por este projeto jamais falou dos interesses específicos dos portadores de deficiência (p. ex., gastos da previdência social) ou das minorias sexuais (p. ex., migração dos *gays*) na globalização econômica.

Resumindo todas essas discriminações, pode-se ver que a estruturação do envolvimento da sociedade civil na globalização econômica acompanha muito de perto as linhas de subordinação que marcam de maneira mais geral as relações sociais de hoje. Quando a sociedade civil defende dar voz “ao povo” ou “às pessoas” na governança da economia global, uma parcela dessas pessoas tem mais voz do que outras. Nos casos piores, os grupos da sociedade civil podem obstruir ativamente a participação de pessoas subordinadas cujo interesse alegam promover. Noutras vezes, a marginalização é mais sutil, a ponto talvez de sequer ser notada pelos próprios participantes da sociedade civil. Nessas ocasiões, mesmo a atividade mais bem intencionada da sociedade civil pode, sem querer, reforçar as distinções hierárquicas entre países, regiões, classes, civilizações, sexos, raças, idades e outras, prejudicando os que já têm oportunidades reduzidas de participação na economia global.

totalidade da associação. Se a questão é dar poder à base, a base precisa falar.

Prasong Lertratanawisute
Associação dos Jornalistas Tailandeses, Bangkok

Como podemos ser inclusivos na construção de um lugar público democrático global? Eis um problema verdadeiro.

Christophe Aguiton
ATTAG France, Paris

O movimento de defesa do consumidor não pode funcionar apenas para a classe média. Precisamos funcionar também em favor das pessoas que não têm recursos para filiar-se ao movimento.

Marilena Lazzarini
Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), São Paulo

Apesar do passado soviético, as questões ligadas à igualdade de oportunidades raramente são discutidas na maioria das associações da sociedade civil da Rússia.

Reconhecendo que tinha sido monopolizada por homens mais velhos, a Aliança Cooperativa de Uganda desagregou recentemente seus dados sobre a idade e o sexo de seus membros.

Na França, a Agir Ici teve o cuidado de monitorar o perfil de idade, classe e sexo de seus membros.

Nossa organização adotou um programa de tomada de consciência da questão da desigualdade entre os sexos, mas isto não é nada fácil. A iniciativa provocou alguns conflitos internos, e não creio que, num futuro próximo, nossa liderança vá deixar de apresentar uma maioria de homens.

Jorge Durão
Federação das Organizações de Assistência Social e Educativa (FASE), Rio de

O que se pode fazer, então, para enfrentar as diferenças hierárquicas nas atividades da sociedade civil quanto à economia global? É bem verdade que os problemas de desigualdade de acesso na sociedade civil não devem desviar nossa atenção da discriminação contra os grupos subordinados na economia global como um todo. No entanto, as associações da sociedade civil não tendem a ter muito sucesso na promoção da igualdade na arena mais ampla caso não promovam, ao mesmo tempo, a igualdade em suas próprias fileiras.

Uma primeira sugestão de caráter geral seria dizer às organizações da sociedade civil que devem conduzir avaliações autocríticas permanentes no que diz respeito ao acesso às suas atividades. É mais fácil chegar a uma igualdade maior de oportunidades quando as desigualdades são claramente reconhecidas e discutidas de maneira franca. Cada encontro e cada iniciativa no trabalho da sociedade civil sobre a economia global, por exemplo, poderia ser aberto com a seguinte pergunta: quem está faltando? Além disso, cada associação poderia atribuir a um membro do seu conselho, a um quadro de primeiro escalão e/ou a um comitê interno a responsabilidade de monitorar e comentar o desempenho da associação em relação à questão do acesso. A organização também poderia incluir um perfil social dos seus executivos, do seu pessoal e dos seus membros nos relatórios que apresentam aos constituintes, com estatísticas relativas a idade, sexo, etc. Embora este auto-escrutínio possa parecer desconfortável, desse modo os grupos da sociedade civil podem refinar de maneira sistemática sua sensibilidade em relação a qualquer discriminação que possa haver em seu próprio meio. É claro que a reflexão honesta sobre si mesma e a determinação honesta de facilitar o acesso não bastam para assegurar o nivelamento do campo de jogo no trabalho da sociedade civil ligado à globalização econômica. Ainda assim, as diferenças de oportunidade de participação não se tornarão menores enquanto a questão da ampliação do acesso não for incluída de maneira permanente e proeminente na agenda de cada grupo.

Outra maneira de assegurar aos círculos periféricos maior acesso à atividade da sociedade civil ligada à economia global é criar associações (ou seções no interior de organizações mais amplas) especialmente voltadas para esses

Entre as iniciativas especificamente dedicadas a abrir espaço para as classes inferiores nas atividades da sociedade civil ligadas à economia global estão o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) no Brasil, o Comitê Reunido sobre Questões da Pobreza (CCPI) e a Reunião de Famílias de Baixa Renda (LIFT), no Canadá, e a Assembléia dos Pobres e do Apoderamento na Tailândia.

Entre as associações que dedicaram particular atenção à globalização econômica e seu impacto sobre as mulheres estão a Mulheres pela Justiça Econômica Global no Canadá, a Aliança para as Mulheres Árabes no Egito, o grupo Mulheres e Globalização na ATTAC-France, o Centro Moscovita para o Estudo de Diferenças entre os Sexos na Rússia, o grupo Mulheres e Globalização sob os auspícios da ONG Comitês de Coordenação do Desenvolvimento, na Tailândia, e a Rede das Mulheres de Uganda.

Entre as iniciativas da sociedade civil organizadas com a finalidade de criar plataformas para as minorias raciais na economia global estão o Afro Reggae e o Instituto Géledes da Mulher Negra, no Brasil, a Primeira Assembléia das Ações e o Grupo de Apoio das Enfermeiras Filipinas no Canadá, e o Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos (MRAP), na França.

Entre as associações da sociedade civil que reservam espaços para os jovens na política da globalização econômica estão a Check Your Head, no Canadá, e o Centro de Jovens Dirigentes (CJD), na França.

No Canadá, o Conselho de Gerenciamento Florestal possui uma câmara especialmente reservada para os povos indígenas entre suas quatro partes constituintes, promovendo assim um maior envolvimento das Nações Originais.

grupos. Assim, o hemisfério Sul poderia conquistar mais atenção por meio de associações da sociedade civil baseadas no Sul. Subclasses poderiam adquirir maior participação em movimentos sociais que dessem ênfase às suas necessidades. Organizações com atividade centrada na fé e outros organismos com foco em questões culturais podem ser um espaço em que compreensões marginalizadas da economia global tenham mais audiência. De modo similar, movimentos de mulheres, organizações negras, grupos de jovens e órgãos da sociedade civil com base provincial podem constituir espaços em que os grupos subordinados podem afirmar suas opiniões. Noutras palavras, a igualdade social na sociedade civil pode ser enfatizada na medida em que a esfera inclua associações especificamente dedicadas à representação de grupos marginalizados. Isto não equivale a sugerir que a sociedade civil deva ser totalmente composta por setores segregados que só defendam os interesses particulares de um ou outro grupo subordinado. Ao contrário, uma fragmentação da sociedade civil em tal escala iria prejudicar as campanhas em favor de uma globalização mais democrática, conforme ilustra o fracasso freqüente em superar as diferenças raciais. E as associações que buscam a igualdade tampouco estão imunes a déficits democráticos próprios. No entanto, as organizações que concentram sua atenção nas pessoas marginalizadas são um traço positivo, na medida em que tendem a ter maior sensibilidade sobre a discriminação na sociedade civil, e a gerar uma quantidade maior de iniciativas destinadas a se contrapor a ela.

Quanto às organizações que não defendem especificamente a causa de grupos subordinados na economia global, podem tomar medidas proativas destinadas a incluir pessoas de posições socialmente desprivilegiadas em sua liderança e em suas equipes. Alguns assentos (ou uma proporção designada de assentos) no conselho da associação, por exemplo, podem ser reservados a mulheres, a subclasses, a minorias, a jovens e/ou a regiões periféricas. Além disso, os órgãos da sociedade civil podem fazer um esforço especial no sentido de recrutar, treinar e empregar profissionais oriundos de grupos socialmente desfavorecidos. Normalmente, seria preferível que o critério de oportunidades iguais nas designações e contratações fosse uma política formalmente declarada e monitorada de maneira sistemática.

Quando as eleições para o executivo global da Via Campesina produziu um comitê exclusivamente masculino, os estatutos foram modificados para dobrar as cadeiras e acomodar uma líder feminina de cada região do mundo.

A Central Única dos Trabalhadores, no Brasil, adotou desde 1994 regra segundo a qual pelo menos 30 por cento de sua Diretoria Executiva devem ser compostos de mulheres, nível que foi ultrapassado em 2000.

A Associação Nacional dos Agricultores de Uganda cobra mensalidades mínimas de seus membros, com a finalidade de maximizar as oportunidades de participação.

Vários grupos da sociedade civil no Canadá – entre eles o Comitê Nacional de Ação sobre a Posição das Mulheres, o Direitos & Democracia, o Comitê para a Justiça Social e o Fundo Humanitário dos Metalúrgicos – convidam regularmente seus parceiros do hemisfério Sul a visitar o Canadá a fim de comparecer a eventos e conversar com políticos e cidadãos comuns. Por exemplo, 250 pessoas de 33 países foram recebidas por ocasião da Cúpula de Québec em 2001.

O Grupo de Controle da Tecnologia da Erosão (ETC), com base em Winnipeg, Canadá, reúne cidadãos de nove países em sua diretoria de dez membros. A Direitos & Democracia também inclui em sua diretoria várias pessoas originárias do hemisfério Sul.

Na Rússia, a Confederação Inter-Republicana de Associações do Consumidor (KonfOP) utiliza um programa de educação juvenil para recrutar e treinar seus ativistas locais. Em 2002, a organização também transferiu o controle de sua direção executiva a ativistas mais jovens.

Associações da sociedade civil também podem tomar medidas especificamente destinadas a incluir pessoas de círculos socialmente desfavorecidos em suas atividades ligadas à economia global. Podem abrir mão de taxas ou subscrições ou reduzir seu valor, por exemplo, a fim de estimular a participação de setores desfavorecidos da sociedade. Além disso, os órgãos da sociedade civil podem dar fazer um esforço especial no sentido de convidar (e quando for preciso financiar) pessoas dos grupos marginalizados para juntar-se a delegações de conferências, festivais, consultorias políticas oficiais, manifestações públicas, seminários e outros eventos. Outras medidas podem ser tomadas para estimular a participação ativa (em oposição à participação apenas simbólica) desses convidados, através, por exemplo, da promoção de informativos específicos, da reserva de espaço nos programas para que falem, do oferecimento de tradução, criando uma atmosfera receptiva. Além disso, as organizações da sociedade civil podem patrocinar eventos – como fóruns de juventude e pesquisas sobre mulheres pobres – capazes de propor plataformas específicas para que os grupos subordinados possam expressar suas perspectivas sobre a economia global. As associações maiores podem encarregar quadros específicos de um trabalho de procura e contato visando envolver grupos que tendem a ser excluídos das atividades da sociedade civil. Destas e de outras maneiras, as organizações da sociedade civil podem deslocar uma parte do seu esforço de pronunciamento em nome dos grupos subordinados de maneira a ampliar as oportunidades para que esses círculos falem por si mesmos.

A proximidade física é outro caminho através do qual as associações da sociedade civil podem facilitar a participação dos círculos socialmente desfavorecidos em suas atividades. É de bom alvitre escolher o local para a sede e organizar eventos junto às classes subordinadas, aos países marginalizados ou às minorias desfavorecidas. Assim, as organizações da sociedade civil que defendem a causa do hemisfério Sul na economia global devem implantar pelo menos sucursais no Sul, quando não seus escritórios centrais. Organizar os encontros globais do Fórum Social Mundial no Brasil e na Índia tem uma importância tanto simbólica como substantiva. Da mesma forma, as organizações da sociedade civil que concentram sua ação nas subclasses da economia global devem ter uma presença adequadamente

Nós nos descentralizamos para ficar mais próximos dos agricultores. Nossa equipe de Kampala foi reduzida de 60 para 15 pessoas, e mesmo este grupo passa três quartos de seu tempo nas aldeias. Antes, a UCA era um patrão distante; agora existem laços diretos.

Leonard Msemakweli
Aliança Cooperativa Ugandense (UCA), Kampala

A Aliança Social Hemisférica, uma rede transamericana de sociedade civil formada em 1998 a fim de propor formas alternativas de integração regional, preferiu até aqui sediar seu secretariado no México e no Brasil, e não nos EUA ou no Canadá.

No Egito, o Centro para os Serviços Sindicais e Trabalhistas mantém seu escritório central nas favelas onde vivem os trabalhadores da cidade industrial de Helwan, e não no centro do Cairo.

A sociedade civil global reflete as realidades do poder no mundo, mas talvez também tenha o papel de atenuá-las.

Mustapha Al-Sayyid
Centro para Estudos dos Países em Desenvolvimento, Cairo

Se não nos envolvermos, corremos o risco de que outros acabem definindo por nós o que é 'democracia global'.

Victor Kuvaldin
Fundação Gorbachev, Moscou

permanente tanto nas áreas mais pobres como em centros como Genebra, Londres e Washington. Não há dúvida de que um congresso internacional é mais confortável que uma favela, mas é de perto que se ouve melhor o sofrimento dos oprimidos.

A implementação das sugestões acima não bastará para eliminar a desigualdade social na sociedade civil, quanto mais na economia global como um todo. Contudo, a insistência em medidas como essas no seio da sociedade civil faria certamente uma diferença notável. De maneira geral, os grupos da sociedade civil precisam lidar com as questões de acesso com mais cuidado do que demonstraram até hoje. Assim como os atores do governo e do mercado, as associações da sociedade civil têm o dever democrático de garantir um espaço aberto a todas as parcelas da população. É claro, não se espera que cada organização da sociedade civil vá oferecer, individualmente, uma plataforma igual para todos os grupos sociais, mas é isto que se espera da sociedade civil como um todo. O ativismo da sociedade civil ligado à globalização econômica perde parte de sua legitimidade democrática na medida em que seus constituintes não tiverem oportunidades iguais de envolvimento. As medidas que uma organização da sociedade civil toma ou deixa de tomar para maximizar a participação dos grupos marginalizados e vulneráveis em suas próprias atividades constituem um importante indicador do seu compromisso com a democracia.

Transparência

Assim como as questões de acesso e participação, outro ponto em que as práticas da sociedade civil precisam conformar-se a normas democráticas mais amplas é o da transparência. Como vimos na Parte 3, um dos principais efeitos democratizantes que a atividade da sociedade civil pode ter sobre a economia global é tornar a governança desta esfera mais visível e aberta ao escrutínio público. Face à realidade das coisas, seria contraditório se as próprias associações da sociedade civil operassem na obscuridade.

Numa democracia, os cidadãos têm o direito de esperar que as associações da

Precisaremos superar desconexões profundas no interior do movimento se a sociedade civil quiser levar a sério a 'globalização vinda de baixo'.

Tony Clarke
Instituto Polaris, Ottawa

Nem me pergunte sobre a transparência na sociedade civil brasileira, que é muito escassa. Precisamos de números e relatórios como antídoto para o populismo.

Aspásia Camargo
Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, Brasília

Há muita gente preocupada com a governança no interior do Conselho dos Canadenses: por exemplo, como nossas campanhas são escolhidas; como avaliamos as impressões que colhemos, etc.

Steve Staples
Conselhos dos Canadenses, Ottawa

Entre os exemplos de grupos da sociedade civil que indicam com grande clareza quais são suas fontes de sustento (por exemplo, em seus papéis timbrados e em seus *websites*) estão a Rede de Instituições Financeiras Multilaterais, do Brasil, a Maquila Solidarity Network, no Canadá, e o Greenpeace da Rússia.

sociedade civil revelem publicamente assuntos como:

- missão e propósito
- políticas aplicadas em busca do objetivo
- métodos de trabalho
- beneficiários visados
- tamanho e perfil do quadro de membros (onde for relevante)
- estrutura organizacional e procedimentos de tomada de decisão
- nomes, posições e informação para contato com dirigentes e pessoal
- localização dos escritórios e horários de abertura
- fontes de financiamento e usos dos recursos
- avaliação interna e externa de projetos e programas
- vínculos com outras associações e redes da sociedade civil

Além disso, numa democracia, as informações sobre as atividades da sociedade civil devem ser de fácil acesso para qualquer constituinte. Devem estar disponíveis através de meios (publicações, transmissão de TV, sítios na Internet, encontros públicos, etc.) que, no geral, estejam prontamente à disposição de todas as partes interessadas. Além disso, o grupo da sociedade civil deve apresentar esta informação numa linguagem e num estilo adaptados às suas diferentes audiências. Transparência perante os funcionários do governo pode muito bem não significar transparência aos olhos de analfabetos e favelados. A associação também precisa divulgar as informações no prazo oportuno, antes que fiquem obsoletas e se tornem politicamente inúteis. Desse modo, tanto para as organizações da sociedade civil quanto para os órgãos do governo, a transparência reside tanto no modo e na velocidade de apresentação das informações como no conteúdo do que está sendo revelado.

Infelizmente, a prática de muitas associações da sociedade civil empenhadas em questões da economia global não chega nem perto da plena transparência. Da lista de informações acima, elas pouco publicam sobre si mesmas. Pode ser que não tenham querido fazê-lo ou que não tenham sido capazes, quando especificamente solicitadas. Seus folhetos informativos e seus sítios na Internet, quando elas os têm, costumam ser muito incompletos e ultrapassados. Fornecem poucas informações para contato, quando fornecem

Eu queria concorrer à presidência do sindicato, mas os procedimentos não eram claros: como inscrever a candidatura, como conduzir a campanha, quais regras de financiamento se aplicam, etc.

Yuri Milovidov
Federação dos Sindicatos Independentes da Rússia (FNPR), Moscou

A Social Watch precisa apresentar seus relatórios [sobre as metas de desenvolvimento fixadas pela ONU] de maneiras que sejam acessíveis e relevantes para as realidades dos movimentos sociais.

Amelia Cohn
Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), São Paulo

Os grupos da sociedade civil não recebem uma quantidade suficiente das informações que nós próprios produzimos em nossos websites, e boa parte dela não é legível pelo público em geral.

Pat Mooney
Grupo de Controle Tecnológico da Erosão (ETC), Winnipeg

ultrapassados. Fornecem poucas informações para contato, quando fornecem, e podem não se mostrar muito receptivos à aproximação dos visitantes que ainda assim tentem procurá-los. Em suma, as organizações da sociedade civil podem tornar-se tão fechadas e reservadas quanto os aparatos de governança que muitos ativistas bem gostariam de abrir. É triste dizer que hoje em dia as instituições de Bretton Woods têm critérios de transparência cujo desempenho é relativamente respeitável, particularmente quando comparados aos de um grande número dos seus críticos da sociedade civil.

Freqüentemente, essas práticas empobrecidas resultam da falta de cuidado, uma vez que os atores da sociedade civil não dão prioridade suficiente à sua própria transparência. De fato, certas associações sequer incluíram esta questão em suas agendas. Poucos dos entrevistados para este projeto levantaram questões relativas à sua escassa transparência, e a maioria tinha relativamente pouco a dizer sobre o assunto.

Lamentavelmente, houve casos em que organizações da sociedade civil tentaram enganar o público sobre sua natureza e seu propósito. Certos grupos da sociedade civil, por exemplo, inflam o número de seus membros que publicam, suas filiações e outros níveis de apoio. Da mesma forma, várias associações fazem afirmações sabidamente exageradas sobre o impacto de sua atuação. Um grande número de órgãos da sociedade civil também se empenhou ativamente em ocultar informações sobre suas finanças.

Em vários aspectos, a opacidade nas atividades da sociedade civil ligadas à economia global é perigosa para a democracia. Em primeiro lugar, uma associação da sociedade civil que não seja transparente pode possuir uma agenda oculta. Pode escamotear o fato de ser controlada por certas empresas, autoridades governamentais ou partidos políticos. Com efeito, o próprio grupo da “sociedade civil” pode ser uma empresa comercial ou um partido político disfarçado. Assim, as associações genuínas da sociedade civil precisam praticar a transparência como forma de neutralizar qualquer suspeição pública acerca de seu trabalho. Além disso, a plena transparência das associações da sociedade civil bem intencionadas pode ter o efeito indireto de expor os impostores não-transparentes.

A transparência se transformou numa das mais altas prioridades no nosso trabalho. Ainda não declaramos publicamente quais são nossas fontes de receita, mas teremos de fazê-lo no futuro.

Rungtip Imrungruang
Comissão Católica de Justiça e Paz, Bangkok

A maioria das confederações sindicais do Brasil exagera substancialmente seu número de afiliados. Contam o número total de empregados nas empresas onde são representantes reconhecidas dos trabalhadores, em vez de computar o número real de associados pagantes.

As agendas ocultas são um abuso de poder, e produzem efeitos nefastos para a sociedade civil como um todo.

Alaa Ezz
Associação de Empresas para a Conservação Ambiental, Cairo

Outro risco para a democracia é que a insuficiência de transparência pública dos grupos da sociedade civil pode impedir que os cidadãos comuns fiquem sabendo das atividades em questão – escolhendo assim a dar-lhes apoio ou opor-se a elas. Os déficits de transparência, assim, reforçam a limitação da participação do público na sociedade civil. Considerando que o segredo opera freqüentemente como instrumento de privilégio, a falta de transparência pode reforçar as desigualdades estruturais no acesso à sociedade civil que descrevemos acima.

Além disso, antecipando o próximo quesito da discussão, a negligência em relação à transparência pode minar a prestação democrática de contas pela associação da sociedade civil. A falta de transparência pode dificultar, para os constituintes, a cobrança de uma prestação de contas da organização por seus feitos ou por sua inação.

Finalmente, os grupos da sociedade civil precisam respeitar a transparência a fim de aumentar a sua legitimidade democrática aos olhos das autoridades governantes. Em muitas ocasiões, representantes oficiais têm-se recusado – o que muitas vezes é totalmente compreensível – a assumir qualquer compromisso com associações da sociedade civil cujo caráter e cujos objetivos não são claros. É bem verdade que alguns reguladores da economia global usaram o questionamento da transparência como um meio de evitar o confronto com seus críticos da sociedade civil. Assim, caminhar na direção da transparência plena poderia fazer com que as organizações da sociedade civil anulassem essa tática de evasão das autoridades.

Claro está que o compromisso obrigatório com a transparência por parte dos grupos da sociedade civil não deixa de ter suas especificidades e qualificações. Afinal, há certas circunstâncias em que a transparência completa pode pôr em risco uma organização da sociedade civil democraticamente motivada. Muitos grupos de cidadãos trabalham em ambientes altamente não-democráticos, nos quais o excesso de divulgação pode provocar sua perda. Muitos grupos pró-democracia, por exemplo, entraram para a clandestinidade durante o domínio do *apartheid* no África do Sul. A abertura perante um regime opressivo pode, na verdade, prejudicar a

As formas de organização em rede são mais flexíveis mas também tendem a ser mais opacas. É muito fácil seus líderes se transformarem num bando de gângsteres, e isto afasta rapidamente seus seguidores.

Christophe Aguiton
ATTAG France, Paris

Em três dos sete países cobertos por este projeto, certas associações da sociedade civil que lidam com questões econômicas globais temiam que um excesso de exposição pública pudesse levar à supressão antidemocrática de suas atividades.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto atua substancialmente em segredo, já que de outro modo as autoridades governamentais poderiam neutralizar sua estratégia de ocupações ilegais de moradias para os pobres dos centros urbanos.

Não revelamos publicamente o nome dos membros de nossa direção. Assim, podemos convidar pessoas de destaque que, por razões políticas ou profissionais, de outro modo não poderiam trabalhar conosco.

Ivan Blokow
Greenpeace Russia, Moscou

Sul. A abertura perante um regime opressivo pode na verdade prejudicar a democracia, em vez de promovê-la.

Em muitas ocasiões, o contexto das decisões relativas à transparência situa-se entre os extremos da democracia completa, de um lado, e a repressão completa, do outro. Um sem-número de associações da sociedade civil opera em cenários pouco democráticos, em que se tornam necessárias avaliações delicadas sobre a maneira, a profundidade e o momento oportuno da abertura ao público. Os ativistas da sociedade civil precisaram enfrentar dilemas desse tipo em quase toda parte, num ou noutro momento. Por isso, como ocorre com a questão da autonomia, julgar a questão da transparência nas atividades da sociedade civil nem sempre é evidente.

Entretanto, a posição básica deve ser a da transparência. Em outras palavras, as associações da sociedade civil precisam argumentar em defesa de seus atos quando precisarem ocultar alguma coisa, em vez de cultivarem a transparência. A posição democrática deve ser a seguinte: na dúvida, ser transparente. É freqüente demais os grupos da sociedade civil (como as agências de governança e os atores do mercado) serem tentados a agir da maneira oposta.

De todo modo, qualquer proposta de limitação da transparência só deve ser aceita caso sirva para proteger os direitos democráticos, e não para fugir às responsabilidades democráticas. Além disso, sempre que uma associação da sociedade civil decidir que o segredo se justifica do ponto de vista democrático, ela precisa comprometer-se com uma plena divulgação retrospectiva – além de uma prestação pública de contas – assim que as condições melhorarem.

Prestação Pública de Contas

Uma última questão que afeta as credenciais democráticas da sociedade civil

A questão da transparência é difícil. Se formos totalmente abertos em relação ao nosso modo de operar, inclusive quanto aos nossos conflitos internos, os meios de comunicação social vão fazer a festa com a informação.

Benedicte Hermelin
Solagral, Paris

O trabalho do Greenpeace com questões globais é bastante elitista. As 20 ou 30 pessoas que lideram o ativismo em matéria de questões globais são praticamente desconectadas de qualquer grupo de base.

Bruno Rebelle
Greenpeace France, Paris

Na Confederação Internacional de Sindicatos Livres (ICFTU), o poder é tremendamente centralizado. A ICFTU tem apenas um secretário-geral, uma única reunião anual do comitê executivo e as associações filiadas só se reúnem em assembléia geral uma vez a cada quatro anos.

Kjeld Jakobsen
Central Única dos Trabalhadores (CUT), São Paulo

A democracia na sociedade civil vai muito além dos estatutos. A prática democrática é muito mais — e muito mais difícil.

nas questões da economia global é a prestação de contas ao público. Como outra organização democrática qualquer, todo grupo da sociedade civil tem a obrigação de responder por suas ações e omissões perante as pessoas cujos interesses defende. As associações precisam monitorar, avaliar, relatar e aprender com a maneira como cumprem (ou deixam de cumprir) suas responsabilidades para com aqueles que pretendem servir.

Bruno Rebelle
Greenpeace France, Paris

Lamentavelmente, este tem sido com grande frequência um ponto fraco das atividades da sociedade civil ligadas à globalização econômica. As associações envolvidas nesta área raramente praticam a prestação de contas, por exemplo, como um processo destinado a aperfeiçoar suas credenciais democráticas e a aumentar de sua eficiência operacional. De fato, foram poucos os ativistas entrevistados para o presente projeto que levantaram questões relacionadas com a obrigação de prestar contas publicamente ou que, quando o fizeram, tivessem muito a dizer especificamente sobre sua obrigação de responder a seus representados. Esta superficialidade não surpreende, já que são relativamente poucos os escritos e conferências que exploram em profundidade as questões da prestação de contas na sociedade civil.

A maioria dos grupos da sociedade civil possui mecanismos de prestação de contas muito limitados e decididamente desprovidos de imaginação. Nos melhores dos casos, as organizações tendem a ter uma supervisão não mais do que ligeira por parte de um conselho (muitas vezes composto quase todo de amigos, que em alguns casos são pagos), eleições periódicas da diretoria (com baixos índices de participação e procedimentos às vezes dúbios), reuniões gerais ocasionais (com baixa frequência), relatórios minimalistas de suas atividades (que muito poucos lêem), e relatórios financeiros sumários (que muitas vezes escondem tanto quanto revelam). Essa prestação de contas *pro forma* não costuma envolver a participação ativa dos constituintes da associação; esses exercícios também promovem o aprendizado genuíno da organização. Assim — também na sociedade civil, tanto quanto na governança e na esfera do mercado — a prestação formal de contas fica muito aquém do que deveria ser: uma efetiva prestação de contas ao público.

Não respondemos a nenhuma instituição, nem mesmo ao governo. Não existe controle sobre a nossa atuação. Nunca produzimos relatórios de nossas atividades e nem apresentamos balancetes financeiros. Isto é um intervencionismo burocrático que pertence aos tempos soviéticos.

Leonid Todorov
Instituto para a Economia em Transição, Moscou

Na Tailândia, o problema são as relações de poder dentro das organizações da sociedade civil e entre os líderes da sociedade civil e as massas.

Chaithawat Khoo
Instituto para o Desenvolvimento Político, Bangkok

As ONGs anti-globalização não são eleitas por ninguém e quase não têm apoio local. Precisam trazer gente de avião de todo o mundo para fazer número. Ainda

Pior ainda, boa parte dos atores da sociedade civil envolvidos nas questões da globalização econômica sequer atinge os padrões mínimos de prestação de contas. Falta a esses grupos uma clientela clara, e eles operam sem mandato público. Suas lideranças se auto-elegeram e permanecem indefinidamente nos cargos. Raramente consultam seus representados, isto quando o fazem. Não publicam relatórios públicos de suas atividades. Falta-lhes um controle financeiro rigoroso. Não oferecem às partes excluídas canais para queixa ou reparação. Esses atores da sociedade civil estão totalmente desligados de qualquer base popular. Daí os comentários cínicos sobre as MONGOs (*My Own NGO*, ou "Minha Própria ONG"), os INGs ("Indivíduos Não-Governamentais"), as ONGs que cabem numa pasta, as elites religiosas e sindicais a serviço de si mesmas, etc.

O descuido acentuado quanto às questões da prestação de contas pode comprometer o potencial democratizante da sociedade civil sobre a economia global. Principalmente porque as organizações da sociedade civil que não podem sofrer cobranças geralmente deixam de corrigir as deficiências de seu desempenho e, assim, conseguem muito menos do que poderiam. Além disso, as associações da sociedade civil que não prestam contas podem perder sua credibilidade moral e, na verdade, comprometer a reputação de todo o setor. Os atores da sociedade civil que não prestam contas também podem refletir e reforçar os padrões baixos de democracia na sociedade em geral.

Ademais, o descuido com a prestação de contas pode ter um alto custo para o trabalho da sociedade civil. Como demonstram fatos recentes relacionados ao ativismo da sociedade civil em torno da economia global, as autoridades se apressam a aproveitar falhas na prestação de contas para rejeitar a legitimidade das associações da sociedade civil. Muitos políticos, governantes, líderes empresariais, jornalistas e acadêmicos perguntam por que atores da sociedade civil sem qualquer obrigação de prestar contas ao público deveriam ter o direito de exercer alguma influência sobre os rumos da globalização econômica. À luz desses desdobramentos, as organizações da sociedade civil precisam prestar mais contas ao público caso desejem conservar e ampliar seu envolvimento e seu impacto sobre a governança da economia global.

assim, são reconhecidas pelos meios de comunicação. Isto é um absurdo.

Fred McMahon
Instituto Fraser, Vancouver

No Brasil e na Rússia, apenas uma parte ínfima da receita dos sindicatos provém da contribuição de seus membros. Esta situação financeira reduz o imperativo de irem para as oficinas e ouvirem as reivindicações dos trabalhadores .

Quando os trabalhadores se transformam em dirigentes sindicais, muitas vezes traem sua classe. Isto é verdade no mundo todo.

Somsak Kosaisook
Sindicato dos Ferroviários da Tailândia, Bangkok

Na sociedade civil, cada um traz os amigos que têm opiniões semelhantes às suas, mas é necessário também controlar o comportamento dos seus amigos, claro. Não por falta de confiança, mas para garantir que tudo corra bem.

Veerapon Sopa
Rede Popular Contra a Globalização, Tailândia

As ONGs não são representativas dos habitantes das aldeias. Não temos as respostas de que eles necessitam. Precisamos ouvir, mais do que falar. Os habitantes das aldeias é que estão envolvidos. É a eles que você precisa perguntar.

Prasittiporn Kanonsri
Amigos do Povo, Bangkok

E como se pode chegar a este resultado? Antes de construir qualquer mecanismo específico de prestação de contas ao público, a associação da sociedade civil precisa identificar claramente quem são os interessados em suas atividades. A prestação de contas é sempre feita *a alguém*. Entre aqueles que uma associação da sociedade civil defende podem estar seus beneficiários, seus fundadores, sua equipe, seus voluntários, seus membros, suas filiais e seus núcleos, seus parceiros nas redes e coalizões da sociedade civil, seus reguladores e outras agências de governança, organismos do setor privado e o público em geral. Às vezes os constituintes não se encontram apenas no presente, mas também no passado (p. ex., as vítimas da escravidão) e no futuro (p. ex., as vítimas futuras da degradação ecológica atual). Em princípio, um grupo da sociedade civil deve responder a todos de seus vários constituintes, embora não necessariamente da mesma maneira e nem na mesma medida.

Depois que o organismo da sociedade civil mapeou aqueles a quem representa, pode pensar na melhor maneira de prestar-lhes contas. Inúmeros mecanismos estão disponíveis. Alguns deles são internos, na medida em que são empreendidos pela associação da sociedade civil por sua própria iniciativa. Outros são externos, na medida em que são participantes de fora que tomam a iniciativa de sua formulação, execução e revisão.

A prestação de contas interna abrange medidas já mencionadas, como a eleição de diretores e assembleias representativas, a supervisão por conselhos e reuniões gerais, e a publicação de relatórios de atividades e finanças. O desafio é transformar esses mecanismos de meros exercícios no papel em verdadeiros sistemas de prestação de contas. Para serem eficazes, as eleições e as reuniões gerais precisam envolver uma ampla participação na discussão aprofundada das diretrizes passadas do grupo da sociedade civil e de seus possíveis rumos futuros. A prestação de contas também pode ser aperfeiçoada quando as organizações da sociedade civil limitam o tempo durante o qual seus principais líderes podem ocupar cargos de direção. Enquanto os relatórios — para ser tornarem instrumentos úteis de prestação de contas — precisam apresentar exames autocríticos detalhados das atividades da associação. Um organismo da sociedade civil que preste as contas devidas também precisa

Precisamos de uma democratização do ativismo legal na sociedade civil. Precisamos ter certeza de que nosso trabalho como especialistas se apóia nas perspectivas dos grupos marginalizados que representamos. Qualquer litigação só deve ser conduzida com consultas às pessoas afetadas no caso.

Gwen Brodsky
Projeto Pobreza e Direitos Humanos, Vancouver

Nossa organização é muito ciosamente democrática. Realizamos eleições todo ano. Todas as nossas diretrizes são discutidas nas convenções. Qualquer membro pode dar início a uma medida política. Precisamos ter certeza de que o poder está nas mãos da base.

Darrin Qualman
União Nacional dos Agricultores, Saskatoon

Este emprego é ótimo, mas precisamos deixar que os outros o exerçam, para permitir que a organização se renove com energias mais jovens.

Lyndsay Poaps
Check Your Head, Vancouver

O Fórum Econômico Internacional do Egito fugiu da regra nas associações profissionais egípcias ao fixar tempos máximos de mandato para seus diretores. Da mesma forma, a Federação das Indústrias da Tailândia só permite que seu presidente cumpra dois mandatos de dois anos cada um.

cuidar para que seus relatórios de fato cheguem aos maiores interessados em suas atividades — e possam ser facilmente compreendidos por eles.

Outra medida interna de prestação de contas que pode ser muito proveitosa é a consulta aos constituintes. Este empenho em atender aos constituintes evita a situação antidemocrática em que cabe a uma vanguarda da sociedade civil o papel de ditar unilateralmente a seus seguidores desprovidos de poder as medidas que eles precisam tomar. A consulta aos representados aporta as contribuições dos constituintes para todas as fases das atividades de uma organização da sociedade civil, da determinação de seus objetivos e estratégias à avaliação de seus resultados. O diálogo com os representados pode ocorrer sob a forma de discussões periódicas *ad hoc*, ou constituir trocas regulares formalizadas como um memorando de princípios. Quanto ao formato, as consultas aos interessados podem ser realizadas como questionários de pesquisa, discussões em grupo, entrevistas individuais ou uma pesquisa detalhada de atividades, projetos e programas. É claro que a eficácia das consultas dependerá, além da fluência da comunicação, da alocação adequada de recursos. Por exemplo, os interessados precisam receber informações adequadas e oportunas, e ter amplas oportunidades de fazer suas perguntas. Além disso, os instrumentos de consulta devem ser acessíveis e confortáveis para todas as partes envolvidas. Os ativistas da sociedade civil precisam escutar com atenção, e responder de forma conscienciosa. Se forem conduzidas com o devido cuidado de acordo com as linhas acima, as consultas aos constituintes podem prestar um grande serviço no sentido de conectar os atores da sociedade civil com as suas bases e assegurar que a associação estará falando *com*, e não apenas *por*, seus constituintes.

As redes de ensino das associações da sociedade civil são outra maneira de promover a prestação de contas. Nesses casos, os grupos da sociedade civil se envolvem em processos *ad hoc* ou formalizados de troca de experiências e práticas, com a intenção de acolher as críticas construtivas de seus pares e melhorar seu desempenho. Nem é preciso dizer que os participantes devem entregar-se a esses exercícios num espírito de apoio mútuo, e não como uma ocasião de obter vantagens na concorrência uns com os outros.

Os grupos da sociedade civil que se tornam ativos em fóruns globais tendem a ficar cada vez mais distantes dos cidadãos. É crucial criarmos espaços para a ligação com os cidadãos.

Peter Padbury

ex-membro do Conselho Canadense para a Cooperação Internacional, Ottawa

A liderança da ATTAG-France mantém um contato constante com seus vários grupos locais: através de correspondência com os membros comuns e do comparecimento às suas reuniões.

Nas discussões mundiais em torno do comércio de madeira, todos os grupos canadenses afetados se reuniram em workshops para produzir uma solução criada pela base e produzida na Colúmbia Britânica que pudesse incorporar as opiniões locais a um acordo internacional.

Jessica Clogg

Lei Ambiental da Costa Oeste, Vancouver

O grupo de defesa do desenvolvimento Agir Ici, na França, fornece sistematicamente elementos para quem apóia sua ação reivindicatória. A associação apela

Outros mecanismos para aperfeiçoar a prestação de contas das atividades da sociedade civil envolvem avaliadores externos. Muitas vezes o ator externo é um organismo oficial. Por exemplo, muitos Estados exigem que os organismos da sociedade civil tenham seus estatutos registrados junto às autoridades nacionais e/ou locais, e que apresentem relatórios periódicos. Além disso, certos organismos supra-estatais, como o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), possuem esquemas oficiais de credenciamento para grupos da sociedade civil que desejem ganhar acesso a seus trabalhos. Se a regulação oficial for conduzida de maneira íntegra e aberta, pode ajudar a promover a boa prática na sociedade civil. Entretanto, esses arranjos apresentam uma inevitável tensão de fundo, dado que os reguladores oficiais são provenientes dos mesmos círculos de governança cuja atuação os grupos da sociedade civil pretendem fiscalizar. Além disso, como vimos anteriormente na Parte 2, a maior parte da governança da economia global apresenta credenciais democráticas dúbias, o que nos faz perguntar por que devem ser organismos oficiais praticamente desobrigados de prestar contas ao público os encarregados de determinar a maneira como as organizações da sociedade civil precisam prestar as suas.

Uma abordagem alternativa seria o uso de um regime extra-oficial para a prestação de contas da sociedade civil, da mesma forma como muitas empresas se filiam a esquemas voluntários de responsabilidade corporativa. Por exemplo, as associações da sociedade civil poderiam subscrever um código de ética extra-oficial, um código auto-regulatório de conduta, um código de práticas adequadas, ou algum esquema de controle de qualidade aplicado de fora para dentro. A "indústria da prestação de contas" já elaborou muitos desses modelos, embora esta abordagem não seja igualmente adequada para todos os tipos de associação e de constituinte. De acordo com esses arranjos, os grupos da sociedade civil procuram demonstrar que prestam contas provando que atendem a um conjunto de padrões gerais definidos para o setor. Esta adequação pode ser comprovada por um relatório periódico de desempenho, por estudos de caso de boa prática e/ou uma avaliação quantitativa de um "índice de confiabilidade". É claro que algumas questões cruciais se colocam quando se discute quem será o encarregado de definir, implementar, monitorar e cuidar da vigência desses padrões. O esquema deve

regularmente para o público pedindo-lhe que envie cartões postais a determinadas autoridades governamentais tratando de alguma questão relevante. Vários meses depois do encerramento de uma dessas campanhas, a Agir Ici fez chegar uma avaliação de seus resultados a cada um dos cidadãos que dela participaram.

As ONGs acompanham a atividade umas das outras. Certos grupos têm agendas dúbias, mas contamos com nosso próprio controle social através de rumores e das discussões em fórum.

Reawadee Praserejareonsuk
Comitê Coordenador das ONGs pelo Desenvolvimento, Bangkok

Não houve qualquer prestação de contas quanto aos critérios usados para a seleção de participantes da sociedade civil nas mesas-redondas plenárias da Conferência Internacional de Financiamento do Desenvolvimento (FID), em Monterrey, México, em 2002. Um grupo autodesignado de ONGs que vinha acompanhando o processo da FID cuidou da escolha de 84 "representantes". Em muitos casos, o comitê de seleção tinha informações mínimas sobre os participantes escolhidos.

Quem é aceito pelo sistema de credenciamento da ONU? Como é que uma simples ONG da Tailândia pode ser admitida ao lado das grandes organizações com suas perspectivas do hemisfério Norte?

Chanida Chanyapate Bamford
Focus on the Global South, Bangkok

ser um controle de qualidade construtivo, mas também pode acabar funcionando como um esquema de encobrimento, uma tirania burocrática ou um desperdício de dinheiro com consultores despreparados.

Outras avaliações externas da prática da sociedade civil podem ser exercícios *ad hoc*. Por exemplo, os projetos ou programas específicos de uma associação da sociedade civil podem ser submetidos a avaliadores oficiais ou extra-oficiais. Outras avaliações podem promover uma auditoria da organização do ponto de vista de suas finanças, de sua sensibilidade à questão da diferença entre os sexos, de sua transparência ou de suas consultas a seus constituintes e outras práticas participativas. Estudos acadêmicos e investigações jornalísticas das atividades da sociedade civil também podem cumprir o papel de avaliações externas *ad hoc*.

Qualquer que seja o sistema de prestação de contas — interno ou externo, compulsório ou voluntário, regular ou ocasional — ele precisa prever um sistema eficaz de reclamações. Os constituintes devem poder apresentar queixas contra a associação da sociedade civil, e receber compensações nos casos devidos. Quando um representado e um grupo da sociedade civil não forem capazes de resolver suas diferenças por conta própria, é necessário uma arbitragem independente, como a de um tribunal, de uma *ombudsperson* ou de uma diretoria de controle de qualidade.

Da mesma forma, os procedimentos de prestação de contas devem incluir ações de resposta das associações da sociedade civil. A prestação de contas efetiva não deve se tornar uma rotina burocrática sem sentido, na qual papéis são fadados a desaparecer nas gavetas inferiores. A prestação de contas construtiva é um processo de aprendizado em que os grupos da sociedade civil capitalizam os sucessos do passado e evitam a repetição dos erros já cometidos. Além disso, recomenda-se ainda às associações da sociedade civil que informem a seus avaliadores e seus constituintes que responderam aos relatórios, às consultas, às avaliações ou às queixas.

Nem é necessário dizer que, na sociedade civil, a prestação de contas é uma questão complicada que não pode ser enfrentada com fórmulas simples ou

O Comitê de Direção das ONGs da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU criou um elaborado arcabouço de auto-regulamentação e de prestação de contas na promoção de um maior envolvimento da sociedade civil nos empreendimentos da ONU nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento. O processo ficou cada vez mais trabalhoso e exigente, até ser abandonado em 2001.

Por que são os governos que comandam tudo, se eles próprios não são democráticos?

Jessica Clogg
Lei Ambiental da Costa Oeste, Vancouver

O Conselho Filipino de Credenciamento de ONGs desenvolveu um esquema altamente rigoroso de auto-regulação das associações da sociedade civil. Seu código de conduta, elaborado em 1998, foi aplicado a mais de 350 organizações da sociedade civil a partir de 2002.

Para dar conta das questões de prestação de contas ao público, uma série de grupos da sociedade civil na Índia formou uma Aliança da Credibilidade em 1999. Ao cabo de consultas envolvendo centenas de associações, esta coalizão produziu um esboço de "normas mínimas", "normas desejáveis" e "boas práticas".

modelos universais: cada caso é um caso. De fato, tipos diferentes de constituintes muitas vezes pedem tipos diferentes de medidas de prestação de contas. Nas políticas da prestação de contas, cada mecanismo atende melhor às necessidades e aos interesses de alguns que de outros. Um exemplo óbvio: os relatórios escritos têm pouca utilidade para os constituintes analfabetos. As medidas de prestação de contas também podem demonstrar falta de sensibilidade para com a classe, a cultura, o sexo e a raça. Por isso, se a associação da sociedade civil não tomar cuidado, pode ver-se às voltas com mecanismos de prestação de contas que atendem mais a seus constituintes mais poderosos (como os fundadores e os governos) do que aos menos poderosos (inclusive seus supostos beneficiários).

De fato, um grupo da sociedade civil pode não ser capaz de prestar contas — ou prestá-las da mesma forma — a todos os seus constituintes. Por exemplo, as exigências de prestar contas às autoridades podem ser difíceis, se não impossíveis, de conciliar com as necessidades dos membros. A prestação de contas à geração atual pode conflitar com a prestação de contas aos descendentes futuros. Em suma, uma organização da sociedade civil nunca é capaz de prestar contas totalmente e de maneira igualitária a todos os constituintes ao mesmo tempo. Escolhas cuidadosas — e obviamente políticas — de prioridades precisam ser feitas (e devidamente defendidas).

Uma complexidade adicional surge em torno da prestação de contas na medida em que cada grupo da sociedade civil requer uma adequação a seu contexto particular. Por exemplo, concepções e práticas culturais diferentes podem pedir tipos diferentes de medidas de prestação de contas. A diversidade cultural não pode ser uma desculpa para um vale-tudo, é claro, mas culturas diferentes podem precisar de tipos diversos de regime de prestação de contas. As avaliações ligadas a um código formal de conduta, por exemplo, podem ser adequadas para círculos de profissionais urbanos, mas não para grupos indígenas rurais.

Quanto ao contexto político, é compreensível que as associações que funcionam num ambiente não-democrático precisem tratar dos mecanismos de prestação de contas de modo diferente das que operam em circunstâncias mais

Depois de uma consulta a seus membros, o Conselho Canadense para a Cooperação Internacional produziu em 1995 um Código de Ética de auto-regulamentação. De acordo com seus termos, os membros do conselho concordam em seguir várias linhas de conduta e a submeter-se a um credenciamento anual de atualização. De acordo com o código, qualquer reclamação pode ser levada a um Comitê de Ética.

O Grupo SGS, uma grande empresa global de verificação, testagem e certificação, propôs um esquema de certificação denominado "NGO 2000" como um padrão único mundial para a boa governança das ONGs.

É imperativo o avanço de nossa democracia interna e da participação de todos os membros. A profissionalização tem seus problemas. As campanhas acabam sendo de iniciativa da direção, sem que haja demanda dos membros. Adotamos uma "Carta 2002" de diretrizes para aperfeiçoar nossas práticas democráticas internas.

Hélène Ballande
Amigos da Terra, Paris

De acordo com a estratégia "Lutar Juntos contra a Pobreza" (1999-2003), a ActionAid tem dedicado uma atenção especial às metodologias de desenvolvimento dos mecanismos de prestação de contas das ONGs aos pobres propriamente ditos. De maneira similar, o Humanitarian Accountability Project (HAP) cuida especialmente de incentivar a prestação de contas aos grupos que recebem ajuda humanitária.

favoráveis. Não se pode esperar que grupos de defesa dos direitos humanos na Birmânia de hoje prestem contas da mesma forma que um grupo de defesa do consumidor na Suécia. Além disso, dado que as circunstâncias políticas mudam (como no caso da queda de Suharto, na Indonésia), de tempos em tempos os organismos da sociedade civil precisam rever — e mudar, quando for o caso — seus mecanismos de prestação de contas.

As associações transfronteiriças da sociedade civil podem enfrentar desafios especialmente agudos para criar mecanismos de prestação de contas capazes de funcionar de maneira equivalente em uma série de contextos que muitas vezes apresentam enorme variação. Fórmulas iguais de prestação de contas podem não funcionar para o Greenpeace França e o Greenpeace Rússia. (Na mesma medida, pode-se afirmar que as agências de governança global e as empresas globais também precisam empregar esquemas diferentes de prestação de contas em cada um de seus diversos contextos operacionais.)

É verdade também que os mecanismos de prestação de contas precisam, eles próprios, prestar contas ao público. Os grupos da sociedade civil precisam ter canais de apelação e compensação voltados para lidar com acusações errôneas ou injustas. De maneira mais geral, todo regime de prestação de contas precisa ser revisto de tempos em tempos (junto a todos os constituintes relevantes) de modo a que se possa determinar se ele de fato serve para manter e aperfeiçoar os padrões da sociedade civil. Entre outras coisas, é preciso cuidar para que a associação não invista tempo e esforço excessivos em exercícios de prestação de contas, ao ponto de acabar desviando-se de seus objetivos centrais. Processos trabalhosos demais e avaliadores dotados de um excesso de zelo tendem antes a estorvar do que a ajudar. Os mecanismos de prestação de contas devem ser concebidos de maneira tal que os benefícios justifiquem a inversão de recursos.

Finalmente, é razoável que os atores da sociedade civil digam a seus constituintes que a prestação de contas tem duas vias. As autoridades, os patrocinadores, os membros, os parceiros de coalizão e os beneficiários também precisam mostrar-se à altura de *sua* responsabilidade para com as associações da sociedade civil, tanto quanto vice-versa. Embora seja correto

Nem toda a sociedade civil precisa se adequar aos padrões ocidentais de prestação de contas para as diretorias, etc. Devemos ter formas múltiplas de prestação de contas, que correspondam à riqueza da diversidade cultural.

Juree Witchitwatakan
Transparency Thailand, Bangkok

Como praticar a democracia na sociedade civil é uma questão crucial: como promover eleições corretas; como selecionar os beneficiários dos programas; como comunicar-se com a comunidade.

Nady Kamel
Organização Evangélica Copta para o Serviço Social, Cairo

É irônico que os grupos da sociedade civil que lutam pela democracia global estejam muitas vezes entre as organizações menos democráticas que existem. Ainda assim, muitos deles reconhecem o problema e vêm tentando enfrentá-lo.

Jessie Smith
Rede de Informação de Alternativas Reais, Vancouver

Certas ONGs não possuem qualquer legitimidade, e acabam lançando descrédito sobre o resto de nós.

Anne-Christine Hubbard
Federação Internacional dos Direitos Humanos, Paris

exigir maior prestação de contas das atividades da sociedade civil ligadas à globalização econômica do que houve até aqui, é errado esperar da sociedade civil soluções para um número grande demais de problemas de prestação democrática de contas na economia global. Pelo contrário, as agências de governança e as empresas que não prestam contas costumam causar danos muito maiores no contexto da globalização econômica do que os grupos da sociedade civil que não prestam contas ao público.

Conclusão

Como indica a longa discussão acima, há casos em que a sociedade civil pode ser parte do problema, tanto quanto — ou em vez de — parte da solução no que diz respeito aos déficits de democracia na economia global. Como ocorre com qualquer poder, a sociedade civil também pode abusar do seu.

É claro que as deficiências no desempenho democrático das associações da sociedade civil não atenuam de modo algum a necessidade de uma ampla democratização dos outros atores — quase sempre muito mais poderosos — da economia global. E nem se deve cobrar das organizações da sociedade civil padrões democráticos mais altos que os cobrados das instituições de governança, que muitas vezes apresentam problemas muito mais graves que os grupos da sociedade civil. Em outras palavras, não se pode esquecer que a Parte 2 deste relatório descreve problemas bem mais profundos que a Parte 5.

Ainda assim, é preciso dizer que muitos atores da sociedade civil ativos na política da globalização econômica tendem a dar mais ênfase a seus direitos democráticos do que às suas responsabilidades democráticas. Afinal, costuma ser mais fácil proclamar nossos direitos — no caso, ao avanço da educação pública, do debate público, da participação do público, da transparência e da obrigação das agências de governança prestarem contas ao público. Bem mais difícil é cumprir com nossas obrigações — nesse caso, sermos competentes, tolerantes, autônomos, acessíveis e prestarmos contas nós também.

Não existem garantias de que a sociedade civil não irá reproduzir a toxicidade das rivalidades e dominação que marca os Estados e as empresas. Precisamos de uma autocrítica constante para evitar esse contágio.

Patrick Viveret
Centro Internacional Pierre Mendès-France (CIPMF), Paris

As organizações da sociedade civil enfrentam muitos desafios no que diz respeito à sua própria governança, mas os financiadores não se dispõem a sustentar o desenvolvimento de estruturas melhores. Todos querem financiar projetos, e não processos.

Will Horter
Dogwood Initiative (ex-Forest Futures), Victoria, Colúmbia Britânica, Canadá

Contanto que haja um compromisso com a avaliação e o ensino, tudo bem que a democracia na sociedade civil não seja perfeita.

Robin Round
Iniciativa Halifax, Whitehorse

Ainda assim, é fundamental corrigirmos os déficits de democracia no contexto da sociedade civil. Caso isto não seja feito, os grupos da sociedade civil podem perder capacidade de abordar os déficits mais importantes para a economia global, os que envolvem os círculos de governança. Os esforços para democratizar a produção, o comércio e o consumo globais serão mais fidedignos — e provavelmente mais bem-sucedidos — se essas campanhas forem conduzidas elas próprias de maneira democrática. Os grupos precisam usar de meios democráticos para a conquista de suas metas democráticas. Se não o fizerem, a confiança e o apoio do público à sociedade civil ficarão abalados, minando uma importante forma de ação da cidadania global.

Quando os organismos da sociedade civil não tratam seus próprios padrões democráticos da maneira adequada, ficam vulneráveis ao questionamento de sua legitimidade: isto é, de seu direito a uma influência decisiva na esfera política. Credenciais democráticas sólidas podem e devem ser uma parte importante da legitimidade de qualquer grupo da sociedade civil. A democracia interna não é o único argumento com base no qual uma organização pode reivindicar legitimidade (existem outros critérios, como seu grau de especialização profissional e sua integridade moral). No entanto, para os grupos da sociedade civil, assim como para as autoridades governantes, a prática democrática é o terreno crucial, embora não indispensável, de afirmação de sua legitimidade.

Como enfatizamos repetidas vezes na discussão precedente, a democracia na sociedade civil é complicada e difícil. O processo também pode ser caro, demorado e trabalhoso. Nenhuma das seis principais questões da democracia da sociedade civil abordadas acima é evidente. A prática democrática requer inúmeros julgamentos delicados. Além disso, a democracia na sociedade civil é um desafio permanente: ela jamais é obtida de uma vez por todas. A democracia na sociedade civil — assim como a democracia em geral — é coisa que dá muito trabalho.

É certo que a responsabilidade pela democracia na sociedade civil não afeta apenas as associações. Um meio propício, na linha descrita na Parte 4, também pode facilitar, e muito, esses esforços. As organizações da sociedade

civil são mais capazes de enfrentar os desafios democráticos internos em situações nas quais as autoridades governantes, os meios de comunicação de massa e a cultura política de maneira geral as estimulam a fazê-lo. Da mesma forma, há contextos que geram mais recursos materiais para a sociedade civil, de maneira que as associações passam a ter à mão mais recursos para promover sua própria democracia. Afora isso, quaisquer que sejam as circunstâncias, a democratização interna efetiva da sociedade civil não ocorre à revelia da iniciativa e do comprometimento dos próprios ativistas da sociedade civil.

Parte 6

Questões críticas para a ação futura

A sociedade civil está tentando mudar as coisas na globalização, mas ainda não está claro que rumo devemos tomar. A construção da democracia global é diferente da construção de um Estado nacional. A ação dos cidadãos na economia global é um elemento obrigatório, mas ainda não sabemos ao certo onde ele se encaixa.

Darrin Qualman

União Nacional dos Agricultores, Saskatoon

Este relatório dissecou as deficiências democráticas na governança presente da economia global, passou em revista o que as associações da sociedade civil podem fazer para combater esses problemas, e examinou os desafios externos e internos que os grupos da sociedade civil precisam enfrentar em sua luta por uma globalização democrática. Tomando esta análise em suma, fica claro que a atividade da sociedade civil não é nem uma panacéia e nem uma catástrofe para a democratização da economia global. A sociedade civil não deve ser idealizada e nem demonizada. Dependendo da associação e de seu contexto, as atividades da sociedade civil podem ser benéficas ou um estorvo para o controle popular.

Em vários momentos, este relatório deixa implícitas e explícitas sugestões que podem ajudar os grupos da sociedade civil a maximizar suas contribuições e minimizar os prejuízos que podem causar para a democracia na economia global. Para encerrar o relatório, estes pontos podem ser reunidos numa lista compacta, como apresentamos a seguir. A maioria dessas sugestões é de ordem muito geral, uma vez que o modo e o grau de sua implementação depende do contexto específico em que se aplicam. E esta lista tampouco deve ser encarada como uma relação de "boas práticas" universalmente relevantes. Os atores da sociedade civil em contextos diferentes podem aprender com a comparação entre suas experiências, e inspirar-se uns nos outros. No entanto, uma coisa que pode ser considerada uma promoção da democracia numa situação pode muito bem enfraquecê-la em outra. A transferência indiscriminada de práticas da sociedade civil entre situações às vezes imensamente diversas pode causar danos consideráveis.

Tendo em mente essas qualificações básicas, uma associação da sociedade civil que queira democratizar a economia global deve considerar a seguinte abordagem ampla:

A. Desenvolvimento de Visões Estratégicas

- Transformar a democracia numa alta prioridade em si mesma, e não apenas numa preocupação secundária em relação a questões como a resolução de conflitos, o cuidado com o meio ambiente, a defesa dos trabalhadores ou a erradicação da pobreza.

- Refletir com cuidado sobre o conceito de democracia em relação à economia global e sobre a avaliação das formas específicas que a governança democrática da economia global pode e deve assumir.
- Elaborar um diagnóstico preciso das deficiências democráticas relativas aos problemas específicos da economia global que dizem respeito à associação.

B. Construção de uma Economia Global Mais Democrática

- Dedicar esforços concentrados ao esclarecimento público sobre a globalização econômica, talvez até ao preço de reduzir a pressão sobre as instituições de governança.
- Ampliar os espaços de debate público sobre a economia global e sua governança.
- Criar oportunidades para a participação pública direta e indireta de todos os cidadãos na regulação da economia global.
- Exigir a máxima visibilidade pública possível das agências que governam a produção, as trocas e o consumo globais.
- Exercer uma vigilância rigorosa sobre os organismos de governança e as empresas na economia global.
- Promover a criação de mecanismos oficiais eficazes de prestação de contas para todos os envolvidos na economia global.

C. Construção de um Meio Mais Favorável à Democratização através da Sociedade Civil

- Evitar metas excessivamente ambiciosas e projetos que levem a associação da sociedade civil muito além do que seus recursos (muitas vezes seriamente limitados) permitem.
- Buscar esquemas inovadores destinados a aumentar os recursos para o trabalho de defesa da sociedade civil na economia global.
- Aproveitar as oportunidades de reunir esforços em redes de grupos da sociedade civil, especialmente entre países e setores diferentes.
- Fazer lobby no sentido de adquirir e preservar uma legislação que permita o máximo possível em matéria de atividades da sociedade civil.
- Contornar, onde for necessário e possível, medidas oficiais que suprimam arbitrariamente os potenciais democratizantes da sociedade civil.
- Ajudar os organismos oficiais a desenvolver procedimentos e atitudes que permitam as contribuições da sociedade civil na fixação de políticas.
- Cultivar relações com os meios de comunicação de massa de modo a fazer com que eles trabalhem a favor, e não contra, a sociedade civil.
- Explorar os aspectos da cultura política dominante que estimulem a atividade da sociedade civil; registrar e levar em conta os aspectos contrários.
- Ter consciência aguda das hierarquias sociais que se opõem à democracia na economia global, e dar apoio às ações de outros atores que combatam essas subordinações

D. Construção de uma Sociedade Civil Mais Democrática

- Aumentar a competência da associação, com uma análise cuidadosa a longo prazo da economia global e de sua governança.
- Trabalhar pelo aumento da colaboração entre pesquisadores acadêmicos e outros atores da sociedade civil.
- Incentivar as instituições acadêmicas a desenvolver cursos e outros materiais de ensino relativos à economia global que sejam especificamente voltados para os ativistas da sociedade civil.

- Evitar os dogmas e estimular a discussão interna.
- Manter uma vigilância constante contra relações e práticas que possam comprometer o potencial democratizante da associação.
- Guardar uma distância crítica das prioridades e dos discursos oficiais e corporativos.
- Obter recursos de fontes múltiplas e diversas, de maneira a não ser refém de nenhuma delas.
- Comprometer-se com um auto-exame contínuo da acessibilidade da organização, especialmente para grupos sociais em desvantagem.
- Promover associações e atividades da sociedade civil que defendam especificamente os círculos sociais subordinados.
- Tomar medidas efetivas no sentido de incluir pessoas de posições sociais menos privilegiadas na administração e nas atividades da associação.
- Procurar manter a máxima transparência pública possível da associação.
- Ter uma imagem clara de quem são os constituintes (*stakeholders*) da associação.
- Criar meios adequados para consultas regulares, próximas e abertas dos vários constituintes da associação
- Submeter a associação a avaliações construtivas externas de seus programas, de suas finanças e de seus processos de governança.
- Certificar-se de que os constituintes têm como encaminhar suas queixas da associação da sociedade civil a um mecanismo eficiente de ouvidoria.
- Desenvolver redes de aprendizado para trocas de experiência com outros grupos (inclusive de outras partes do mundo e de outros setores da sociedade civil) que trabalham pela maior democratização da economia global.

Apêndice 1

Lista de Acrônimos e Abreviações

| | |
|----------|---|
| APEC | Cooperação Econômica Ásia-Pacífico |
| ATTAC | Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos |
| BDM | banco de desenvolvimento multilateral |
| BIS | Banco de Compensações Internacionais |
| CSR | responsabilidade social das empresas |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FSC | Conselho de Gestão da Floresta |
| FTAA | Acordo de Livre Comércio das Américas |
| G7 | Grupo dos Sete |
| G77 | Grupo dos Setenta e Sete |
| G8 | Grupo dos Oito |
| IASC | Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade |
| ICANN | Internet Corporation for Assigned Names and Numbers [Empresa de Internet de Assinalamento] |
| ICFTU | Confederação Internacional dos Sindicatos Livres |
| IFI | instituição financeira internacional |
| ISMA | International Securities Market Association [Associação do Mercado de Títulos Internacionais] |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MP | membro do parlamento |
| NU | Nações Unidas |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONG | organização não-governamental |
| PNUD | Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas |
| PRSP | <i>Poverty Reduction Strategy Paper</i> [Documento Estratégico para a Redução da Pobreza] |
| RITIMO | Rede de Informação Terceiro Mundo |
| TI | tecnologia da informação |
| UE | União Européia |

Apêndice 2

Outras Leituras

- Anheier, H. *et al.* (orgs.), *Global Civil Society*. Oxford: Oxford University Press, 2001 e 2002 [anuário].
- Barlow, M. e T. Clarke, *Global Showdown: How the New Activists Are Fighting Global Corporate Rule*. Toronto: Stoddart, 2001.
- Bello, W., *De-Globalization: Ideas for a New World Economy*. London: Zed, 2002.
- Brown, L.D. *et al.*, *Practice-Research Engagement and Civil Society in a Globalizing World*. Cambridge, MA: Hauser Centre for Nonprofit Organizations, Harvard University, 2001.
- Chapman, J. e A. Wameyo, *Monitoring and Evaluating Advocacy: A Scoping Study*. Londres: ActionAid, 2001.
- Charnovitz, S., 'Two Centuries of Participation: NGOs and International Governance', *Michigan Journal of International Law*, vol. 18, no. 2 (1997), pp. 183-286
- Edwards, M., *NGO Rights and Responsibilities: A New Deal for Global Governance*. Londres: Foreign Policy Centre, 2000.
- Edwards, M. e J. Gaventa (orgs.), *Global Citizen Action*. Boulder, CO: Rienner, 2001.
- Florini, A.M. (org.), *The Third Force: The Rise of Transnational Civil Society*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2000.
- Fowler, A., *Civil Society, NGOs and Social Development*. Geneva: UNRISD, 2000.
- Fox, J.A. e L.D. Brown (orgs.), *The Struggle for Accountability: The World Bank, NGOs, and Grassroots Movements*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.
- Hall, R.B e T.J. Biersteker (orgs.), *The Emergence of Private Authority in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Held, D. e A. McGrew (orgs.), *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*. Cambridge: Polity, 2002.
- Hirst, P. e G. Thompson, *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance*. Cambridge: Polity, 1999 2nd ed.
- Holden, B. (org.), *Global Democracy: Key Debates*. Londres: Routledge, 2000.
- Jordan, L. e P. van Tuijl, 'Political Responsibility in Transnational NGO Advocacy', *World Development*, vol. 28, no. 12 (2000), pp. 2051-65.
- Keck, M. e K. Sikkink, *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.
- Khor, M., *Rethinking Globalization: Critical Issues and Policy Choices*. Londres: Zed, 2001.
- Klein, N., *No Logo*. Londres: Flamingo, 2000.
- Kunugi, T. e M. Schweitz (orgs.), *Codes of Conduct for Partnership in Governance: Texts and Commentaries*. Tokyo: United Nations University, 1999.
- Nye, J.S. e J.D. Donohue (orgs.), *Governance in a Globalizing World*. Washington, DC: Brookings Institution, 2000.
- O'Brien, R. *et al.*, *Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- Patomäki, H. *et al.*, *Global Democracy Initiatives: The Art of Possible*. Helsinque: Hakapaino, 2002. Ver também www.nigd.u-net.com.
- Scholte, J.A., *Globalization: A Critical Introduction*. Basingstoke: Palgrave, 2000.
- Slim, H., 'By What Authority? The Legitimacy and Accountability of Non-Governmental Organisations'. Paper for the International Council on Human Rights Policy, 2002.
- Warkentin, C., *Reshaping World Politics: NGOs, the Internet and Global Civil Society*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2001.

Apêndice 3

Indivíduos e associações contribuidores

NB: Na maioria dos casos, os participantes da sociedade civil contribuíram em sua competência pessoal, em vez de o fazerem na qualidade de representantes de uma associação.

Muitas dessas associações (embora não todas) podem ser facilmente localizadas em seus websites, a partir de pesquisa simples na Internet. Outras informações de contato sobre as pessoas e os grupos contribuidores podem ser obtidas com a equipe do projeto, através dos endereços de e-mail na capa deste relatório.

Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC Brasil)

Antônio Feix, membro, grupo de Porto Alegre

Geraldo Feix, Coordenador, grupo de Porto Alegre

Action for Development (ACFODE), Kampala

[Ação para o Desenvolvimento]

Grace Alice Mukasa, Diretora Executiva

ActionAid Uganda, Kampala

Jane Ocaya Irama, Coordenadora Política

Afro Reggae, Rio de Janeiro

Marcia Florencio, Coordenadora Social

Agir Ici pour un Monde Solidaire, Paris

[Agir Aqui por um Mundo Solidário]

Françoise Vanni, Diretora Geral

Alliance for Arab Women (AAW), Cairo

[Aliança para as Mulheres Árabes]

Hoda Badran, Presidente

All-Russian Confederation of Labour (VKT), Moscou

[Confederação Pan-Russa do Trabalho]

Alexandre N. Bougaev, Presidente

All-Russian Social Movement 'Alternatives', Moscou

[Movimento Social Pan-Russo "Alternativas"]

Alexandr V. Buzgalin, Coordenador

Amis de la Terre, Paris

[Amigos da Terra]

Hélène Ballande, Diretora Interina

Arab Organization for Human Rights (AOHR), Cairo

[Organização Árabe pelos Direitos Humanos]

Ibrahim Allam, Diretor Executivo

Mohsen Awad, Vice-Secretário Geral

Mohammed Faiq, Secretário Geral

Arab Research Center (ARC), Cairo

[Centro de Pesquisa Árabe]

Helmi Sharawy, Diretor

Arom Pongpangan Foundation, Bangkok

Sakool Zuesongdham, Presidente

Asia Foundation, Bangkok

Ruangrawee Pichaikul Ketphol, Gerente Geral de Programa

Asian Forum for Human Rights and Development (Forum-Asia), Bangkok
 [Fórum Asiático de Direitos Humanos e Desenvolvimento]
 Chalida Tajaroensuk, Coordenadora do Programa
 Assembly of the Poor, Tailândia
 [Assembléia dos Pobres]
 Boonmee Kamruang
 Portern Tarat
 Suan Sangsom
 Suwan Mingkwan
 Wanida Tantiwittayapitak, Conselheiro
 Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA),
 Rio de Janeiro
 Gabriel Fernandes, Coordenador do Centro de Documentação
 Jean Marc von der Weid, Diretor do Programa de políticas Públicas
 Association Internationale de Techniciens, Experts et Chercheurs
 (AITEC), Paris
 [Associação Internacional de Técnicos, Especialistas e Pesquisadores]
 Gustave Massiah, Presidente
 Association of Enterprises for Environmental Conservation (AEEC),
 Cairo
 [Associação de Empresas pela Conservação Ambiental]
 Alaa Ezz, Secretário Geral
 Association of Women Entrepreneurs of Bashkortostan (AWEB), Ufa
 [Associação de Mulheres Empresárias do Bashkortostão]
 Elena Makhmutova, Presidente
 Association pour une Taxation des Transactions financières pour l'Aide
 aux Citoyens (ATTAC France) [Ação pela Tributação das Transações
 Financeiras em Apoio aos Cidadãos], Paris
 Christophe Aguiton, Responsável pelas Relações Internacionais
 Bernard Cassen, Presidente
 Claude Piganiol-Jacquet, Grupo Mulheres e Globalização
 Dominique Plihon, Presidente do Conselho Científico
 Association Québécoise des Organismes de Coopération Internationale
 (AQOCI), Montreal

[Associação Quebequense dos Organismos de Cooperação Internacional]
 Francine Néméh, Diretora
 Bien Public à l'Échelle Mondiale (BPEM), Paris
 [Bem Público em Escala Mundial]
 François Lille, Presidente
 Biothai, Bangkok
 Witoon Lianchamroon, Diretor
 British Columbia Federation of Labour (BCFED), Vancouver
 [Federação do Trabalho da Colúmbia Britânica]
 Jane Staschuck, Diretora, Programas de Comunidade, Ação Social e
 Mulheres
 Cairo Institute for Human Rights Studies (CIHRS), Cairo
 [Instituto de Estudos de Direitos Humanos do Cairo]
 Yousri Moustafa, Coordenador de Programas
 Campaign for Popular Democracy (CPD), Bangkok
 [Campanha pela Democracia Popular]
 Surichai Wun' Gaeo, Presidente
 Suriya Boonchote
 Suriyasai Katasila, Secretário
 Campaign for Popular Media Reform (CPMR), Bangkok
 [Campanha pela Reforma Popular da Mídia]
 Nantaporn Techaprasertsakul, Secretariado
 Canadian Centre for Policy Alternatives (CCPA)
 [Centro Canadense para Alternativas de Políticas Práticas]
 Marc Lee, Economista, Vancouver
 Canadian Council for International Cooperation (CCIC), Ottawa
 [Conselho Canadense pela Cooperação Internacional]
 Gerry Barr, Presidente
 Jacquie Dale, Coordenador de Desenvolvimento Organizacional
 Gauri Sreenivasan, Coordenador Político
 Brian Tomlinson, Analista Político
 Canadian Council of Chief Executives (CCCE), Ottawa
 [Conselho Canadense de Executivos]
 John R. Dillon, Vice-presidente, Conselho Político e Legal
 Canadian Environmental Law Association (CELA), Toronto

[Associação Canadense do Direito Ambiental]

Michelle Swenarchuk, Projeto Ambiental e Comercial
Canadian Labour Congress (CLC)

[Congresso Canadense do Trabalho]

David Rice, Diretor Regional, Região do Pacífico, Vancouver
Catholic Commission for Justice and Peace (CCJP), Bangkok

[Comissão Católica de Justiça e Paz]

Rungtip Imrungruang, Coordenador
Center for Developing Countries Studies, Cairo University
[Centro de Estudos dos Países em Desenvolvimento]

Mustapha Kamel Al-Sayyid, Diretor
Center for the Development of Democracy and Human Rights (CDDHR),
Moscou

[Centro para o Desenvolvimento da Democracia e dos Direitos Humanos]
Yuri Dzhibladze, Presidente

Center for Trade Union and Workers Services (CTUWS), Helwan
[Centro de Serviços para Sindicatos e Trabalhadores]

Kamal Abbas
Central Association of Cooperative Unions (CACU), Cairo
[Associação Central de Sindicatos Cooperativos]

Mohamed Idris, Presidente
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Isabel Christina Costa Baltazar, Comissão contra a Discriminação
Racial, Rio de Janeiro

Kjeld Jakobsen, Secretário Internacional, São Paulo
Adeilson Ribeiro Telles, Diretor Financeiro, Rio de Janeiro
Claudia Santiago, Assessora de Imprensa, Rio de Janeiro

Centre de Recherche et d'Information sur le Développement (CRID),
Paris

[Centro de Pesquisa e Informação sobre o Desenvolvimento]
Bernard Pinaud, Diretor Executivo

Centre des Jeunes Dirigeants (CJD), Paris
[Centro dos Jovens Dirigentes]

Alain Aubouin, Vice-Presidente Nacional
Centre des Syndicats du Québec (CSQ), Montreal

Centre for Basic Research (CBR), Kampala
[Centro de Pesquisa Básica]

Nyangabyaki Bazaara, Diretor Executivo
Centre International Pierre Mendès France (CIPMF), Paris
Patrick Viveret, Diretor

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), São Paulo
Amélia Cohn, Presidente

Centro International de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), Rio de
Janeiro
Aspásia Camargo

Charity Organization 'Queen Olga', Moscou
Olga V. Makarenko, Presidente

Check Your Head: The Youth Global Education Network, Vancouver
[Cheque Sua Cabeça: Rede Jovem de Educação Global]

Kevin Millsip, Co-Diretor
Lyndsay Poaps, Co-Diretor

Church of Uganda {Igreja de Uganda} (Anglicana), Kampala
Arthur Bainomugisha, Programa de Planejamento, Desenvolvimento
e Reabilitação

Committee of Natural and Environmental Conservation of 17 Institutes
(CNEC), Bangkok
[Comitê de Conservação Natural e Ambiental de 17 Institutos]

Romdon Panchor, Coordenador
Common Frontiers (CF), Toronto

[Fronteiras Comuns]
Patty C. Barrera, Coordenadora

Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), Paris
[Confederação Francesa Democrática do Trabalho]

Jean-François Trogrlic, Secretário Nacional
Confederation of Women Entrepreneurs of Russia
(CWER), Moscou

[Confederação de Mulheres Empresárias da Rússia]
Lydia V. Blokhina, Diretora Executiva

Conference Board of Canada (CBC), Ottawa
 [Conselhode Conferência do Canadá]
 George M. Khoury, Diretor, Centro Canadense de Negócios na
 Comunidade
 Confrontations, Paris
 Philippe Herzog, Presidente
 Coordinating Committee of Human Rights Organizations of Thailand
 (CCHROT), Bangkok
 [Comitê de Coordenação das Organizações de Direitos Humanos da
 Tailândia]
 Sarawut Pratoomraj, Diretor do Projeto
 Coptic Evangelical Organization for Social Services (CEOSS)
 [Organização Evangélica Copta de Serviços Sociais]
 Nady Kamel, Chefe do Departamento de Desenvolvimento
 Comunitário no Cairo
 Council of Canadians (CC), Ottawa
 [Conselho dos Canadenses]
 Steve Staples, Coordenador de Campanhas
 Democracy Watch (DW), Ottawa
 [Observatório da Democracia]
 Duff Conacher, Coordenador
 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
 (DIEESE)
 Adhemar Mineiro, Chefe do Escritório do Rio de Janeiro
 Development Network of Indigenous Voluntary Associations (DENIVA),
 Kampala
 [Rede de Desenvolvimento das Associações Voluntárias Indígenas]
 Jane S. Nalunga, Coordenador de Análise e Ação Política
 Développement et Paix (DP), Montreal
 [Desenvolvimento e Paz]
 Gilio Brunelli, Diretor, Department de Programas de Desenvolvimento
 Economic Policy Research Centre (EPRC), Kampala
 [Centro de Pesquisas de Políticas Econômicas]
 John Alphonse Okidi, Diretor Executivo
 Economic Research Forum for the Arab Countries, Iran and Turkey

(ERF), Cairo
 [Fórum de Pesquisa Econômica para os Países Árabes, Irã e Turquia]
 Heba Handoussa, Diretor Administrativo
 Egypt's International Economic Forum (EIEF), Cairo
 [Fórum Econômico Internacional do Egito]
 M. Shafik Gabr, Presidente
 Egyptian Center for Economic Studies (ECES), Cairo
 [Centro Egípcio de Estudos Econômicos]
 Ahmad Galal, Director Executivo
 Empower, Bangkok
 Supansa Pasaeng, membro da equipe
 Erosion Technology Control Group (ETC), Winnipeg
 [Grupo de Controle de Tecnologias da Erosão]
 Pat Mooney, Diretor Executivo
 Faculty of Economics and Political Science, Cairo University (FECU)
 [Faculdade de Economia e Ciência Política, Univ. do Cairo]
 Abd-El Hamid El-Ghazali, Professor
 Gouda Abdel-Khalek, Professor
 Faculty of Economics, Chulalongkorn University, Bangkok
 Suthipand Chirathivat, Reitor
 Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo (USP)
 Octávio Ianni, Professor Emérito
 Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), São
 Paulo
 Octavio de Barros, Diretor, Departamento Econômico
 Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN)
 Amaury Temporal, Diretor, Centro de Assuntos Internacionais
 Federação de Organizações para Assistência Social e Educacional
 (FASE), Rio de Janeiro
 Jorge Eduardo Saavedra Durão, Diretor Executivo
 Fédération des Femmes du Québec (FFQ), Montreal
 [Federação das Mulheres do Quebec]
 Nancy Burrows, Comunicações Internas e Contatos
 Fédération Internationale des Ligues des Droits de l'Homme (FIDH),
 Paris

[Federação Internacional de Ligas de Direitos Humanos]

Marie Guiraud, Encarregada do Programa de Globalização e Direitos Humanos

Anne-Christine Habbard, Secretária Geral

Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles (FNSEA), Paris

[Federação Nacional de Sindicatos Agrícolas]

Joseph Garnotel, Vice-Diretor, Assuntos Econômicos e Internacionais

Federation of Egyptian Industries (FEI), Cairo

[Federação das Indústrias Egípcias]

Mostafa Waly, Diretor Geral

Federation of Independent Trade Unions of Russia (FNPR), Moscou

[Federação de Sindicatos Independentes da Rússia]

Yuri N. Milovidov, Escola de Trabalho e Relações Sociais

Mikhail Viktorovich Shmakov, Presidente

Evgeni Alexandrovich Sidorov, Secretário Internacional

Federation of Thai Industries (FTI), Bangkok

[Federação das Indústrias da Tailândia]

Praphad Phodhivorakhun, Presidente

Filipino Nurses Support Group (FNSG), Vancouver

[Grupo de Apoio às Enfermeiras Filipinas]

Leah Diana

Focus on the Global South, Bangkok

Chanida Chanyapate Bamford, Senior Associate

Fondation de France, Paris

Jean-Claude Fages, Diretor de Programas de Solidariedade Internacional

Fondation Jean-Jaurès (FJJ), Paris

Gilles Finchelstein, Diretor Executivo

FoodShare, Toronto

Debbie Field, Diretor Executivo

Ford Foundation

Bassma Kodmani, Encarregado do Programa, Escritório do Cairo

Sharry Lapp, Encarregado do Programa, Escritório do Cairo

Forest Futures, Victoria, BC

[Futuros da Floresta], Canadá

Will Horter, Diretor Executivo

Forum for Women in Democracy (FOWODE), Kampala

[Fórum das Mulheres na Democracia]

Patricia Munabi, Diretora Central

Forum International de Montréal (FIM), Montreal

Mario Lavoie, Diretor Executivo

Forum pour l'Investissement Responsable (FIR), Paris

[Fórum pelo Investimento Responsável]

Eric Loiselet, Vice-Presidente

Foundation for Consumers (FFC), Bangkok

[Fundação dos Consumidores]

Saree Aongsomwang, Diretor

Fraser Institute, Vancouver

Fred McMahon, Diretor, Centro de Estudos da Globalização

Friends of People (FOP), Bangkok

[Amigos do Povo]

Prasittiporn Kanonsri, Pesquisador de Campo

Friends of Women (FOW), Bangkok

[Amigos das Mulheres]

Supensri Pungkoksung, Chefe do Departamento de Proteção dos Direitos Humanos das Mulheres

Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), Rio de Janeiro

Anna Mayer, Secretária Executiva

Mario de Mello Dias, Secretário Internacional

Géledes – Instituto da Mulher Negra, São Paulo

Sueli Carneiro, Coordenadora Executiva

General Federation of Egyptian Chambers of Commerce (GFECC), Cairo

[Federação Geral das Câmaras de Comércio Egípcias]

Abd El-Sattar Eshrah, Consultor

Glasnost Defense Foundation (GDF), Moscou
 [Fundação de Defesa da Glasnost]
 Alexei K. Simonov, Presidente

Gorbachev Foundation, Moscou
 Victor B. Kuvardin, Membro do Conselho Executivo

Grassroots Women, Vancouver
 [Mulheres do Povo]
 Rachel Rosen, activista

Greenpeace France, Paris
 Bruno Rebelle, Diretor Geral

Greenpeace Russia, Moscou
 Ivan P. Blokov, Diretor de Campanhas

Halifax Initiative (HI)
 Pam Foster, Coordenador, Ottawa
 Robin Round, Policy Analyst, Whitehorse

Institute for the Economy in Transition (IET), Moscou
 [Instituto da Economia em Transição]
 Leonid Todorov, Assistente do Diretor

Institute for Media, Policy and Civil Society (IMPACS), Vancouver
 [Instituto de Mídia, Políticas e Sociedade Civil]
 Shauna Sylvester, Diretora Executiva

Institute of Political Development (IPD), Bangkok
 Chaithawat Khow, Encarregado de Pesquisa

Institute of World Economy and International Relations (IMEMO),
 Moscou
 [Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais]
 Nodari A. Simonia, Diretor

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Rio de
 Janeiro
 Cândido Grzybowski, Diretor

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), São Paulo
 Marilena Lazzarini, Coordenadora Executiva

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IERJ)
 Fernando J. Cardim Carvalho, Professor

Instituto Ethos, São Paulo

Marcelo Linguitte, Chefe de Relações Empresariais

International Institute for Sustainable Development (IISD), Winnipeg
 [Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável]
 David Runnalls, Presidente

Interrepublican Confederation of Consumers Societies (KonfOP), Moscou
 [Confederação Inter-Republicana de Associações de Consumidores]
 Alexander Auzan, Presidente do Conselho de Diretores
 Paulina Kryuchkova, Departamento de Pesquisa
 Dimitri Yanin, Chefe do Conselho Executivo

Justice et Paix – France, Paris
 Elena Lasida, Assistente
 Christian Mellon, Secretário Geral

KAIROS: Ecumenical Coalition for Economic Justice, Toronto
 [Coalizão Ecumênica pela Justiça Econômica]
 John Dillon, Pesquisador/Ação Política, Questões de Economia
 Global

Low Income Families Together (LIFT), Toronto
 [Reunião de Famílias de Baixa Renda]
 Josephine Grey, Diretora Executiva

Makerere Institute of Social Research (MISR), Kampala
 [Instituto Makarere de Pesquisa Social]
 Delius Asiimwe, Pesquisador
 Richard Kibombo, Estatístico
 Betty Kwagala, Pesquisador
 Nakanyike B. Musisi, Diretor

Maquila Solidarity Network (MSN), Toronto
 [Rede de Solidariedade Maquila]
 Bob Jeffcott, Analista de Políticas

Médecins sans Frontières (MSF), Paris
 [Médicos sem Fronteiras]
 Daniel Berman, Coordenador de Projeto, Campanha pelo Acesso aos
 Medicamentos Básicos
 Françoise Bouchet-Saulnier, Diretora de Pesquisa

Moscow Center for Gender Studies (MCGS)
 [Centro Moscovita de Estudos de Gênero]

Marina M. Malysheva, Pesquisadora Chefe
 Moscow Helsinki Group (MHG)
 Ludmilla M. Alexeieva, Presidente
 Moscow International Business Association (MIBA)
 [Associação Moscovita de Negócios Internacionais]
 Alexander I. Borisov, Diretor Geral
 Moscow Science Foundation (MSF)
 [Fundação de Ciência de Moscou]
 Andrei Kortunov, Diretor de Programa
 Moscow State University, Faculty of Journalism
 [Faculdade de Jornalismo, Universidade Estatal de Moscou]
 Elena Vartanova, Vice-Reitora
 Mouvement contre le Racisme et pour l'Amitié entre les Peuples (MRAP),
 Paris
 [Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos]
 Mouloud Aounit, Secretário Geral
 Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), Rio de Janeiro
 Mariana, ativista
 Rafael, ativista
 Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Brasil
 Sadi Baron, membro do conselho nacional
 Josivaldo Oliveira, membro do conselho nacional
 National Action Committee on the Status of Women (NAC), Toronto
 [Comitê de Ação Nacional sobre o Status das Mulheres]
 Sungee John, Presidente do Comitê, Windsor
 National Farmers Union (NFU), Saskatoon
 [União Nacional de Cultivadores]
 Darrin Qualman, Secretário Executivo
 National Organisation of Trade Unions (NOTU), Kampala
 [Organização Nacional dos Sindicatos]
 Lyelmoi Otong Ongaba, Secretário Geral
 New Civic Forum (NCF), Cairo
 [Novo Fórum Cívico]
 Said El-Naggar, Presidente
 New Economic School (NES), Moscou

NGO Coordinating Committee on Development (NGO-COD), Bangkok
 [Comitê de Coordenação de ONGs sobre Desenvolvimento]
 Reawadee Praserjareonsuk, Presidente
 Northern Federation of Peasants (NFP), Chiang Mai
 [Federação de Camponeses do Norte]
 Jedsada Chotkitpivart, Secretariado do Comitê
 North-South Institute (NSI), Ottawa
 {Instituto Norte-Sul]
 John Foster, Pesquisador
 Pastoral do Migrante, Brasil
 Luis Bassegio
 Peace and Human Rights Resource Center (PHRC), Bangkok
 [Centro de Recursos em questões de Paz e Direitos Humanos]
 Boonthan T. Verawongse, Diretor
 People's Network against Globalisation (PNG), Northeast Thailand
 [Rede do Povo contra a Globalização]
 Veerapon Sopa, líder popular
 Philippine Women Centre (PWC), Vancouver
 [Centro das Mulheres Filipinas]
 Ning Alcuitas, Vice-Presidente
 Lynn Farrales, Presidente
 Polaris Institute, Ottawa
 Tony Clarke, Diretor
 Poverty and Human Rights Project, Vancouver
 [Projeto Pobreza e Direitos Humanos]
 Gwen Brodsky, Co-Diretor
 Project for Ecological Recovery (PER), Bangkok
 [Projeto de Recuperação Ecológica]
 Krisada Boonchai, Coordenador
 Srisuwan Kuankachon, Membro do Comitê
 Real Alternatives Information Network (RAIN), Vancouver
 [Rede de Informações sobre Alternativas Reais]
 Jessie Smith, Diretor
 Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil)

Flávia Barros, Secretária Executiva, Brasília
 Magnólia Said, Membro do Comitê Organizador, Fortaleza
 Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), Rio de Janeiro
 Carlos Afonso, Diretor de Desenvolvimento
 Rights & Democracy, Montreal
 [Direitos & Democracia]
 Warren Allmand, Presidente
 Iris Almeida, Diretora de Programas
 Diana Bronson, Coordenadora do Programa de Globalização e
 Direitos Humanos
 Russian Academy of Education, Moscou
 {Academia de Educação da Rússia}
 Vladimir P. Borissenkov, Vice-Presidente
 Russian Orthodox Church
 [Igreja Ortodoxa Russa]
 Georgy Tchistiakov, Moscou
 Shareholder Association for Research and Education (SHARE),
 Vancouver
 [Associação de Acionistas para Pesquisa e Educação]
 Gil Yaron, Diretor de Direito e Políticas
 Sierra Club of Canada, Ottawa
 Elizabeth May, Diretora Executiva
 Social Justice Committee (SJC), Montreal
 [Comitê de Justiça Social]
 Derek MacCuish, Coordenador, Pesquisa Econômica e Análise de
 Políticas
 Social Venture Network (SVN), Bangkok
 [Rede de Empreendimento Social]
 Prida Teasuwan, Presidente
 Solidarité Agricole et Alimentaire (Solagrail), Paris
 [Solidariedade Agrícola e Alimentar]
 Benedicte Hermelin, Diretora Executiva
 SOS Corpo – Gênero e Cidadania, Recife
 Maria Betânia Ávila, Coordenadora Geral
 Spirit of Education Movement (SEM), Bangkok

State Railway Workers Union of Thailand (SRUT), Bangkok
 [Sindicato dos Ferroviários Estatais da Tailândia]
 Somsak Kosaisook, Presidente
 Steelworkers Humanity Fund (SHF), Toronto
 [Fundo Humanitário dos Metalúrgicos]
 Judith Marshall, Coordenadora, Programas de Educação e sobre
 África do Sul
 Student Federation of Thailand (SFT), Bangkok
 [Federação dos Estudantes da Tailândia]
 Metha Matkao, Secretário Geral
 Survie, Paris
 [Sobrevivência]
 François-Xavier Verschave, Presidente
 Thai Bankers' Association (TBA), Bangkok
 [Associação dos Banqueiros Tailandeses]
 Twatchai Yongkittikul, Secretário Geral
 Thai Chamber of Commerce (TCC), Bangkok
 {Câmara de Comércio da Tailândia]
 Dusit Nontanakorn, Presidente, Comitê de Código de Conduta
 Nithi Patarachoke, Secretário, Comitê de Código de Conduta
 Thai Development Support Committee (TDSC), Bangkok
 [Comitê Tailandês de Apoio ao Desenvolvimento]
 Pitthaya Wongkul, Presidente
 Thai Volunteer Service (TVS), Bangkok
 [Serviço Voluntário Tailandês]
 Kaninkar Kpunkachon, Diretor
 Thailand Association of Journalists (TAJ), Bangkok
 {Associação Tailandesa dos Jornalistas]
 Prasong Lertratanawisute, Vice-Presidente
 Thailand Development Research Institution (TDRI), Bangkok
 [Instituição Tailandesa de Pesquisa em Desenvolvimento]
 Somkiat Tangkitvanich, Diretor de Pesquisa (Informação e
 Economia)

Transparency Thailand (TT), Bangkok
Juree Vichit - Vadakan, Secretário Geral
Uganda Consumers' Protection Association (UCPA), Kampala
[Associação de Proteção aos Consumidores de Uganda]
Henry Richard Kimera, Diretor Executivo
Uganda Co-operative Alliance (UCA), Kampala
Leonard Msemakweli, General Secretary
Uganda Debt Network (UDN), Kampala
[Rede Ugandense sobre a Dívida]
Vincent Edoku, Presidente
Augustine Muserero, Encarregado do Programa, Transparência e
Prestação Pública de Contas
Christine Nantongo, Diretora de Comunicações
Uganda Joint Christian Council (UJCC), Kampala
[Conselho Cristão Unido de Uganda]
Paul Asiimwe, Coordenador de Programa
Uganda Manufacturers Association (UMA), Kampala
[Associação dos Industriais de Uganda]
William Kalema, Presidente
Uganda Muslim Supreme Council (UMSC), Kampala
[Conselho Muçulmano Supremo de Uganda]
Koire Adnani, Secretário de Finanças, Administração e Planejamento
Ismail Ecum, Secretário de Educação e Serviço Social
Hadj Edris Serugo Kasenene, Secretário Greal
Uganda National Farmers Association (UNFA), Kampala
[Associação Nacional dos Cultivadores de Uganda]
Abubakar Muhammad K. Moki, Diretor de Planejamento e Serviços
Técnicos
Augustine Mwendya, Secretário-Executivo
Uganda Women's Network (UWONET), Kampala
[Rede e Mulheres de Uganda]
Sheila Kawamara-Mishambi, Coordenadora
União Nacional dos Estudantes (UNE), São Paulo
Felipe Maia, Presidente
Union for Civil Liberty (UCL), Bangkok

[União pela Liberdade Civil]
Jarun Dithapichai, ex-Presidente
Union for Economical Development Association (UEDA)
[União para a Associação em prol do Desenvolvimento Econômico]
Abdel Moty Lotfy Abdel Moty, Vice-Presidente, Cairo
Fu'ad Thabit, Presidente, Port Said
United Nations Association in Canada (UNAC), Ottawa
Joan Broughton, Public Information Officer
Julie Larsen, Project Officer, Sustainable Development
West Coast Environment Law (WCEL), Vancouver
[Direito Ambiental na Costa Oeste]
Jessica Clogg, Membro do Conselho
World Federalists of Canada (WFC), Ottawa
[Federalistas Mundiais do Canadá]
Fergus Watt, Diretor Executivo
World Wide Fund for Nature – Russia (WWF), Moscou
[Fundo da Vida Selvagem para a Natureza]
Evgeny A. Shvarts, Diretor de Conservação
Youth Training for Development Programme (YTDP), Bangkok
[Programa de Educação dos Jovens para o Desenvolvimento]
Kittichai Ngamchaipisit, Coordenador

